

**CADERNO DE GESTÃO
DOS ESCRITÓRIOS SOCIAIS II**
**Metodologia
para Singularização
do Atendimento a
Pessoas em Privação
de Liberdade
e Egressas do
Sistema Prisional**

SÉRIE JUSTIÇA PRESENTE | COLEÇÃO POLÍTICA PARA PESSOAS EGRESSAS



SÉRIE JUSTIÇA PRESENTE
COLEÇÃO POLÍTICA PARA PESSOAS EGRESSAS

**CADERNO DE GESTÃO
DOS ESCRITÓRIOS SOCIAIS II**

**Metodologia
para Singularização
do Atendimento a
Pessoas em Privação
de Liberdade
e Egressas do
Sistema Prisional**



DEPEN
Departamento Penitenciário Nacional



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



Esta obra é licenciada sob uma licença Creative Commons -
Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações. 4.0 Internacional.

B823m Brasil. Conselho Nacional de Justiça.

Manual de gestão para as alternativas penais. —Brasília: Conselho
Nacional de Justiça, 2020:
336p. : - (Coleção Justiça Presente; Eixo 1).

1. Sistema penitenciário. 2. População carcerária. 3.
Alternativas penais. I. Leite, Fabiana de Lima. II. Título. III.
Série.

CDU 316.7(81)
CDD 304

ISBN: 978-85-5834-029-8 (Papel) — ISBN: 978-85-5834-030-4 (PDF)

Coordenação Série Justiça Presente: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi; Victor Martins Pimenta; Ricardo de Lins e Horta; Valdirene Daufemback; Débora Neto Zampier

Autoria: Ana Paula Galdeano e Thais Regina Pavez

Supervisão: Felipe Athayde Lins Melo e Pollyanna Bezerra Lima Alves

Apoio: Comunicação Justiça Presente

Projeto gráfico: Sense Design & Comunicação

Revisão: Orientse

Fotos: Capa, pg 14, pg 17, pg 37, pg 61, pg 73, pg 91 e pg 103 - Unsplash

Apresentação

O sistema prisional e o sistema socioeducativo do Brasil sempre foram marcados por problemas estruturais graves, reforçados por responsabilidades difusas e pela ausência de iniciativas articuladas nacionalmente fundadas em evidências e boas práticas. Esse cenário começou a mudar em janeiro de 2019, quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a liderar um dos programas mais ambiciosos já lançados no país para a construção de alternativas possíveis à cultura do encarceramento, o Justiça Presente.

Trata-se de um esforço interinstitucional inédito, com alcance sem precedentes, que só se tornou possível graças à parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na execução das atividades em escala nacional. O programa conta, ainda, com o importante apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Departamento Penitenciário Nacional.

As publicações realizadas no âmbito do programa trazem temáticas afeitas ao Justiça Presente, como alternativas penais, monitoração eletrônica e atenção às pessoas egressas do sistema prisional, consolidando políticas públicas e fornecendo rico material para capacitações e sensibilização de atores.

É animador perceber o potencial de transformação de um trabalho realizado de forma colaborativa, que busca incidir nas causas ao invés de insistir nas mesmas e conhecidas consequências, sofridas de forma ainda mais intensa pelas classes mais vulneráveis. Quando a mais alta corte do país entende que pelo menos 800 mil brasileiros vivem em um estado de coisas que opera à margem da nossa Constituição, não nos resta outro caminho senão agir.

Estes *Cadernos de Gestão dos Escritórios Sociais* são voltados aos serviços – estaduais ou municipais; públicos, privados ou da sociedade civil; do Poder Judiciário ou do Executivo – que se destinam ao atendimento de pessoas egressas e seus familiares. São três Cadernos que auxiliarão gestores e profissionais na qualificação dos serviços, propondo metodologias específicas e inéditas para a mobilização de pessoas pré-egressas, para a singularização do atendimento e para a gestão dos Escritórios Sociais.

A publicação dos *Cadernos* complementa a Resolução CNJ Nº 307/2019, a publicação da Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e a disseminação dos Escritórios Sociais em todo o país, visando a dar uma resposta efetiva para a reintegração social das pessoas que deixam os cárceres brasileiros.

José Antonio Dias Toffoli

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça

CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

Presidente: Ministro José Antonio Dias Toffoli

Corregedor Nacional de Justiça: Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins

Conselheiros

Ministro Emmanoel Pereira

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Rubens de Mendonça Canuto Neto

Tânia Regina Silva Reckziegel

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Candice Lavocat Galvão Jobim

Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Ivana Farina Navarrete Pena

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

André Luis Guimarães Godinho

Maria Tereza Uille Gomes

Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Carlos Vieira von Adamek

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica: Richard Pae Kim

Diretor-Geral: Johaness Eck

Supervisor DMF/CNJ: Conselheiro Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador DMF/CNJ: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Antonio Carlos de Castro Neves Tavares

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Carlos Gustavo Vianna Direito

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Fernando Pessoa da Silveira Mello

Diretor Executivo DMF/CNJ: Victor Martins Pimenta

Chefe de Gabinete DMF/CNJ: Ricardo de Lins e Horta

MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública)

Ministro da Justiça e Segurança Pública: André Luiz de Almeida Mendonça

Depen - Diretora-Geral: Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça

Depen - Diretor de Políticas Penitenciárias: Sandro Abel Sousa Barradas

PNUD BRASIL (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Representante-Residente: Katyna Argueta

Representante-Residente Adjunto: Carlos Arboleda

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Coordenadora-Geral (equipe técnica): Valdirene Daufemback

Coordenador-Adjunto (equipe técnica): Talles Andrade de Souza

Coordenador Eixo 3 (equipe técnica): Felipe Athayde Lins Melo

Coordenadora-Adjunta Eixo 3 (equipe técnica): Pollyanna Bezerra Lima Alves

Apresentação

Em 2019 o Conselho Nacional de Justiça – CNJ firmou parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud Brasil) para implantação do Programa Justiça Presente, o qual executada, dentre seus cinco eixos de atuação, um conjunto de ações voltadas para a promoção de Políticas de Cidadania e Garantia de Direitos para as pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional no Brasil. A parceria do CNJ com o PNUD permitiu, além da somatória de competências técnicas e institucionais, resgatar diversos produtos que foram incorporados pelo PNUD como documentos de referência para as políticas penais brasileiras, dentre os quais se inclui o material aqui apresentado.

Esta publicação é fruto de esforços diversos entre atores institucionais, profissionais do campo das políticas penais e pesquisadores/as das áreas de políticas públicas e de segurança pública que, em momentos diversos e por meio de arranjos institucionais específicos, colaboraram para apresentar aos profissionais das políticas penais no Brasil um documento de referência para a singularização do atendimento a pessoas em privação de liberdade e egressas do sistema prisional. Dada a característica ímpar do processo de desenvolvimento deste material, descrever o percurso de sua elaboração, os atores envolvidos e os resultados dele esperados torna-se uma premissa fundamental para que leitores e leitoras tenham clareza sobre seus conteúdos e possíveis aplicações.

Durante o período de julho de 2015 a julho de 2016, o Departamento Penitenciário Nacional, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, contratou uma Consultoria Nacional Especializada para Formulação de Modelo de Gestão para a

Política Prisional, com o objetivo, conforme constou em seu edital, de "prestar serviços de consultoria para a produção de subsídios às políticas públicas do DEPEN, especialmente com a elaboração de proposta para o modelo de gestão para a política prisional"¹. No bojo desta Consultoria Nacional, formou-se um Grupo de Trabalho composto por profissionais do campo das políticas penais², gestores e servidores penitenciários, pesquisadores das áreas das políticas públicas e da segurança pública e pessoas egressas das prisões.

Durante as discussões deste Grupo de Trabalho, surgiu a proposta de desenvolvimento de uma metodologia de singularização do atendimento em gestão prisional, a qual avançou para a contratação de consultoria específica para este fim, ocasião em que, por indicação do CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento da Universidade de São Paulo, foram contratadas as Professoras Doutoras Ana Paula Galdeano Cruz e Thais Regina Pavez.

Essa contratação, por sua vez, se deu no âmbito de cooperação entre o Depen e a Universidade Federal de Minas Gerais, cujo escopo estava voltado para a produção de cursos de formação de servidores das políticas penais, motivo pelo qual foram desenvolvidos os cursos "Referência teórica e prática para a construção de projetos singulares integrados em gestão prisional" e "Metodologia de análise de redes sociais (ARS) para avaliação do ingressante ao sistema penal", ambos criados para disseminação na modalidade de Educação a Distância (EaD). Assim, para cada curso foram desenvolvidos um material de leitura e quatro videoaulas, a serem disponibilizadas em portal de EaD. Porém, o término da consultoria, em 2016, e as mudanças político-administrativas, nos diversos órgãos envolvidos na ação a partir daquele ano, levaram ao cancelamento do lançamento dos cursos elaborados,

1 Objetivo declarado no Edital 002/2015, Projeto BRA/14/011, do Ministério da Justiça – Departamento Penitenciário Nacional.

2 Compreende-se como políticas penais um conjunto de políticas de responsabilização penal que envolve, além das medidas de privação de liberdade em diferentes regimes, as audiências de custódia, as alternativas penais, os serviços de monitoração eletrônica, práticas restaurativas no sistema de justiça criminal e serviços de atenção às pessoas egressas do sistema prisional, conforme abordado em MELO, Felipe Athayde Lins de; DAUFEMBACK, Valdirene. Modelo de Gestão para a Política Penal: começando uma conversa. In: DE VITTO, Renato Campos Pinto e DAUFEMBACK, Valdirene [org]. **Para além da prisão: reflexões e propostas para uma nova política penal no Brasil**. Belo Horizonte/MG: Letramento: Casa do Direito, 2018.

de modo que o material, após finalizado pelo Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED-UFMG), acabou não sendo distribuído.

A retomada deste material, por seu turno, se deu no escopo das ações do Programa Justiça Presente voltadas para o fomento de uma política nacional de atenção às pessoas egressas, a qual, ademais, também fora objeto de consultoria do PNUD junto ao Depen, gerando, no Justiça Presente, uma série de continuidades e inovações, que incluíram a publicação de documentos de referência produzidos na cooperação PNUD-Depen³, o fomento à disseminação dos Escritórios Sociais⁴ e a publicação da Resolução CNJ 307/2019, que institui a Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário⁵.

Assim, durante o período de setembro a novembro de 2019, o Programa Justiça Presente contratou, via PNUD, uma nova consultoria da Prof.^a Dr.^a Thais Regina Pavez, tendo por finalidade a realização de processos formativos para servidores das políticas penais, gestores públicos, representantes de organizações da sociedade civil e membros do Poder Judiciário, voltados para a discussão da temática da “singularização do atendimento” e tendo como perspectiva sua implantação no âmbito da política de atenção às pessoas egressas. Nesse escopo, a consultoria assumiu o desafio de adaptar a metodologia que fora desenvolvida para a gestão prisional, adequando o “instrumento de singularização” anteriormente elaborado e colocando-o em testes por meio da discussão pública realizada durante os processos formativos.

3 Dentre estes, incluem-se os documentos: Modelo de Gestão da Política Prisional e Proposta de Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas, ambos elaborados por Felipe Athayde Lins de Melo, consultor do PNUD e coordenador do Eixo *Políticas de Cidadania e Garantia de Direitos* do Justiça Presente; Modelo de Gestão para Alternativas Penais, organizado por Fabiana de Lima Leite, consultora do PNUD e coordenadora do Eixo *Ações para Redução da Superlotação e Superpopulação Carcerária* do Justiça Presente; Modelo de Gestão para a Monitoração Eletrônica de Pessoas, desenvolvido por Izabella Lacerda Pimenta, consultora do PNUD e especialista em monitoração eletrônica no Eixo *Ações para Redução da Superlotação e Superpopulação Carcerária* do Justiça Presente.

4 O Escritório Social é um equipamento público de atenção às pessoas egressas instituído pelo CNJ e inaugurado, originalmente, no Espírito Santo, em 2016. No Programa Justiça Presente, os Escritórios Sociais passaram a ser disseminados nacionalmente, com previsão de implantação de 15 novas unidades no período de 2019 e 2020.

5 Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3147>; acesso em 14/02/2020.

No período da consultoria, portanto, foram realizados 06 encontros regionais, abrangendo os 26 estados e o Distrito Federal e envolvendo cerca de 360 pessoas, as quais tiveram a oportunidade de entrar em contato com a metodologia de singularização e discutir os aperfeiçoamentos necessários à aplicação do instrumento de singularização para pessoas egressas, uma vez que este, conforme mencionado, havia sido desenvolvido para aplicação na gestão prisional.

Assim, o material que ora se apresenta foi adaptado a partir da versão finalizada em não publicada pelo Depen e CAED-UFMG. Em princípio, o material era composto, como já mencionado, por duas publicações independentes e um conjunto de quatro vídeoaulas, tendo como objetivo a realização de processos formativos na modalidade EaD. Aqui este material tomou nova forma: as duas publicações foram reunidas numa única, tendo sido excluída a Unidade 4 da publicação originalmente denominada “Referência teórica e prática para a construção de projetos singulares integrados em gestão prisional”, uma vez que se tratava da apresentação do “Questionário de Redes de Sociabilidade”, que era também apresentado na Unidade 4 da então publicação “Metodologia de análise de redes sociais (ARS) para avaliação do ingressante ao sistema penal”.

O título desta segunda publicação foi aqui alterado, passando a ser designado como “Metodologia de análise de redes sociais (ARS) aplicada às políticas penais”, cuja abordagem foi ampliada da gestão prisional para aplicação, também, nos serviços de atenção às pessoas egressas.

Essas adaptações foram incorporadas ao longo de todo o texto e aquele questionário, após os aprimoramentos proporcionados pelos testes de aplicação realizados ao longo dos 6 (seis) encontros regionais, passou-se a ser denominado como **“Instrumento de Singularização do Atendimento”**, sendo apresentado na última unidade desta publicação.

Trata-se de um aperfeiçoamento de ordem conceitual e prática, pois supera eventuais hábitos de aplicação mecânica de questionários pela condução de processos de escuta ativa e construção colaborativa, entre profissional e pessoa atendida, de projetos de futuro que permitam o acompanhamento, com alteridade, das pessoas que, privadas de liberdade ou tendo deixado os cárceres, procuram pelo atendimento técnico das equipes multidisciplinares das unidades prisionais ou dos serviços para pessoas egressas.

Não obstante, a fim de preservar a autoria e edição originais, este material mantém a identificação dos créditos ao término dos conteúdos que correspondem a cada uma daquelas publicações elaboradas pelo CAED-UFMG.

Isto posto, desejamos que os leitores e leitoras deste material encontrem nas linhas que se seguem a oportunidade de aprendizagem e o incentivo ao desafio para a inovação e para a busca de novas práticas no atendimento às pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, aprendizagem esta que se guia pelo respeito à diversidade e aos direitos fundamentais e pelo desejo de construir uma sociedade justa.

SUMÁRIO

Introdução	14
PARTE I - Os Instrumentos Atuais de Classificação das Pessoas Privadas de Liberdade	17
1. Introdução	18
2. A “pré-história” da criminologia no Brasil: perspectiva crítica	20
3. Instrumentos atuais baseados nas estruturas psicopatológicas	24
4. Diagnóstico de personalidade psicopática e sua aparente neutralidade	25
5. A contribuição da abordagem sociológica	33
PARTE II - Introdução Conceitual à Análise de Redes Sociais (ARS) e Matriciamento para a Gestão Prisional	37
1. As redes sociais e suas possibilidades de análise	38
1.1. Rede – uma palavra, vários sentidos	39
1.2. Tipos de redes sociais	41
2. Elementos e conceitos da metodologia	46
3. Redes pessoais e esferas de sociabilidade	49
PARTE III - Gerando Dados para uma Análise de Redes Sociais	61
1. Breve história da perspectiva metodológica das redes sociais	62
2. Dados relacionais versus atributos	64
3. Coleta de dados relacionais	70
PARTE IV - Medidas e Análise de Dados	73
1. A análise descritiva das redes sociais	74
2. Indicadores e representações gráficas	78
2.1. Redes coletivas: o exemplo de uma comunidade segregada em contexto urbano	79
2.2. A análise de redes pessoais	81
3. Usos de programas computacionais	83
3.1. Organizando e registrando os dados relacionais	84

PARTE V - Trajetórias e Sociabilidades de Indivíduos em Privação de Liberdade	91
1. O efeito da privação de liberdade nas esferas de sociabilidade dos indivíduos	92
1.1. Analisando trajetórias e esferas de sociabilidade	95
1.2. Das trajetórias ao matriciamento	100

PARTE VI - O Processo de Singularização do Atendimento	103
1. Apresentação do Instrumento de Singularização do Atendimento	106
1.1. O Instrumento de Singularização do Atendimento	108
2. Orientações para utilização do Instrumento de Singularização	113
2.1. Apresentação	113
2.2. Orientações para realização da entrevista	114
2.3. Orientações para a aplicação do instrumento de singularização	115
3. Matriciamento em gestão prisional	120
4. O Projeto Singular Integrado como produto do matriciamento em gestão prisional	123

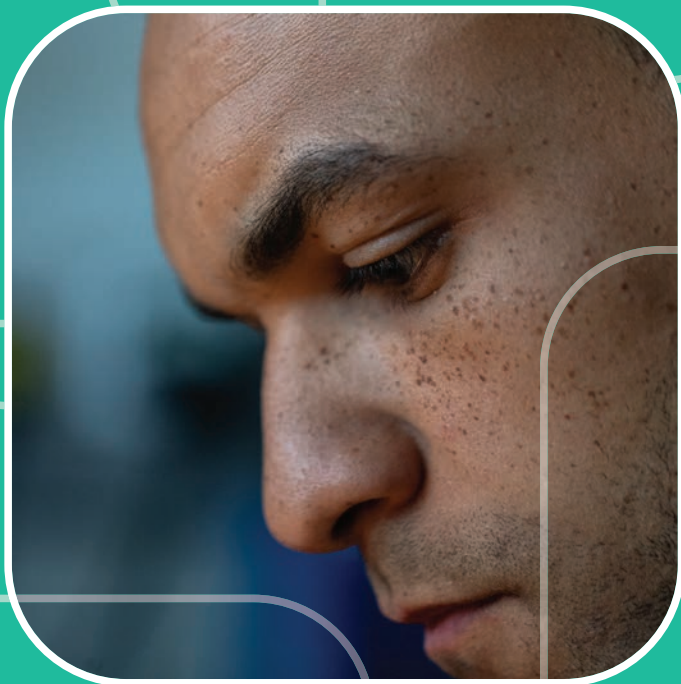
BIBLIOGRAFIA	125
---------------------	------------

SOBRE AS AUTORAS	129
Ana Paula Galdeano	129
Thais Regina Pavez	129

CRÉDITOS DE ELABORAÇÃO DO MATERIAL	130
Referência da elaboração original 1	130
Referência da elaboração original 2	133
Editoria e produção dos cursos originais	133

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS	
Figura 1 – Cesare Lombroso.	21
Figura 2 – A escola de Lombroso.	23
Figura 3 – Exemplo de redes e conexões.	39
Figura 4 – Rede de neurônios.	40
Figura 5 – Exemplo de rede pessoal. Fonte: GUIMARÃES, N. A. et al.	43
Figura 6 – Exemplo de rede corporativa. Fonte: S. Vitali, J.B Glattfelder e S. Battiston.	44
Figura 7 – Pessoas em conversas. Elaboração das autoras.	45
Figura 8 – Análise de vínculo de atores sociais.	46
Figura 9 – Rede de casamentos da Família Médici.	47

Figura 10 – Rede pessoal de Kari. Elaboração das autoras.	48
Figura 11 – Dados de atributos e relacionais. Elaboração das autoras.	65
Figura 12 – Redes de pessoas envolvidas no ataque de 11 de setembro de 2001. Fonte: S. Vitali, J.B Glattfelder e S. Battiston.	67
Figura 13 – Sociograma sobre atores institucionais. Fonte: S. Vitali, J.B Glattfelder e S. Battiston.	68
Figura 14 – Sociogramas de redes pessoais. Fonte: Guimarães [et.al].	69
Figura 15 – Modelos de coletas de dados. Fonte: elaboração das autoras.	70
Figura 16 – Coleta de informações sobre indivíduos e redes. Elaborado pelas autoras.	74
Figura 17 – Dados de análise de redes. Fonte: elaboração das autoras.	75
Figura 18 – Relações de colaboração na colheita de arroz.	76
Figura 19 – Sociogramas da rede da comunidade no antes (t1) e no depois (t2) com áreas mais densas.	79
Figura 20 – Sociogramas de uma rede pessoal A. Fonte: Guimarães et al., (2012).	81
Figura 21 – Sociogramas de uma rede pessoal B. Fonte: Guimarães et al., (2012).	81
Figura 22 – Uso dos softwares. Fonte: elaboração das autoras.	83
Figura 23 – Tela do software UCINET.	84
Figura 24 – Tela do software UCINET 2.	85
Figura 25 – Tela do software UCINET 3.	86
Figura 26 – Tela do software UCINET 4.	86
Figura 27 – Tela do software UCINET 5.	87
Figura 28 – Tela do software UCINET 6.	88
Figura 29 – Tela do software UCINET 7.	88
Figura 30 – Tela do software NETDRAW.	89
Figura 31 – Modelo de sociograma. Elaboração das autoras.	94
Figura 32 – Sociograma de Diego em T1. Extraído de MELO, 2011.	98
Figura 33 – Sociograma de Diego em T2. Extraído de MELO, 2011.	99
Figura 34 – Sociograma de Diego em T3. Extraído de MELO, 2011.	100
Figura 35 – Etapas para a elaboração do Projeto Singular Integrado. Elaboração das autoras.	105
Figura 36 – Dimensões de uma rede de sociabilidade. Elaboração das autoras.	106
Figura 37 – Linha metodológica geral do Instrumento de Singularização. Elaboração das autoras.	107
Figura 38 – Situação simulada: percursos de Maria antes, durante e depois da prisão.	124
 Quadro 1 – Mapeamento de programas e projetos.	 120
Quadro 2 – Etapas do Matriciamento em Gestão Prisional.	121
 Tabela 1 – Tabela de informações de medidas de redes pessoais.	 66
Tabela 2 – Modelo de lista de contatos. Fonte: Elaboração das autoras.	71
Tabela 3 – Dados da estrutura da rede no t1 e t2.	80
Tabela 4 – Atores, vínculos e esferas de sociabilidade.	82
Tabela 5 – Exemplo de preenchimento de dados relacionais.	84



INTRODUÇÃO

Este material foi elaborado para atender a necessidade de criar um programa de desenvolvimento para o indivíduo privado de liberdade que garanta seu retorno ao convívio em liberdade civil, conforme os direitos preconizados em lei. Os conteúdos também se aplicam aos serviços de atenção às pessoas egressas do sistema prisional. Iremos refletir sobre elementos teóricos e práticos que enfatizam a importância de mapear a sociabilidade e a história de vida do indivíduo desde antes do ingresso no sistema penitenciário.

Seu objetivo é qualificar os/as leitores/as para a produção do Projeto Singular Integrado, a partir de um instrumento que se caracteriza como um roteiro de entrevista voltado à identificação de esferas de sociabilidade que podem ser potencializadas durante e após a vida prisional. Trata-se de difundir um conceito e uma prática focados nos direitos de cidadania, por meio do matriciamento para políticas públicas, sejam em estabelecimentos de privação de liberdade, seja na inserção das pessoas egressas nos serviços de proteção social, de empregabilidade, de educação ou demais redes de serviços públicos e da sociedade civil.

Este material é destinado aos profissionais que atuam em equipes multidisciplinares em unidades prisionais de todo o país (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, sociólogos etc.), bem como equipes técnicas dos serviços de atenção às pessoas egressas do sistema prisional.

Ao final da leitura, esperamos que você possa:

- refletir a questão da Criminologia no Brasil de maneira crítica;
- perceber as contribuições da abordagem sociológica, por meio das redes sociais e sua aplicação na gestão prisional e na política para pessoas egressas;
- apresentar estudos desenvolvidos sobre trajetórias de indivíduos envolvidos no “mundo do crime” e no universo prisional e suas relações com uma diversidade de esferas de sociabilidade;
- estar apto/a para conhecer o Instrumento de Singularização do Atendimento e para elaborar o Projeto Singular Integrado para pessoas privadas de liberdade ou egressas do sistema prisional.

Esta publicação está estruturada em seis unidades, de modo a favorecer um percurso de aprendizagem que inclua os aspectos teóricos e sua aplicabilidade na gestão prisional e nos serviços de atenção às pessoas egressas.



Parte I

OS INSTRUMENTOS ATUAIS DE CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Esta primeira unidade tem início com reflexões sobre as formas tradicionais de “classificação” das pessoas privadas de liberdade. Serão abordados os instrumentos mais usuais utilizados, seus problemas e potencialidades, perpassando a “pré-história” da Criminologia, a Psicopatologia e as contribuições da Psicologia, até uma iniciação à abordagem sociológica, ressaltando a importância da interdisciplinaridade.

1 INTRODUÇÃO

Antes de iniciar, é importante lembrar que a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984) preconiza que uma das finalidades da pena de prisão é “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984). Essa lei garante que uma Comissão Técnica de Classificação (CTC), existente em cada estabelecimento, deverá “ser composta, no mínimo, por 2 (dois) Chefes de Serviço, 1 (um) Psiquiatra, 1 (um) Psicólogo e 1 (um) Assistente Social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade” (BRASIL, 1984).

Posteriormente, a Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, reforça que a avaliação será feita pela mesma comissão “que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório” (BRASIL, 2003).

SAIBA MAIS

Para saber mais sobre a Lei de Execução Penal (que já contém as alterações da Lei nº 10.792/2003), acesse o endereço: <<https://goo.gl/64Pn4k>>.

Assim, embora cada estado da Federação, ou mesmo unidade prisional, formule seu próprio instrumento, em geral denominado de “avaliação de ingresso”, cada instrumento tem por objetivo reunir informações que visam subsidiar a individualização da pena de acordo com os atributos ou as qualidades/características de cada pessoa. Essa assistência deverá ocorrer no âmbito do próprio estabelecimento, nas áreas da assistência à saúde, assistência social, assistência à justiça, assistência religiosa e assistência educacional.

A lei também garante o apoio aos egressos para orientá-los ao convívio social fora dos muros das prisões, inclusive no que se refere ao trabalho, conforme podemos observar:

Art. 25. A assistência ao egresso consiste:

I - na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;

II - na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 02 (dois) meses.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.

Art. 26. Considera-se egresso para os efeitos desta Lei:

I - o liberado definitivo, pelo prazo de 01 (um) ano a contar da saída do estabelecimento;

II - o liberado condicional, durante o período de prova.

Art. 27. O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho. (BRASIL, 1984).

Como veremos mais à frente, o trabalho é uma dimensão importante da sociabilidade, que garante integração, interação e sociabilidade, mas há outras esferas importantes, como a educação, religião, vizinhança, arte e cultura, entre outras.

Assim, o momento de avaliação do indivíduo privado de liberdade não é apenas um protocolo de inclusão no sistema, mas um momento em que é possível levantar informações importantes sobre sua trajetória social, por meio de um instrumento que possa, de fato, subsidiar a individualização da pena para uma vida em liberdade que garanta oportunidades e efetivação dos direitos.

O trabalho dos profissionais especializados da Psicologia, Assistência Social, Pedagogia, Sociologia, entre outros, deve compreender, para além das especificidades de cada saber específico, um trabalho integrado com vistas à elaboração de um **Projeto Singular Integrado** que possibilite conectar ou reconectar vínculos sociais em esferas importantes da vida. E, desse modo, contribuir para que o indivíduo possa retomar o convívio em liberdade civil com um leque de oportunidades.

Assim, esses profissionais devem, por meio do **Projeto Singular Integrado**, mediar o acesso dos indivíduos às políticas e programas sociais, executados pelo Estado ou por ONGs.

Nessa perspectiva, o olhar do profissional requer sensibilidade e uma postura que encare o indivíduo, ainda que privado de liberdade, como um cidadão cujos direitos devem ser assegurados.

Abordagens que procuram apenas a dimensão criminal e psicopatológica do indivíduo pouco contribuem com esse olhar. Um instrumento de “individualização da pena” ou de singularização, que busca desenhar um projeto com foco nos vínculos sociais específicos de cada pessoa, não tem o objetivo de controlar ou punir, mas de garantir acessos às oportunidades na comunidade, no mercado e no Estado.

SAIBA MAIS

Você já acessou a **Lei de Execução Penal** anteriormente e percebeu que existem várias outras incluídas nela, como a Lei nº 10.792 de 2003, Lei nº 11.942 de 2009, Lei nº 12.312 de 2010, Lei nº 12.654 de 2012 e Lei nº 13.163 de 2015. Isso ocorre porque as redações dessas leis complementam ou alteram a **Lei de Execução Penal** e por isso são incorporadas a ela.

2 A “PRÉ-HISTÓRIA” DA CRIMINOLOGIA NO BRASIL: PERSPECTIVA CRÍTICA

Uma pequena parte da história da Criminologia no Brasil é capaz de explicar a ansiedade da sociedade brasileira na procura de explicações biológicas sobre o perfil dos indivíduos criminalizados pelo Sistema de Justiça. O que chamamos “pré-história” ou primórdios de nossa Criminologia são teorias que ainda hoje permanecem no senso comum, em alguns discursos científicos e, até mesmo, em profissionais que atuam no Direito, no sistema prisional, na saúde pública, entre outras.

A “pré-história” da Criminologia não está distante de nós. Atualmente, reencontramos essa abordagem em discursos que caracterizam o indivíduo que cometeu um crime como um ser “monstruoso” ou alguém que não pertence à humanidade. Como mostra Briggs (2007), ao analisar um caso de infanticídio na Venezuela, esses discursos tendem a percorrer diversos espaços e personagens – policiais, imprensa, cidadãos comuns –, produzindo desigualdades e formando a opinião pública.

Essa “pré-história” foi inspirada por ideias europeias, sobretudo de Cesare Lombroso, que chegaram ao Brasil no século XIX, sendo difundidas no século XX por vários médicos e profissionais do Direito. O médico Leonídio Ribeiro foi um disseminador das ideias lombrosianas por meio da publicação, em 1859, do livro *Criminologia* (ALVAREZ, 2005).

VOCÊ SABIA?

Cesare Lombroso era um italiano criminologista e médico que, mais tarde, se tornou professor de Psiquiatria (1896) e Antropologia Criminal (1906). Lombroso sugeriu que os criminosos são distintos dos não criminosos por múltiplas anomalias físicas.

Figura 1. Cesare Lombroso



Para Lombroso, os criminosos representam uma reversão para um tipo primitivo ou sub-humano do homem, conhecidos por características físicas que lembram macacos, menores primatas e o homem primitivo, até certo ponto preservado enquanto “selvagens” modernos. Para ele, essas “reminiscências” constituem em um comportamento biológico, inevitavelmente contrário às regras e expectativas da sociedade civilizada moderna.

Já Leonídio Ribeiro foi professor de Medicina Legal no Rio de Janeiro e vice-presidente da Sociedade Internacional de Criminologia. Além de ensinar as ideias criminológicas, Ribeiro atuou fortemente na prática dessa teoria na década de 1930. Nesse período, entre outras funções, Leonídio Ribeiro foi diretor do Instituto da Polícia Civil do Rio de Janeiro e criou o Laboratório de Biologia Infantil no âmbito do Juizado de Menores, no Rio de Janeiro.

O século XX foi um momento em que a Criminologia buscava sua legitimidade enquanto ciência. Os médicos e juristas buscavam um saber capaz de explicar a criminalidade, ou seja, “porque nascem os criminosos”. Esses profissionais formaram redes de cooperação, ensinaram em faculdades, ocuparam cargos na área da Justiça, buscaram influenciar políticas públicas de combate ao crime e reformular a legislação penal (ALVAREZ, 2005).

Segundo Garland (*apud* ALVAREZ, 2005), as teorias atuais da criminalidade caminham em duas direções: a “Criminologia do eu”, que acredita que indivíduos que cometem crimes são agentes racionais que calculam os custos e os benefícios de suas ações. E a “Criminologia do outro”, ainda

inspirada em Lombroso, que entende o indivíduo como não racional, um “estrangeiro”. Enquanto a primeira tese é utilizada para demandar e promover ações de prevenção, a segunda é mobilizada para pressionar o Estado para que puna mais e de forma mais rigorosa.

SAIBA MAIS

Sugestão de leitura

Caso queira conhecer um pouco da história da Criminologia no Brasil por meio da trajetória de Leonídio Ribeiro, leia o artigo “Criminologia, antropologia e medicina legal: um personagem central”, de Leonídio Ribeiro, disponível em: <<https://goo.gl/ijHZVt>>.

Idealmente, o que está em jogo na pena atribuída a alguém é o objeto jurídico definido pelo código e não a anomalia, as enfermidades, as inaptações e os efeitos da hereditariedade (ALVAREZ, 2005). Mas a análise passa a ser o criminoso e não o delito praticado, com base no saber científico supostamente neutros (WOLFF, 2005, p. 30).

Cesare Lombroso (1835-1909) não foi o único a contribuir para o pensamento criminológico moderno. Juntamente com outros pensadores, como Raffaele Garofalo (1852-1934) e Enrico Ferri (1856-1929), foi responsável pela defesa da chamada **Escola Positivista da Doutrina Penal** (ALVAREZ, 2005).

SAIBA MAIS

Sugestão de leitura

Para saber mais, leia o texto 2, “A contribuição de David Garland: a sociologia da punição”, de Fernando Salla, Maitê Gauto e Marcos César Alvarez, disponível em: <<https://goo.gl/BSUpBV>>.

A Escola Positivista do Direito Penal foi inspirada pelo biodeterminismo presente na Criminologia moderna, ainda hoje utilizada. Sua principal característica é o discurso médico-científico e a patologização do ato antissocial. A Escola Positivista teve lugar após a **Escola Clássica**, cujos principais representantes são Beccaria, Bentham e Von Feuerbach.

Para essa escola, o objeto jurídico privilegiado não é o sujeito da ação, mas sim o delito cometido. Assim, o que estavam em causa eram a culpa e a punição, assim como o sacrifício da liberdade individual mediante a ação do Estado. Com a hegemonia da Escola Positivista no debate penal, o saber médico entra em cena e, com ele, o indivíduo como foco no estudo do crime (YAMADA, 2009).

Dessa forma, como aponta o **Conselho Federal de Psicologia**:

Numa imbricação de conceitos como monstrosidade, periculosidade e personalidade criminal, esta escola, cujos principais expoentes foram Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Rafael Garofalo creditam, como única fonte de conhecimento e critério de verdade, a experiência como fato positivo e observável a partir apenas de dados sensíveis. Com isso, a criminologia positivista buscou aplicar os métodos de redução, observação e experimentação aos fatos sociais, filosóficos e humanos, a fim de buscar maiores esclarecimentos e iluminações acerca não somente do crime, mas principalmente do criminoso, este ser considerado monstruoso e perigoso que precisaria ser controlado pelo sistema penal com a “ajuda” da ciência para manter a dita segurança e ordem pública (CFP, 2012, p. 33-34).

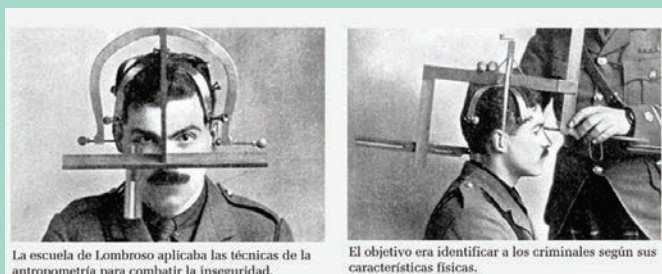
O italiano Cesare Lombroso se formou em Medicina e foi um homem de seu tempo. Foi inspirado pelas ideias e pensamentos do período, sobretudo as teorias positivistas e evolucionistas (ALVAREZ, 2005). Conhecido pela teoria do “criminoso nato”, para ele os comportamentos dos indivíduos são determinados pela Biologia. Sua teoria se fundamenta na perspectiva evolucionista do homem, segundo a qual os criminosos reproduzem características físicas e mentais do homem primitivo. Para construir essa teoria, Lombroso se baseou em dados antropométricos.

SAIBA MAIS

Sugestão de leitura

Para saber mais sobre a teoria e contradição da teoria de Lombroso, leia o texto 3, disponível em: <<https://goo.gl/ET2WnM>>.

Figura 2. A escola de Lombroso



3

INSTRUMENTOS ATUAIS BASEADOS NAS ESTRUTURAS PSCIOPATOLÓGICAS

Os instrumentos atuais de avaliação ainda não estão completamente distantes dos primórdios da Criminologia. De acordo com a previsão da Lei de Execução Penal (LEP), como indicado anteriormente, a **Comissão Técnica de Classificação (CTC)** tem, em cada unidade prisional, a tarefa de elaborar um programa de individualização da pena. Mas há, também, outra etapa de classificação, que “é realização de pareceres que irão instrumentalizar o Juizado de Execução Criminal na decisão sobre os benefícios jurídicos dos presos” (WOLFF, 2005, p. 138). Quando o Juizado pede esse último parecer, leva-se em conta que houve um projeto de individualização anterior que deve ter repercutido na vida do preso, possibilitando, ou não, progressões e conversões de regime.

Trata-se dos **Exames Criminológicos** que, desde a Lei nº 10.792/2003 (BRASIL, 2003), não estão sob a responsabilidade do CTC. A essa comissão cabe aplicar o Artigo 6, que consiste em elaborar o programa de individualização da pena de liberdade para cada indivíduo condenado ou em situação provisória.

A mesma legislação, em seu Artigo 12, preconiza que os exames criminológicos não são obrigatórios, sendo que a progressão da pena pode ser atestada pelo bom comportamento carcerário, desde que comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional. Diante das controvérsias da Lei nº 10.792/2003, o Superior Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiram a conduta jurídica por meio das súmulas do STF nº 26 (2009) e do STJ nº 439 (2010), decidindo que o juiz pode requerer o exame criminológico, desde que a decisão seja motivada e fundamentada (CFP, 2012).

Essa indefinição jurídica gera um quadro de indefinição procedimental, não sendo possível encontrar um padrão de atuação das CTCs, que ora dedicam-se aos exames criminológicos, ora atuam nos procedimentos de inclusão dos indivíduos nos estabelecimentos prisionais e ora buscam realizar a efetivação dos procedimentos de individualização da pena.

SAIBA MAIS

Sugestão de leitura

Caso queira conhecer um pouco sobre as súmulas STF nº 26 (2009) e STJ nº 439 (2010), acesse: <<https://goo.gl/1F3nlf>> e <<https://goo.gl/ctFiHT>>.

Dessa forma, a individualização da pena não é realizada e os exames e laudos de personalidade são frequentemente requisitados e redigidos sem conexão com os dossiês de individualização. O

laudo de personalidade consiste “na realização de um inquérito sobre o agente para além do crime cometido, sendo (...) submetido a esquemas técnicos de maior profundidade nos campos morfológicos, funcional e psíquico” (WOLFF, 2005, p. 149).

Uma das razões apontadas para a ausência de dossiês de individualização da pena é a falta de recursos humanos nas prisões brasileiras e a ausência de recompensas (WOLFF, 2005). Isto é, não há profissionais suficientes para a elaboração de planos individuais e faltam oportunidades de inclusão para os indivíduos privados de liberdade em políticas e programas capazes de garantir seus direitos.

Os laudos de personalidade deveriam refletir o acompanhamento do preso e seus familiares ao longo da pena, mas, não raro, são produzidos a partir de contatos muito breves. Mesmo quando há uma gestão direcionada para a individualização da pena, os profissionais podem ficar responsáveis por papéis duplos: realizar o atendimento e elaborar perícias. Quando os laudos periciais se sobrepõem ao projeto de individualização e aos atendimentos, os profissionais sentem dificuldades para atuarem em práticas capazes de preparar o indivíduo para a retomada do convívio em liberdade.

Os papéis de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e outros profissionais da equipe são bastante importantes, pois interferem no processo judicial a partir de seus conhecimentos sobre o preso. Ao mesmo tempo, “(...) a atividade pericial traz o peso da responsabilidade de participar de uma decisão que envolve um compromisso com a sociedade e a pessoa avaliada” (WOLFF, 2005, p. 151).

A exigência de produção de laudos, paralela ao aumento da população carcerária, pode consumir a equipe, sobrando pouco tempo para atendimentos e para um olhar atento para as relações sociais e os vínculos em esferas a serem ampliadas na prisão.

4 DIAGNÓSTICO DE PERSONALIDADE PSICIOPÁTICA E SUA APARENTE NEUTRALIDADE

Além da grande demanda de laudos e da ausência de planos individuais, há ainda o problema do caráter aparentemente neutro dos pareceres, que escondem julgamentos morais e posicionamentos rígidos dos profissionais. Esses julgamentos vão além da Criminologia etiológica – aquele que busca a patologia. Assim, os laudos, muitas vezes, não se baseiam em questões teóricas e éticas dos profissionais envolvidos.

A perspectiva tradicional da individualização está baseada na “exigência de mudança de comportamento e até de personalidade, que são feitas a partir de critérios autoritários e externos àquele a quem se dirigiu a intervenção” (WOLFF, 2005, p. 139), ou seja, à pessoa privada de liberdade. Essa reflexão crítica é amplamente compartilhada por psicólogos e assistentes sociais, que com-

preendem os jogos de poder nos quais estão inseridos e os desafios éticos impostos a sua atuação profissional dentro do presídio, sobretudo quando se trata da realização de **Exames Criminológicos** (FREITAS *et al.*, 2003).

Atrás da aparente neutralidade dos laudos está uma série de questões que influenciam nos pareceres (WOLFF, 2005): a perspectiva teórica do profissional; os recursos instrumentais e técnicos de cada um; as experiências e trajetórias de cada técnico; as implicações administrativas nos próprios presídios que o parecer do profissional irá acarretar; os meios de comunicação e as opiniões e repercussões da imprensa sobre o problema da violência no Brasil; além das posições de classe e, certamente, de raça e gênero.

Os laudos, em geral, estão preocupados em apontar se o indivíduo está apto psicossocialmente, se tem maturidade, responsabilidade e se arrepende do delito cometido e da dor infligida a alguém, se sente vergonha e aceita o castigo. O que está em jogo é avaliar se a pessoa em privação de liberdade se enquadra nas regras e nos padrões sociais estabelecidos. Enquanto essa é a “consciência crítica” exigida para a progressão de pena ou o livramento condicional, há indivíduos que elaboram sua experiência em atos infracionais a partir das condições sociais, culturais e econômicas envolvidas. Wolff (2005, p. 183) mostra que a manifestação do sentimento de culpa e de reparação nem sempre é verbalizada pelos presos: “(...) uma resposta contrária a essa demanda pode ter diferentes significados; a reação frente à autoridade técnica pode ser de submissão ou de passividade, de indiferença ou de desconhecimento quanto à exigência de confessar-se culpado”.

Em muitos estabelecimentos prisionais, o modelo utilizado para a realização do diagnóstico de personalidade é o **clínico etiológico**, que abrange características fenotípicas (altura, peso, cor dos olhos), estado de humor, tatuagens, entre outras; busca-se, também, com muita frequência, relacionar problemas emocionais às causas dos delitos.

Entretanto, a base etiológica como eixo central dos pareceres – que visa diagnosticar a psicopatia, traços paranoides, freio ético débil, neurose obsessiva, transtorno antissocial e traços maníacos – coloca problemas:

- a) ausência de tratamento adequado, que não se limita à medicação; e
- b) a produção de diagnósticos conectados na origem social e transtornos psicológicos.

Como veremos mais adiante, uma perspectiva distinta aponta para a necessidade de que os procedimentos de inclusão e qualificação das pessoas privadas de liberdade estejam em diálogo com um Projeto Singular Integrado, de modo que a experiência da privação de liberdade possa significar um momento de ressignificação na trajetória de vida dos indivíduos, acrescentando vínculos com a saúde, a educação, o trabalho, a arte e a cultura.

Wolff (2005) argumenta que as pessoas privadas de liberdade têm consciência das limitações dos técnicos para avaliar suas condições específicas. A insegurança diante da avaliação ou uma postura pouco colaborativa nos padrões esperados pode ser lida como limitação sociocultural, menosprezo pelos peritos ou ausência de afeto. Ao mesmo tempo, o indivíduo privado de liberdade que fala demais, na tentativa de agradar os técnicos, pode ser avaliado como tendo traços narcisistas ou com baixa capacidade de deprimir-se diante do contexto inadequado e degradante das prisões brasileiras. A “verdade, nesse caso, é a definição do diagnóstico (...) centrado (...) na subjetividade do perito, e não do sujeito avaliado” (WOLFF, 2005, p. 187).

Buscar diagnósticos com base exclusiva em hipóteses centradas em transtornos de personalidades como causa da criminalidade é uma estratégia perversa, na medida em que muitos desses transtornos estão também presentes no universo social. Mas, entre indivíduos que vivem extramuros das prisões, tais transtornos não são vistos como fatores criminológicos.

Há diferentes testes para realizar tais diagnósticos. Em geral, tais instrumentos corroboram para construir, no senso comum, a imagem do indivíduo como patológico, anormal, violento, incapaz de socialização e sem referências morais positivas. Justifica-se, assim, infrações aos direitos e tratamentos desumanos, além de repercutir no desinteresse para a implementação de políticas e programas de educação, trabalho, formação profissional e atendimento técnico.

PARA REFLETIR

Com base no “discurso da verdade”, fundamentado no paradigma positivista e que pretende representar cientificidade, realizam-se predições de comportamentos e acontecimentos futuros fundamentados em características emocionais do presente. Essa perspectiva engessa o sujeito numa categorização que irá definir também sua possibilidade ou não de voltar a delinquir; fica excluída daí a compreensão dos sujeitos como participantes de uma realidade social contraditória, em constante desenvolvimento, transformação e construção. A ideia de previsibilidade reforça concepções deterministas sobre o preso (...) (WOLFF, 2005, p. 189).

Um desses instrumentos é a **Escala Hare PCL-R** (*Psychopathy Checklist Revised*), um instrumento para a detecção da psicopatia, que foi aprovado pelo Conselho Federal de Psicologia em 2005 e problematizado por Yamada (2009). Pretende avaliar a subjetividade psicopática por meio de um questionário com 20 itens que, em tese, contemplaria as contribuições médicas, sociais, criminológicas e psicológicas do indivíduo. Pretende, ainda, ser um modelo científico único para a individualização do atendimento à pessoa privada de liberdade. Entretanto, sua aparente “neutralidade” esconde julgamentos morais e distorções.

SAIBA MAIS

Sugestão de leitura

A **Escala Hare PCL-R** (*Psychopathy Checklist Revised*) foi traduzida para a língua portuguesa pela psiquiatra Hilda Morana em sua tese de doutorado da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Em 2005, a Escala Hare PCL-R foi avaliada pelo Conselho Federal de Psicologia que aprovou a sua utilização.

A Escala Hare PCL-R tem como um dos seus principais objetivos identificar os sujeitos com maior probabilidade de reincidência criminal. Para isso, ela é composta por 20 itens pontuados por uma entrevista semiestruturada, com base numa escala **Likert** de três pontos:

0 = Não se aplica

1 = Presente em certa medida

2 = Definitivamente presente

A partir desses itens, o pesquisador observa os traços de manipulação do sujeito em análise, sendo observadas a falta de remorso ou de culpa, a falta de metas realistas em longo prazo, a delinquência juvenil, a versatilidade criminal, além de outros aspectos.

A ideia de utilização da Escala Hare PCL-R é que ela seja vista como um instrumento diagnóstico importante na tomada de decisão acerca do trâmite do condenado no sistema penal. A partir dos resultados levantados pela Escala Hare PCL-R, o pesquisador terá maiores elementos para separar os criminosos comuns daqueles com alta probabilidade de reincidência criminal. Feito isso, a ideia é poder promover a reabilitação dos criminosos não psicopatas e remover os psicopatas para ambientes adequados.

Para saber mais sobre a Escala Hare PCL-R, leia o texto “Estrutura fatorial da Escala Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R): uma revisão sistemática”, disponível em: <<https://goo.gl/oxgxhY>>

O Roteiro de Entrevistas e Informações do PCL-R está dividido em grupos de Fator 1 e Fator 2. O primeiro fator abrange questões que visam detectar a personalidade psicopática: loquacidade/charme superficial; superestima; mentira patológica; vigarice/manipulação; ausência de remorso/culpa; insensibilidade afetivo/emocional; indiferença/falta de empatia; e incapacidade de aceitar responsabilidade pelos próprios atos. O segundo fator busca definir se o indivíduo é, ou não, socialmente desviante, abordando os itens: necessidade de estimulação/tendência ao tédio; estilo de vida parasitário; descontroles comportamentais; transtornos de conduta na infância; ausência de metas

realistas e de longo prazo; impulsividade; irresponsabilidade; delinquência juvenil; e revogação da liberdade condicional.

Há ainda três características que não se encaixam nos Fatores 1 e 2, mas que, em conjunto com os demais itens, reafirmariam as características da psicopatia: promiscuidade sexual; relacionamentos conjugais de curta duração; e versatilidade criminal. Segundo Yamada (2009, p. 50), o que está em jogo na Escala Hare PCL-R é “a produção da vida psicopática”.

Os itens delinquência juvenil, revogação da liberdade condicional e versatilidade criminal pretendem descrever o indivíduo que passou pelo sistema de justiça. A delinquência juvenil mede as detenções; a revogação da liberdade condicional considera fugas e infrações técnicas, como ingestão de bebida durante a condicional, entre outras; e a versatilidade criminal considera acusações e condenações.

Mas, como aponta Yamada, seguindo Thompson (1983 *apud* YAMADA, 2009), há controvérsias nesses itens que podem ser problematizadas, quando se têm em mente a realidade seletiva das punições e a ausência de registros policiais e sanções jurídicas.

ATIVIDADE DE FIXAÇÃO

Verifique no seu trabalho:

- a) Existe na sua unidade algum instrumento padrão de classificação aplicado no ingresso das pessoas privadas de liberdade?
- b) Você observa alguma semelhança com os fatores indicados na Escala Hare PCL-R?
- c) Quais as falhas que você observa no modelo de classificação utilizado em sua unidade?

As estatísticas oficiais, no Brasil e em todo o mundo, não revelam a realidade dos crimes. Muitas violações de leis não são registradas pela polícia, portanto não são investigadas e não geram inquéritos e condenações por parte do Judiciário.

Para Yamada (2009), é preciso levar em conta as práticas seletivas de punição, pois:

Estudos realizados na Inglaterra apontam que apenas 3% dos crimes cometidos culminam em condenações e se levarmos em consideração a referência da polícia inglesa e o seu sistema de justiça há de se pensar que a situação brasileira não pode ser maior do que essa. Assim, em se tratando de Direito Penal é necessário levar em consideração as práticas seletivas de punição.

No Brasil, a seletividade social se revela na criminalização da própria exclusão social que pode ser observada através dos registros e perfil da população carcerária. De acordo com a pesquisa desenvolvida pelo Ministério da Justiça (DEPEN, 2009), 77,5% dos presos têm até o ensino fundamental completo, dentre esses 7,7% são analfabetos, 12,3% são alfabetizados e apenas 0,38% da população carcerária possuem nível superior. Em relação aos tipos de crime tentados/consumados, 52,5% são crimes contra o patrimônio, 12,7% são relativos a crimes contra a pessoa, 19,8% correspondem ao tráfico de entorpecentes e 1,5% ao tráfico internacional de entorpecentes. Já no tocante aos crimes contra a administração pública, os dados são mais tímidos, aparecendo com os irrisórios 0,14%. Na categoria crimes praticados por particular contra a administração pública, os dados são também inexpressivos: 0,18% (YAMADA, 2009, p. 52).

A sexualidade também é outro ponto da Escala Hare PCL-R. Investiga-se o número de relacionamentos conjugais, com parceiros heterossexuais ou homossexuais; se houve relacionamento firme; a idade da primeira relação sexual; o número de parceiros; a fidelidade, entre outras (YAMADA, 2009).

Tais questões não levam em conta transformações recentes sobre o namoro, o casamento e a família. Essas são instituições em que a sexualidade é fenômeno social central e que sofrem alterações ao longo do tempo: hoje, a experiência sexual antes do casamento é frequente; o casamento é mais instável, com separações e divórcios também frequentes; é comum pessoas se casarem mais de uma vez e, em consequência, os arranjos familiares são múltiplos, inclusive com filhos morando com a mãe e sua companheira ou o pai e seu companheiro (SIMÕES, 2009).

Assim, a Escala Hare não esconde determinados valores culturais relativos a uma certa concepção de família, que corresponde mais às normas aceitas pelo entrevistador do que as próprias normas sociais que circulam na sociedade.

Como apontou o psicólogo e professor de Criminologia, Pedro Paulo Bicalho, do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na audiência pública “A prática do exame criminológico no sistema prisional”, realizada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ),

a questão central a ser discutida no exame criminológico não é sua cientificidade ou não cientificidade, pois a ciência é uma prática social e, como toda prática, produz discursos que tornam essa prática, ou esse exame, legítimo. Trata-se, além disso, de pensar os efeitos que esse exame produz no mundo (FREITAS et al., 2013, p. 18).

Ou seja, nos corpos e na vida dos sujeitos encarcerados.

Quanto ao Fator 1, alguns dos itens são o charme superficial que denota indivíduos que podem usar termos técnicos, ser simpáticos e ter boa apresentação, enquanto a superestima indica autoconfiança. A mentira patológica indica indivíduos que mentem sobre suas informações pessoais e, quando confrontados, não demonstram vergonha. A vigarice/manipulação indica meios para roubar, usar dinheiro dos familiares e até manter três ou mais relações ao mesmo tempo, além de usar funcionários para obter vantagens dentro das prisões, como contrabandear itens. A ausência de culpa denota o comportamento do indivíduo que está mais preocupado com si próprio do que com o sofrimento infligido aos outros e à sociedade (YAMADA, 2009). Nesse item, como aponta a autora, se o indivíduo privado de liberdade demonstrar que sua pena foi severa ou injusta, caberá pontuação de um traço psicopático. Do mesmo modo, com base no item superestima, qualquer crítica ao sistema judicial ou ao sistema prisional garantirá pontuação ao indivíduo. Trata-se, portanto, de um teste perverso, em que a pontuação é eminente. Segundo Yamada:

(...) se o preso não admitir (ou confessar) seu crime, obviamente não vai apresentar culpa nem arrependimento e conseqüentemente uma inserção na categoria 'ausência de remorso ou culpa'; se o sujeito não demonstra culpa, conseqüentemente vai apresentar 'insensibilidade afetivo-emocional' como também 'indiferença/falta de empatia', 'incapacidade para aceitar seus próprios atos' e inevitavelmente vai ser pontuado novamente. Logo, observamos que se o modelo cristão de confessar a verdade não for seguido, o preso irá se encaixar em pelo menos cinco itens (YAMADA, 2009, p. 85).

Da relação entre o discurso médico e jurídico surgem as noções de periculosidade e perversidade, que se somam a adaptação às normas prisionais, a existência ou não de antecedentes criminais, ao apoio familiar e ao trabalho. Nos laudos, as questões que são exteriores aos presos são interpretadas como características de inaptidão individual.

Assim, se o indivíduo foi abandonado na infância, ou se a família não o visita por questões econômicas, ele será penalizado. Mesmo que não sejam oferecidos programas de profissionalização, o indivíduo deve se mostrar enquadrado no papel de trabalhador e pai de família. Raramente os laudos abordam as limitações ao atendimento técnico nas áreas da saúde, trabalho, educação, entre outras. Poucas vezes revelam o contexto social do indivíduo, embora os profissionais de psicologia tenham sua atuação baseada no atendimento da dinâmica interna do indivíduo e os profissionais da assistência social atuem na questão social (WOLFF, 2005).

Considerando o item ausência de metas realistas e de longo prazo da Escala Hare PCL-R, que se refere ao trabalho, podemos perceber que as dificuldades profissionais comuns a vários indivíduos, sobretudo em contextos de dificuldades econômicas que afetam toda a sociedade, podem ser facilmente utilizadas para a pontuação de traços psicopáticos (Fator 1). Assim, para não ser pontuado no item ausência de metas realistas, o indivíduo privado de liberdade precisa demonstrar que tem metas dentro de suas limitações, ou seja, revelar metas de vida bastante precárias.

PARA REFLETIR

Para entender as diversas concepções, a razão e o intrincado debate em torno do tema, sugerimos consultar o livro *Fragmentos de discursos (não tão amorosos) sobre o exame criminológico: um livro falado* (FREITAS et al., 2013), uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, disponível em: <<https://goo.gl/HTIRVD>>.

Você pode encontrar as vozes dissonantes a partir das opiniões de psicólogos, diretores de unidades prisionais e hospitalares; assistentes sociais, psiquiatras, educadores e inspetores de segurança; defensores públicos que atuam na execução penal; advogados e juízes; além das próprias pessoas presas e egressas da prisão sobre o exame criminológico. O livro traz discursos coletados em diferentes espaços: fóruns, audiências públicas e textos de autores que contribuíram para a reflexão sobre esse tema.

Também sugerimos a publicação *Referências técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) no sistema prisional* (CPF, 2012), elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia, disponível em: <<https://goo.gl/55H4sR>>.

Mas, se o desejo do indivíduo for sair da pobreza, alcançar maior escolaridade e qualificação profissional, pode-se cair numa cilada, pois

(...) afirmar que seus planos para o futuro são voltados para a formação de um cidadão cumpridor de seus deveres, um bom trabalhador, com projetos bem delineados de qualificação e formação profissional provavelmente ele poderá cair na categoria 'mentira patológica', item 4, e ganhar uma pontuação de qualquer forma (YAMADA, 2009, p. 74).

Segundo Batista (1997, p. 86 *apud* WOLFF, 2005, p. 196), “psicólogos, psiquiatras, pedagogos, médicos e assistentes sociais trabalham em seus pareceres, estudos de caso e diagnósticos, na maneira mais acrítica, com as mesmas categorias utilizadas na introdução das ideias de Lombroso no Brasil”. Os atendimentos, ao contrário, deveriam orientar-se para minimizar as condições de exclusão dos direitos de cidadania a que os indivíduos estão inseridos.

Por outro lado, as categorias desses trabalhadores têm se reunido desde a década de 2000 para discutir o **exame criminológico**. Cientes de que psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais são acionados para produzir efeitos de prova no processo penal, tem-se criado canais de interlocução para debater os desconfortos e as polêmicas em torno do exame em diferentes áreas do saber como a Psicologia, a Psiquiatria e a Assistência Social (FREITAS et al., 2013).

ATIVIDADE DE FIXAÇÃO

Refletiu sobre a personalidade do indivíduo encarcerado? Está claro que ela nem sempre esteve associada apenas a uma característica individual? Então, escreva com suas palavras o que você entendeu por construção da personalidade do indivíduo encarcerado. Após a leitura dos textos, como você compreende a relação entre crime e personalidade individual? Você entende que a classificação de personalidade é uma metodologia suficiente para a compreensão do crime?

5 A CONTRIBUIÇÃO DA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA

O processo de garantia dos direitos de cidadania dos indivíduos privados de liberdade depende de uma estratégia unificada de individualização da pena focada não na patologia, mas na identificação das interações, das redes e dos vínculos sociais dos indivíduos. Não se trata apenas de considerar as condições sociais, históricas, políticas e econômicas da criminalidade, de modo isolado, mas de criar estratégias eficazes para conectar laços sociais. A Sociologia é uma disciplina que pode auxiliar nessa tarefa, ao lado da Psicologia Social e da Assistência Social.

Um dos autores clássicos da Sociologia que trabalhou com a noção de interação foi Georg Simmel. Para ele, a Sociologia deve dar atenção às interações entre os indivíduos e não apenas ao indivíduo de modo singular. Simmel entende que a vida social é tecida por um conjunto amplo e variado de processos interativos. Tomada como a unidade de análise, a interação diz respeito a processos mais amplos, como a constituição da própria sociedade, assim como a ação social do indivíduo. Em *Sociologia (Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung, 1908)*, Georg Simmel sublinha que a sociedade só é possível como resultado das ações e reações dos indivíduos entre si, isto é, por suas interações.

Norbert Elias, sociólogo alemão que também estudou medicina, filosofia e psicologia, ensina que o comportamento delinquente não é anormal.

ATIVIDADE DE FIXAÇÃO

Faça uma busca em outras fontes e escreva um parágrafo sobre o que você entende por direitos de cidadania dos indivíduos privados de liberdade e egressos do sistema prisional.

Ao contrário, é uma situação de conflito que está presente em todos os grandes centros urbanos, decorrente de estratégias de inferiorização de alguns indivíduos diante de suas dificuldades de se enquadrar em padrões socialmente aceitos. Elias e Scotson (2000) ensinam que essas estratégias de inferiorização passam pela distinção de valores, por hierarquias classificatórias em que algumas pessoas e famílias são vistas como menos agradáveis, menos dignas, menos boas. Ao estudar uma comunidade operária na Inglaterra, Elias afirma que:

*A classificação de alguns jovens como delinquentes tende a nos fazer esquecer que o “comportamento delinquente” funde-se imperceptivelmente com o não delinquente. Se observamos a conduta das crianças e adolescentes, em seu contexto comunitário, encontraremos muitas formas transicionais de comportamento. **As tentativas de estudar os delinquentes, explicá-los e fazer previsões a seu respeito, unicamente com base em critérios individuais, através de diagnósticos psicológicos não corroborados por diagnósticos sociológicos, não costumam ser dignas de confiança. É que as condições de reprodução contínua dos grupos de jovens delinquentes encontram-se na estrutura da sociedade** e particularmente na das comunidades onde moram grupos de família com filhos “delinquentes” e onde essas crianças crescem (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 140, grifo nosso).*

Os jovens estudados por Elias eram frequentemente classificados como tendo comportamentos inapropriados pelos demais membros respeitados da comunidade, que se julgavam moralmente superiores, o que contribuía para que desafiassem constantemente a ordem estabelecida e os papéis fixados. Essa estrutura produzia e, ao mesmo tempo, reproduzia esses jovens.

Não é possível, portanto, classificar um comportamento sem levar em conta que as comunidades são formadas por rede de relações entre pessoas. Segundo os autores, é preciso levar em consideração **a rede de relações entre as pessoas que se organizam**. As pessoas estabelecem relações quando trabalham, rezam ou se divertem juntas. Há sempre relações de interdependência, seja na cidade, no bairro, na residência, ou mesmo nas prisões. É importante reconhecer os tipos de interdependência, estruturas e funções, em determinadas comunidade, ou mesmo aqueles que operam na vida do indivíduo.

Elias aponta uma configuração específica de famílias antigas dessa comunidade – que possuíam posições em instituições locais (como associações de bairro), maior coesão grupal e solidariedade, uniformização de crenças e disciplina interna e externa, autocontrole inculcado desde a infância, enquanto as famílias recém-chegadas na comunidade não aderiram ao código social aceito por esse meio. Essas famílias tendiam a mostrar menor autocontrole nas situações exigidas pelas famílias antigas, por exemplo, rompendo tabus que os indivíduos das famílias antigas foram treinados a respeitar e, por isso, vistos como pessoas “que não conhecem seu lugar” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 174).

Assim,

o que estava em jogo eram o status e o poder das famílias antigas, chamada de estabelecidas, enquanto às famílias recém-chegadas, chamadas outsiders, era reservado um tratamento com base em mexericos humilhantes e crenças estigmatizantes. É com base nos afetos e nas emoções que se produz essa forma de generalizações (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 75).

A abordagem da configuração social para Elias pressupõe que o ponto de partida da investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais são sempre interdependentes. Ou, ainda,

dizer que os indivíduos existem em configurações significa que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes. Dizer que as configurações são irreduzíveis significa que nem se pode explicá-las em termos que impliquem que elas têm algum tipo de existência independente dos indivíduos, nem em termos que impliquem que os indivíduos, de algum modo, existem independentemente delas (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 184).



SÍNTESE

Nesta unidade, discutimos os primórdios da criminologia moderna a partir de uma perspectiva crítica, ressaltando a ansiedade de cientistas e juristas por encontrar uma resposta biológica ao comportamento do criminoso. Além disso, vimos que há, atualmente, instrumentos muito controversos que buscam encontrar e definir anomalias e enfermidades entre pessoas que cometem infrações. Não descartamos a importância de diagnosticar transtornos entre os cidadãos, tanto aqueles privados de liberdade quanto aqueles que convivem em liberdade civil. Consideramos que a saúde pública é um direito de todos.

Entretanto, instrumentos baseados unicamente nas estruturas psicopatológicas abrem pouco espaço para que possamos criar oportunidades, além de assegurar direitos aos cidadãos que hoje estão privados de liberdade. Consideramos, ainda, a preocupação dos profissionais que atuam nas unidades prisionais quanto a necessidade de melhor estruturar a gestão prisional, de modo a favorecer os trabalhos de assistência, conforme inscritos na Lei de Execução Penal.

Por fim, refletimos sobre a importância de considerar a esfera social e a rede de relações dos indivíduos para que possamos relativizar a visão do senso comum sobre comportamentos considerados anormais. A Sociologia é uma especialidade que pode colaborar para nos distanciar de interpretações fáceis e rápidas sobre a realidade social.



Parte II

INTRODUÇÃO CONCEITUAL À
ANÁLISE DE REDES SOCIAIS
(ARS) E MATRICIAMENTO
PARA A GESTÃO PRISIONAL

Nesta unidade, apresentaremos os principais usos da Metodologia de Análises de Redes Sociais (ARS) e seus elementos conceituais. O conteúdo da unidade permitirá entender qual é o enfoque da metodologia e suas amplas possibilidades de uso nas áreas da pesquisa social e da gestão pública.

Veremos o conceito de redes e os distintos tipos (de internet, organizacionais, de trabalho, pessoais, entre outros), para nos concentrarmos no estudo das redes pessoais, ou seja, na estrutura das relações estabelecidas por indivíduos em distintas etapas e âmbitos da vida, que serão objeto do instrumento de singularização do atendimento.

As redes sociais podem ser descritas e analisadas a partir do conhecimento dos seus elementos. A formalização conceitual e operacional de tais aspectos é fundamental para o uso da metodologia e, por esse motivo, o ensino desse arcabouço conceitual será o nosso ponto de partida para alcançar o objetivo da unidade: outorgar as referências básicas sobre a metodologia de ARS, de modo a criar um fundo comum de conhecimento para nos aprofundarmos no conteúdo programático do curso.

A metodologia que será abordada é uma valiosa ferramenta de informação a respeito da relação indivíduo e sociedade e será fundamental para os gestores e para as equipes sociais das políticas penais em suas atividades avaliativas, ao trazer e elucidar a realidade também sob a ótica da vida social!

Assim, vamos debater a importância das redes para o acesso dos indivíduos às políticas públicas e ao mercado. E, também, como um trabalho de articulação interssetorial pode contribuir para a singularização através da estratégia de **Matriciamento para Políticas Públicas**.

1 AS REDES SOCIAIS E SUAS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

O conceito de redes sociais foi amplamente disseminado no mundo acadêmico e nas políticas públicas, integrado a programas e projetos cuja finalidade é fortalecer as redes de gestão ou os recursos de **capital social** de indivíduos e comunidades mais pobres ou segregadas (PAVEZ, 2006, ARRIAGA; MIRANDA; PAVEZ, 2005).

Um dos problemas enfrentados pelos pesquisadores e gestores que buscavam dimensionar o papel da vida social e das interações em seus projetos e programas é o da obtenção e operacionalização dos dados sobre a realidade social que pudessem expressar características dessas redes sociais ou institucionais. Diante do desafio, pesquisadores das Ciências Sociais desenvolveram a

metodologia de **Análise de Redes Sociais (ARS)**; assim, a consolidação de uma ferramenta metodológica permitiu reunir informações sobre as relações sociais e interações institucionais e distinguir aspectos da realidade social para sua avaliação.

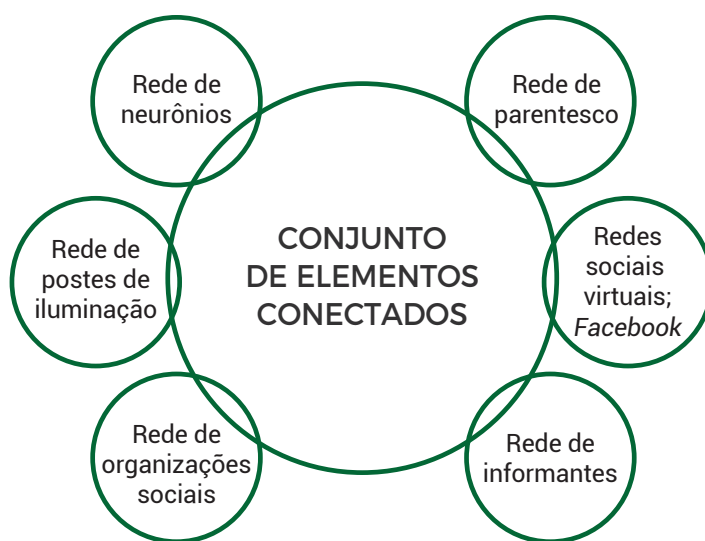
O instrumento de singularização do atendimento, apresentado nesta publicação, tem como embasamento os antecedentes conceituais e técnicos da metodologia de **Análise de Redes Sociais (ARS)**, usada no âmbito da pesquisa social e que teve seus elementos conceituais adaptados à dinâmica do processo de singularização da pena, considerando que os encarregados dessa tarefa possam contar com um instrumento que permita entregar resultados em tempo oportuno.

Para dar início ao conhecimento da perspectiva metodológica da **ARS**, discutiremos, em primeiro lugar, o conceito de redes e a especificidade das redes sociais. O objetivo desta unidade é chegarmos, passo a passo, a um quadro síntese dos principais termos gerais e aspectos da metodologia.

1.1. Rede – uma palavra, vários sentidos

Rede é uma palavra **polissêmica**, ou seja, que apresenta uma multiplicidade de sentidos e significados, apontando, portanto, para distintos fenômenos da realidade – físicos, biológicos etc. – e pode, também, ser usada em sentido metafórico, como, por exemplo, quando nos referimos a nossa “rede de amigos” para falar de um conjunto de amizades. Mas há nessa diversidade de significados um aspecto comum que permite uma definição geral: a rede é um conjunto de **elementos** conectados. Vejamos alguns exemplos:

Figura 3: Exemplo de redes e conexões.



Elaboração das autoras

Na Figura 3, vemos que o conjunto de elementos das redes é muito diverso, como postes de iluminação, neurônios, organizações, informantes, familiares, contatos etc. Esses elementos são o aspecto principal de qualquer rede, pois definem sua complexidade e tamanho. Vejamos uma ilustração dessa afirmação: a rede de postes de iluminação da Região Metropolitana de São Paulo é maior que a rede de uma cidade média ou pequena, em função da área que deve cobrir e, portanto, do número de postes que articulam a rede elétrica urbana.

Além do tamanho, as redes podem variar segundo a heterogeneidade ou homogeneidade dos seus elementos. Pensemos, por um lado, na rede de organizações da saúde pública que inclui instituições públicas, secretarias, hospitais e também órgãos da sociedade civil. Por outro lado, temos a rede de postes de iluminação que não apresenta outro tipo de elemento além do próprio poste. Desse modo, o conjunto de elementos conectados que formam uma rede pode variar em **tamanho e diversidade**.

Na figura também é possível notar que os conjuntos de elementos são de distinta natureza. Tomemos como exemplo a rede de neurônios e a rede de amizades. Para o estudo da rede de neurônios de um camundongo de laboratório é preciso uma série de equipamentos que registrem a estrutura no interior do animal (monitores, microscópios, fotografias magnéticas etc.). Nesse caso, o objeto é fundamentalmente um arranjo físico e biológico:

Figura 4 – Rede de neurônios



Tendo isso em vista, podemos nos perguntar como analisamos a complexidade, o tamanho e outras características no caso de uma rede de amizades. Teremos que fazer uso de um instrumental elaborado no interior das Ciências Humanas e que permita coletar informações sobre os elementos fundamentais das redes sociais – a metodologia de **Análise de Redes Sociais (ARS)**. Mas antes de aprender a metodologia precisamos saber quais os elementos e o que particulariza uma rede social em relação às outras redes.

Uma rede social pode ser definida principalmente pelo fato de se organizar em um plano intermediário entre a sociedade e o indivíduo e/ou organizações. Portanto, uma **rede social é produzida ou construída por uma estrutura social determinada e também pela ação dos atores sociais**. Ao nos referirmos aos atores, destacamos justamente a capacidade de agência desses atores, ou seja, de se reunir, comunicar, entrar em contato, realizar atividades em conjunto por um certo período de tempo, dentre outras ações. Portanto, é a ação que caracteriza as interações sociais.

Desse modo, temos os elementos básicos e fundamentais de qualquer rede social: o **ator** ou **agente** e o **vínculo social**. A partir desses dois elementos básicos, podemos descrever e observar o mais amplo espectro dos atores e tipos de vínculos sociais que compõem a nossa efervescente sociedade.

Quando nos referimos à possibilidade de escrever e observar as redes sociais, já estamos sinalizando as perspectivas metodológicas da **ARS**.

1.2. Tipos de redes sociais

De acordo com Marques (2012a), as redes sociais dizem respeito às relações entre indivíduos, grupos e entidades nas sociedades. Do ponto de vista microsocial, as relações construídas por indivíduos e entidades revelam vínculos diversos, através dos quais as pessoas tecem laços sociais para resolver problemas, buscar ajudar, trabalhar, estudar, produzir arte, cuidar da saúde etc. As redes pessoais evidenciam, assim, a sociabilidade dos indivíduos e suas esferas de relação: família, vizinhança, amizade, trabalho, lazer, religião, associação, entre outras possíveis. As redes sociais são “estruturas de médio alcance, em contínua transformação, que medeiam o acesso dos indivíduos a oportunidades em geral” (MARQUES, 2012b, p. 30), ou ainda:

As redes sociais são padrões complexos de relações de diferentes tipos acumuladas ao longo da trajetória de vida e em constante transformação. Elas são heterogêneas – variam de indivíduo para indivíduo –, são intrinsecamente dinâmicas e podem ser mobilizadas por eles de diversas maneiras dependendo da situação. Mesmo o sentido e o uso dessas redes podem variar para indivíduos de grupos sociais distintos.

(...) Consequentemente, as redes devem ser consideradas simultaneamente relacionais (no sentido de serem constituídas de relações) e relativas (no sentido de que sua mobilização pode variar dependendo da situação). Para conseguir essas dimensões plenamente, os estudos devem capturar ao mesmo tempo a estrutura (as próprias redes e suas características) e a sua mobilização na sociabilidade cotidiana (MARQUES, 2010, p. 16).

As redes são possíveis de serem representadas visualmente por **sociogramas**. Eles são grafos em que os elementos que acabamos de apresentar, constitutivos das redes sociais, são representados por meio de **linhas** (vínculos sociais) e **nós** (atores sociais).

As medidas da metodologia de análise de redes embasam-se, principalmente na linguagem da teoria dos grafos, nos conjuntos de elementos e suas relações (os primeiros representados por **pontos** e as segundas, por **linhas**). Assim, uma matriz que descreve os vínculos entre um grupo de pessoas pode ser convertida num **gráfico de pontos conectados por linhas** representados em um **sociograma**. Veremos que a teoria dos grafos será fundamental para criar medidas de análise de redes sociais.

REDES PESSOAIS

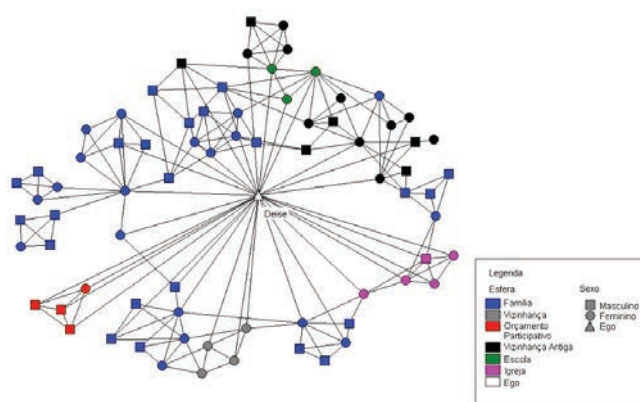
Para quase todos, deve ser familiar a rede de amizades e contatos de *Facebook*. Como é possível observar na figura, trata-se do conjunto finito de contatos de um indivíduo. Por exemplo, Sérgio P, representado pelo **nó** na linguagem da metodologia de redes, se localiza ao centro do **sociograma**; suas amizades (Carolina, Pedro, João etc.) estão também representados graficamente por outros **nós** dispostos ao redor de Sérgio. Os vínculos entre eles são figurados no **sociograma** por **traços** ou **linhas**. Além das amizades de Sérgio com outros, há também amigos dele e familiares que se conhecem entre si. Pode se tratar de grupos de amigos da escola ou da universidade ou ainda de companheiros do trabalho.

Quando falamos em **atividade relacional**, tratamos daquelas ações de interação social, ou seja, conversas, visitas, realização de atividades conjuntas, encontros, reuniões, entre outros, em distintos contextos sociais. Como é possível de imaginar, essas atividades são intensas e dinâmicas.

Caso queira conhecer um pouco mais dessa história, sugerimos a leitura de um estudo detalhado das formas de interação do sujeito na vida cotidiana: GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 2009.

O **sociograma** faz um mapa dessas conexões e contatos que decorrem de atividades relacionais. Apesar de ser possível analisar e visualizar essas informações, a dinâmica e a complexidade das atividades relacionais devem ser trabalhadas a partir de entrevistas em profundidade, questionários e outros recursos de pesquisa e coleta de dados, para obter informações de contexto. Sintetizando, a rede social que se organiza em torno de um indivíduo e os sujeitos aos que se vincula, além dos contatos entre eles, é conhecida na metodologia de **ARS** como rede **egocentrada** ou **rede pessoal**.

Figura 5: Exemplo de rede pessoal.



Fonte: GUIMARÃES, N. A. et al

A análise das redes pessoais é realizada a partir dos vínculos do indivíduo com o outro e os vínculos entre eles (Scott, 1992; Wasserman; Faust, 1994). Mas, como já apontamos anteriormente, a ferramenta metodológica da **ARS** permite o estudo de distintas configurações sociais. Além das redes pessoais, a metodologia possibilita também a análise de redes coletivas e/ou organizacionais, ou seja, que trata de atores sociais reunidos em torno de um tema ou atividade específica.

Como exercício para compreensão desse tipo de rede, vá a sua rede pessoal e faça um pequeno **sociograma** (conforme o exemplo que mostramos) sobre suas conexões pessoais e as conexões de suas redes. Para isso, utilize a rede do *Facebook*.

Não há a necessidade de grande aprofundamento, principalmente se você possui uma rede muito extensa no *Facebook*. Também não há a necessidade de publicar esse **sociograma**, pois iremos desenvolver um trabalho posterior que resultará na publicação.

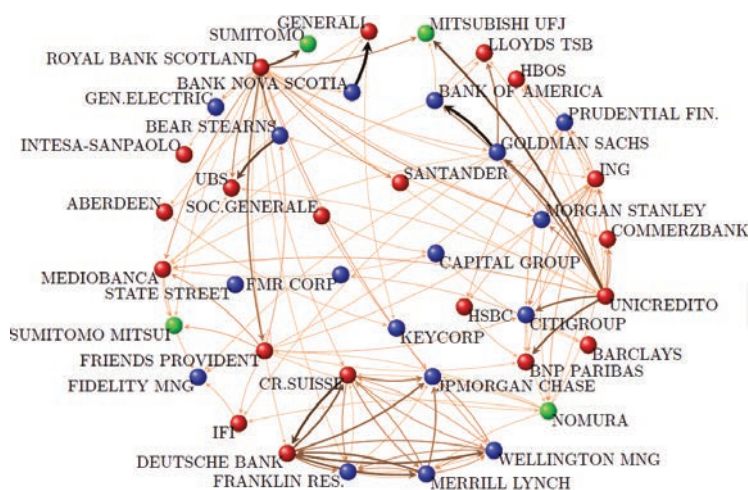
REDES COLETIVAS OU ORGANIZACIONAIS

As redes coletivas, diferentemente das redes pessoais, permitem visualizar as interações entre um grupo de atores. Sua análise se orienta no sentido de mapear as relações de um determinado setor ou campo de atividade, seja ele formal, informal, lícita, ilícita etc.

No caso das redes coletivas, os **nós** (ou seja, os atores sociais) podem ser analisados do ponto de vista da sua posição no conjunto da rede. Diferentemente da rede pessoal (cujo foco de análise é a rede de um sujeito ou indivíduo específico) nas redes coletivas e/ou organizacionais é possível ser descrito e analisado não só o número de vínculos e de participantes, mas, também, quais desses têm um papel que o distingue do conjunto de atores sociais, seja pelo número de vínculos ou pela posição estratégica de “fazer a ponte” com outros sujeitos ou organizações.

Como veremos nas unidades seguintes, para a abordagem metodológica das redes sociais, esse sujeito teria uma centralidade do ponto de vista do papel de mediação. Vejamos um exemplo de redes coletivas ou corporativas:

Figura 6 – Exemplo de rede corporativa.



Fonte: S. Vitali, J.B Glattfelder e S. Battiston.

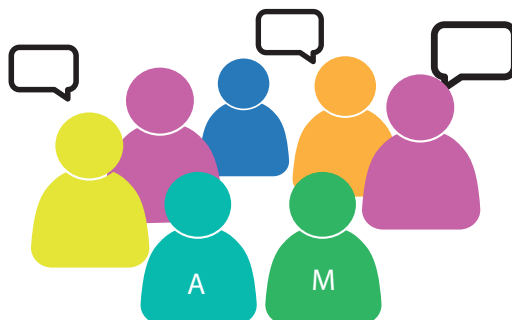
O **sociograma** apresentado na Figura 6 representa a rede do sistema financeiro internacional. Os **nós** figuram organizações suíças, alemãs, americanas etc. Em 2011, a revista *New Scientist* demonstrou que um pequeno número de bancos geria uma proporção elevada da economia mundial. Na explicação da revista, instituições financeiras e bancos multinacionais auferem seu lucro quando a economia “esquenta” e aumenta o crédito, e esse grupo finito de atores, articulados por vínculos de transações financeiras, tem um papel crítico nos rumos das crises mundiais mais recentes.

Na Figura também é possível observar que alguns vínculos são representados por **traços** e outros por **setas**. Neste último caso, é indicado no **sociograma** o **sentido** do fluxo de informações ou das ações financeiras.

OS RECURSOS DAS REDES SOCIAIS

Um exemplo clássico para ilustrar o que se entende por sentido dos fluxos que circulam pelas redes sociais são as redes de “fofocas”. Nelas, João conta para Maria que conta para Cristina, e por aí vai!

Figura 7 – Pessoas em conversas.



Elaboração das autoras

Por outro lado, os recursos que circulam numa rede social são muitas vezes valiosos para o sujeito ou ator social que visa sua inserção social ou posicionamento num determinado campo de atividades. O conceito de capital social trata do papel das redes sociais e os recursos mobilizados por meio delas. Lin (2001) observa que quanto maior a **extensão e diversidade dos vínculos sociais de um indivíduo, maior será o acesso ao capital social**: facilitação do fluxo de informação, influência, prestígio, entre outros. Na definição do autor, “O capital social pode ser entendido como os recursos disponíveis nas redes sociais e que são acessados pelos atores por meio da sua agência” (LIN, 2001).

Nessa definição, encontra-se a ideia de **agência social**, isto é, interações entre indivíduos de uma dada rede social que permitem acessar e usar recursos para seus propósitos. O acesso ao capital social seria a motivação básica dessas interações, que podem ser entre indivíduos do mesmo grupo ou de grupos diferentes (PAVEZ, 2006). Assim, como ressaltam Wasserman e Faust (1994) e Emirbayer (1997), os vínculos sociais constituem verdadeiros canais de transmissão de recursos materiais e imateriais – informações, influência, bens e, inclusive, posições.

2

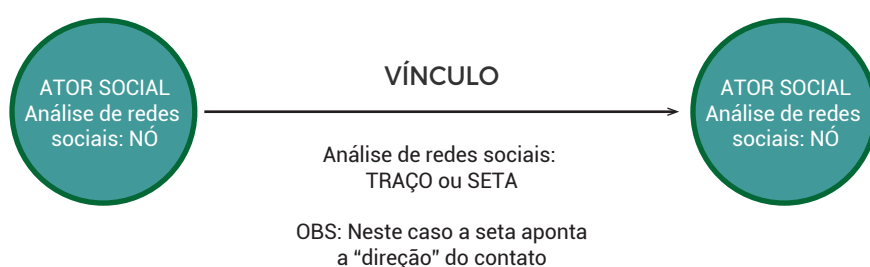
ELEMENTOS E CONCEITOS DA METODOLOGIA

Vimos até aqui que a metodologia de **ARS** nos permite observar e estudar distintos tipos de configurações sociais (redes pessoais, redes coletivas, organizacionais etc.) e também descrever suas características, como: o número de atores, a intensidade das atividades relacionais e, inclusive, representar graficamente as redes sociais por meio de **sociogramas**. Essa valiosa ferramenta nos proporciona, portanto, informações sobre a vida social por meio de um instrumental de conceitos e elementos para poder realizar a coleta de dados e a análise dos seus resultados de forma sistemática, ou seja, de forma regular e metódica.

Destacamos que o ponto de partida da perspectiva metodológica das redes sociais era a compreensão dos seus elementos fundamentais e que formam a definição que vimos de redes: conjunto de **elementos conectados**. No caso das redes sociais, esses elementos são: os **atores sociais** (representados nos **sociogramas** por **nós**) e o **vínculo** (representado por **linhas, traços** ou **setas**) que decorre da agência e/ou contexto social do sujeito.

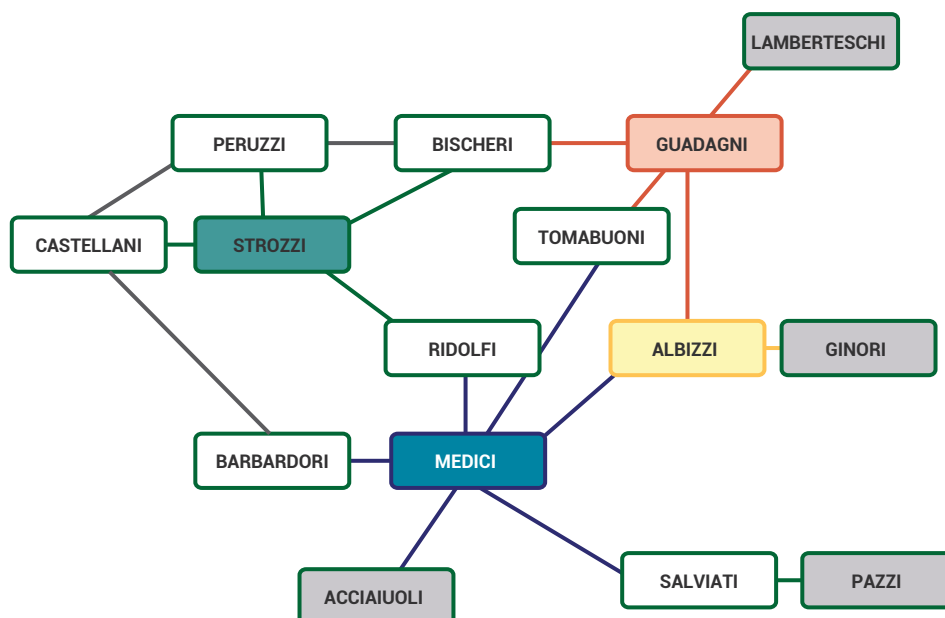
É importante voltar a destacar que os vínculos e os atores sociais são **múltiplos**. Ou seja, a perspectiva metodológica das redes sociais nos permite trabalhar com a complexidade de tipos de interações existentes na vida social: vínculos de amizade, parentesco, corrupção, participação, mobilização política etc., e entre distintos atores, sejam eles individuais, organizacionais, coletivos ou grupais: sindicatos, clientes, partidos políticos, empresas, lideranças comunitárias, migrantes, entre outros.

Figura 8 – Análise de vínculo de atores sociais



Continuemos com os nossos exemplos. Agora, nosso desafio é identificar cada elemento da rede e o tipo de vínculo que os articula.

Figura 9 – Rede de casamentos da Família Médici



No exemplo, temos o **sociograma** das famílias florentinas articuladas por relações de casamento, como parte de uma estratégia para alcançar poder econômico e social. Temos, no centro, a família Médici e aquelas famílias cujos membros uniram-se diretamente. Para a construção dessa rede social, o pesquisador consultou os registros históricos que sinalizavam os casamentos realizados entre as famílias florentinas.

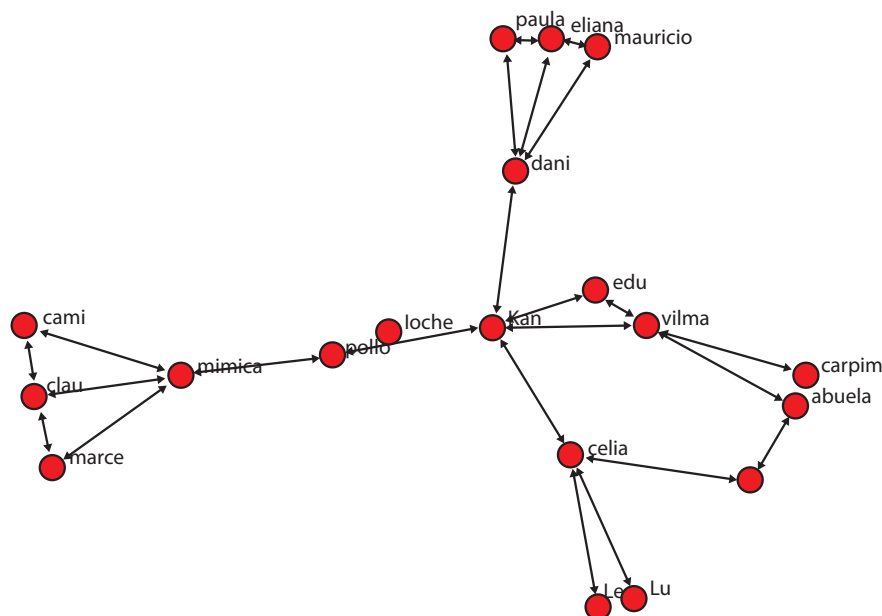
Nós: famílias da elite florentina no século XV.

Vínculos: casamentos.

Fontes de dados: registros históricos.

O dado usado para elaboração da rede é o que chamamos de “dado relacional”, que expressa informações a respeito dos vínculos.

Figura 10 – Rede pessoal de Kari. Elaboração das autoras



No nosso segundo exemplo, temos uma rede pessoal. Os contatos, como é possível observar, organizam-se em torno do sujeito entrevistado, Kari. Além dos vínculos diretos, também há vínculos entre terceiros que formam pequenos aglomerados em que a atividade relacional é mais intensa. É o caso do grupo de contato da parte inferior, à direita do sociograma, em que se encontram os parentes da família materna de Kari. Nesse caso, a coleta de dados relacionais se realizou por meio de uma entrevista, cujas técnicas serão discutidas na próxima unidade.

Nós: irmã, pai, mãe, avós, primos, amigos.

Vínculos: familiares e de amizade.

Fontes de dados: entrevista pessoal.

Observem que a imagem do **sociograma** também traz informações a respeito do software que permitiu a visualização da rede, o **NETDRAW**.

Mais à frente iremos conhecer os programas desenvolvidos para visualização e trabalhos dos dados sobre as redes sociais. O importante, por agora, é que vocês consigam discriminar os elementos de uma rede representados nos **sociogramas**.

As redes são possíveis de serem representadas visualmente por **sociogramas**. Eles são grafos em que os elementos que acabamos de apresentar, constitutivos das redes sociais, são representados por meio de **linhas** (vínculos sociais) e **nós** (atores sociais).

As medidas da metodologia de análise de redes embasam-se, principalmente na linguagem da teoria dos grafos, nos conjuntos de elementos e suas relações (os primeiros representados por **pontos** e as segundas, por **linhas**). Assim, uma matriz que descreve os vínculos entre um grupo de pessoas pode ser convertida num **gráfico de pontos conectados por linhas** representados em um **sociograma**. Veremos que a teoria dos grafos será fundamental para criar medidas de análise de redes sociais.

3 REDES PESSOAIS E ESFERAS DE SOCIABILIDADE

A relação com esferas de sociabilidade, como organizações de trabalho, de educação, de cultura e de religião que operam ao longo da trajetória de vida de alguém, pode contribuir para aumentar o acesso dos indivíduos a determinados serviços e bens materiais ou imateriais, que variam do dinheiro até informação e apoio emocional. Conexões sociais com pessoas ou organizações podem fornecer interações ao longo do tempo que contribuem para aumentar oportunidades de vida. O trabalho de Bidart e Lavenu (2005 *apud* MARQUES, 2012, p. 28), por exemplo, indica que eventos como permanecer no estudo, entrar na faculdade e obter um emprego tendem a aumentar a rede.

Compreender a rede de um indivíduo supõe levar a sério suas representações sobre as relações que estabelece. Essas informações são, portanto, cognitivas. É importante considerar que as redes não são estruturas fixas e acabadas, mas estão em constante transformação (MARQUES, 2012). Alguns eventos nas trajetórias individuais frequentemente transformam as redes. É o caso da privação de liberdade, que suspende vínculos com algumas esferas.

Por esse motivo, o tipo de rede no qual nos concentraremos são as redes pessoais. Ou seja, na estrutura de relações estabelecidas por indivíduos em distintas etapas e âmbitos da vida que serão objeto do **instrumento de singularização**.

As redes pessoais se articulam entre a vida social, a história pessoal e ação do indivíduo e revelam qual o tipo de integração que os sujeitos têm na sociedade.

A primeira característica importante a respeito das redes pessoais é que elas, em geral, proporcionam companheirismo e suporte. Quando nos referimos ao apoio ou suporte, pensamos tanto na dimensão afetiva como material: contenção, ajuda, empréstimos etc. Desse modo, as redes pessoais têm um componente de vínculos íntimos e também ativos com vizinhos, amigos, colegas e parentes. Quando nos referimos ao fato de serem ativos destacamos que esses vínculos são vivenciados com quem o indivíduo mantém um contato intenso e frequente.

Portanto, a significância fundamental das redes pessoais na vida dos indivíduos depende de como elas podem ser usadas como recursos para obter suporte social, entendido como empatia, suporte emocional, material, ajuda ou informação (BLOCKLAND, 2003; WELLMAN, 2005).

Para estudar as redes pessoais é importante entender como se constroem os vínculos sociais e por que encontramos uma grande variedade de tipos de redes pessoais. Essa diferença vai depender principalmente:

- do contexto social;
- da trajetória individual;
- da fase ou ciclo de vida em que se encontre o sujeito.

Há classificações que mostram que indivíduos moradores de grandes metrópoles conhecem muitas pessoas, têm diversos espaços de sociabilidade (lazer, estudos, trabalho etc.) para além do contexto familiar mais imediato, e mantêm um estoque de contatos latentes que podem ser reativados segundo sua conveniência. Estes são considerados como **relações potenciais**. Por outro lado, os contatos diretos ou de intimidade são mais restritos em relação aos sujeitos cuja vida se desenvolve em áreas rurais ou pequenas aldeias (SIMMEL, 2005).

Em geral, os cosmopolitas da metrópole contam com bastante informação devido à abundância de contatos que não necessariamente envolvem intimidade. Aí está contida a ideia do sociólogo Mark Granovetter sobre a força dos vínculos fracos, que, muitas vezes, são os que nos ajudam a obter distintos e valiosos recursos.

Quem já não recebeu alguma informação sobre emprego, soube de alguma oportunidade ou conheceu o parceiro amoroso por meio do amigo do amigo ou de um conhecido? Com isso, destaca-se que existem oportunidades que podem ser acessadas pelos sujeitos que vem de vínculos para além daqueles que outorgam suporte e são diretos ou intensos.

Para Granovetter, os vínculos fracos são menos intensos e frequentes por oposição aos vínculos fortes, mantidos dentro do próprio grupo, que não necessariamente se prestam ao estabelecimento dessas **pontes**. Daí o autor falar em força dos **vínculos fracos**. Os vínculos fracos são importantes para transmitir informação, produzir coordenação e ação conjunta e conectar diferentes atores. Por isso, por exemplo, no caso de sujeitos que nascem em contexto de pobreza e segregação social, o papel estratégico de certos **mediadores** tem um importante valor para o acesso a recursos, como informação de emprego, programas e políticas sociais, entre outros.

Do ponto de vista dos ciclos da vida, há também sujeitos cujas redes são pequenas e mantêm relações muito restritas. É o caso de alguns idosos que vão perdendo seus contatos e redes relacionadas ao trabalho, amizades etc. Os indivíduos que se encontram na etapa da juventude tendem a entrar num movimento de expansão das suas redes sociais pelo fato de entrarem, nesse período, no ensino superior e no trabalho e a fazer parte de novos grupos sociais a exemplo de clubes, igrejas etc.

Um outro tipo de rede pessoal é aquele que pode ser chamado de **encapsulado**. São redes pequenas, concentradas geograficamente (redes locais), que apresentam uma grande proximidade entre seus integrantes (com contato exclusivamente face a face), uma alta densidade (todos os membros da rede se conhecem e estão vinculados), envolvendo uma alta frequência de contato entre seus membros e mantendo um interesse em comum (futebol, fofocas etc.).

Os vínculos nesse tipo de rede envolvem companheirismo, troca de favores e, em alguns casos, de confiança e intimidade. Essas redes pessoais são comumente encontradas em bairros ou lugares mais segregados das cidades (MARQUES; SAMPAIO; AGGIO, 2013). Nesse sentido, a análise das redes mostra que a vizinhança, como localidade geográfica, é uma dimensão relevante para a composição e as características das redes pessoais.

Há também eventos na vida de um indivíduo que, relatados por ele em entrevistas sobre sua trajetória, podem tanto aumentar seus vínculos sociais como diminuí-los. A entrada na universidade, como vimos, torna-se para os jovens um momento de expansão de contatos. Já o casamento para algumas mulheres, por questões de desigualdade de gênero, é um momento de restrição de contato com as amigas, levando aquelas que se tornam donas de casa a desenvolver suas atividades dentro do lar ou no reduzido círculo familiar (PAVEZ, 2015).

Nesse sentido, e pensando na questão da prisão na vida do sujeito, cabe nos perguntar: qual é o impacto na rede pessoal do indivíduo que se vê privado de liberdade? Essa é uma questão central que também permite compreender a vida social e as redes pessoais desses sujeitos.

O primeiro passo, para começar a dar proporção e avaliar esse impacto, é descrever qual é a rede do sujeito e quais são suas características: será uma rede encapsulada ou, ao contrário, possui mediadores? Seus contatos vêm principalmente da sua vizinhança? Quais são os tipos de vínculos que predominam na vida do sujeito – os familiares ou os de amizade?

Para conhecer esses aspectos, é fundamental conhecer a trajetória de vida do indivíduo: saber como foi sua vida social, quais os principais eventos e mudanças e como essa sociabilidade se organiza. Aqui, entra um conceito fundamental para uso e aplicação do instrumento de singularização: as **esferas de sociabilidade**.

As esferas remetem à sociabilidade dos indivíduos organizada por um contexto que delimita um conjunto de vínculos e contatos específicos e, em alguns casos, até identidades e linguagens (MARQUES; SAMPAIO; AGGIO, 2013). Uma esfera de sociabilidade comum e fundamental é a da família. Ela decorre da presença de tipos específicos de vinculação em que, neles, os sujeitos se relacionam por vínculos de parentesco.

Outras esferas relevantes e que dizem respeito ao contexto são as do trabalho, da vizinhança e dos estudos. Elas se constituem a partir de um contexto de vínculos e sujeitos disponíveis no bairro, no local de trabalho ou na escola, e ocorrem por meio do desenvolvimento da interação dos sujeitos.

Também há esferas de sociabilidade que se organizam em torno de uma atividade associativa, como é o caso das igrejas ou clubes. A presença de uma ou mais dessas esferas na vida de um sujeito depende da sua trajetória ou da sua história de vida, como vimos anteriormente. No trabalho de Bittar (2011), sobre as trajetórias escolares dos jovens moradores da periferia urbana do Rio de Janeiro, destacam-se como principais esferas de sociabilidade a família, a escola, a vizinhança, o trabalho, a igreja, os programas sociais e o lazer.

Outras esferas relevantes e que dizem respeito ao contexto são as do trabalho, da vizinhança e dos estudos. Elas se constituem a partir de um contexto de vínculos e sujeitos disponíveis no bairro, no local de trabalho ou na escola, e ocorrem por meio do desenvolvimento da interação dos sujeitos.

Também há esferas de sociabilidade que se organizam em torno de uma atividade associativa, como é o caso das igrejas ou clubes. A presença de uma ou mais dessas esferas na vida de um sujeito depende da sua trajetória ou da sua história de vida, como vimos anteriormente. No trabalho de Bittar (2011), sobre as trajetórias escolares dos jovens moradores da periferia urbana do Rio de Janeiro, destacam-se como principais esferas de sociabilidade a família, a escola, a vizinhança, o trabalho, a igreja, os programas sociais e o lazer.

É importante destacar que em situações de crise pessoal, como, por exemplo, o envolvimento no crime, algumas esferas são desativadas ou se observa uma situação de ruptura, em função da mudança de trajetória, como o abandono da escola, da igreja ou mesmo da família.

Com base em um estudo sobre redes pessoais de indivíduos de baixa renda em São Paulo e em Salvador, Marques e Bichir (2012) apontam que suas redes tendem a ser menores, menos diversificadas em termos de sociabilidade e mais locais em comparação às redes de indivíduos da classe média. Dizer que a rede de um indivíduo é mais local significa que seus vínculos estão circunscritos ao local de residência.

SAIBA MAIS

Sugestão de leitura

Caso queira conhecer um pouco sobre a relação entre redes sociais e pobreza, leia o texto, disponível em: <<https://goo.gl/2DO3VF>>.

Ao mesmo tempo, as redes de pessoas pobres são também muito diferentes entre si, o que sugere uma grande variação de redes entre pessoas de um mesmo grupo social. Assim, as redes de indivíduos refletem melhores ou piores situações sociais, o que significa que as redes sociais são importantes para compreendermos determinadas condições de vida, além de suas diferenças.

Marques e Bichir (2012) apontam que as melhores situações sociais foram identificadas entre indivíduos que tinham uma rede de tamanho médio, com vínculos estabelecidos para além do local de moradia e vínculos com esferas de trabalho, religião e associações.

Após realizar 362 entrevistas com pessoas pobres (209 indivíduos em São Paulo e 153 em Salvador), os autores construíram tipologias que compreendem:

- a) tipos de redes (redes grandes, redes grandes a médias, redes médias, redes médias a pequenas e redes pequenas);
- b) tipos de sociabilidade presentes nas redes de acordo com as esferas família, vizinhança, amizade, religião, trabalho e associação.

Quanto aos tipos de sociabilidade por esfera, foram encontrados pelos autores:

- a) **sociabilidade centrada na família:** 93 casos (25,4% em São Paulo e 26,3% em Salvador). Esse é o tipo de sociabilidade mais comum entre pessoas pobres. As redes desses indivíduos tendem a ser centradas na família e são menores, considerando o número de esferas e vínculos, por exemplo. O perfil é de mulheres, migrantes, pessoas casadas, sem escolaridade, aposentados e desempregados. São comuns, aqui, pessoas que não participam de associações e indivíduos que se afirmaram católicos. Essas pessoas estão menos expostas às precariedades e possuem acesso à programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.
- b) **sociabilidade centrada na vizinhança:** 86 casos (23,9% em São Paulo e 23,7% em Salvador). Indivíduos nessas condições têm relações com pessoas que moram no mesmo bairro, com muitos vínculos com vizinhos. São representativos desse tipo de sociabilidade homens solteiros, autônomos, desempregados e pessoas que trabalham no mesmo local em que residem. Também há pessoas com acesso aos programas de transferência de renda. Mas esses indivíduos não participam de associações e são atingidos pela precariedade de habitação, renda e trabalho.
- c) **sociabilidade centrada na amizade:** 57 casos (14,8% em São Paulo e 17,1% em Salvador). Esses indivíduos são mais jovens, têm melhores níveis de escolaridade e renda, em comparação com os demais. Suas redes tendem a ser mais variadas e maiores que a média em relação ao número de esferas. Aqui há mulheres, indivíduos não migrantes, solteiros, estudantes, donas de casa, funcionários públicos e pessoas que trabalham no mesmo local de moradia. Esses indivíduos apresentam menor precariedade na estrutura familiar, emprego, renda e habitação.
- d) **sociabilidade centrada na religião:** 48 casos (13,9% em São Paulo e 12,5% em Salvador). Diz respeito a pessoas que possuem vínculos tecidos dentro dos templos religiosos. Suas redes tendem a ser maiores quanto ao número de esferas e vínculos. São representados por mulheres, migrantes antigos e pessoas casadas. Além de donas de casas, aposentados, pessoas com carteira assinada e que trabalham fora do local de moradia. Os evangélicos praticantes são representados aqui, assim como pessoas que atuam em associações. Há precariedade familiar, isto é, quando a família possui um único provedor adulto, mas há “menor precariedade de renda” (salário maior de um quarto do salário

mínimo), de habitação (não vivem em barraco ou quarto sem banheiro) e de trabalho (quando o trabalho não é informal).

- e) **sociabilidade centrada no trabalho:** 55 casos (15,3% em São Paulo e 15,1% em Salvador). Esse tipo de sociabilidade diz respeito a indivíduos que têm intensa relação de sociabilidade com colegas de trabalho. São indivíduos que possuem rendas mais altas e, assim, níveis mais altos de escolaridade. As redes apresentam menos vínculos com pessoas do mesmo bairro e mais esferas e vínculos. São representativos homens, não migrantes e casados; também pequenos proprietários de comércio, empregados com carteira assinada, funcionários públicos; mas, também, empregados sem carteira e indivíduos que trabalham fora de seu local de residência. Há católicos não praticantes e indivíduos que não participam de associações. São indivíduos que não apresentam precariedade de nenhum tipo.
- f) **sociabilidade centrada em práticas associativas:** 22 casos (6,6% em São Paulo e 5,3% em Salvador). É um tipo de sociabilidade menos frequente. Entretanto, a participação em associações de bairro, partidos políticos ou outras associações mostra que esse tipo de participação é importante. Esses indivíduos apresentam renda menor que a média (0,82 salários mínimos em São Paulo e 0,77 em Salvador), idade acima de 37 anos e escolaridade superior à média dos entrevistados (6/7 anos de estudo). Homens, solteiros, pessoas que trabalham no bairro, trabalhadores sem carteira assinada, autônomos e desempregados são representados nesse tipo de sociabilidade. São indivíduos mais atingidos por todos os tipos de precariedade.

Da combinação entre tipos de redes e sociabilidade em esferas, os autores destacam que é possível encontrar redes de pessoas que expressam tipos de sociabilidade primária e organizacional, apresentando as seguintes relações:

- a) sociabilidade primária em redes pequenas;
- b) sociabilidade primária em redes médias;
- c) sociabilidade primária em redes grandes;
- d) sociabilidade organizacional em redes médias.

A sociabilidade primária em redes pequenas, grandes e médias revela as piores condições socioeconômicas. A sociabilidade organizacional em redes médias está associada às melhores condições de vida.

ATIVIDADE DE FIXAÇÃO

Faça uma análise das redes sociais construídas por você e procure vinculá-la a um tipo de sociabilidade descrita anteriormente. Após essa análise inicial, procure refletir sobre como as redes sociais podem contribuir para a formação do indivíduo.

Mas como as redes importam para o acesso a bens e serviços no mercado e no Estado?

Um pressuposto importante para a análise de redes, como afirma Marques (2010, p. 14), é que “a provisão do bem-estar depende de elementos providos pelos mercados, pelo Estado e por unidades sociais, como as comunidades locais e a família”.

O trabalho de Marques considera essas três dimensões importantes, mas centra a análise no apoio das unidades sociais, pois entende que tais unidades podem mediar o acesso dos indivíduos aos mercados e ao Estado, além de fornecer apoios sociais ou ajudas cotidianas (como apoio emocional, cuidados com os filhos, emprestar ferramentas etc.).

Assim, um irmão da igreja pode, por exemplo, contribuir para que o indivíduo consiga um trabalho ou pode lhe dar ajuda emocional. Do mesmo modo, uma agente comunitária de saúde pode mediar o acesso de um indivíduo ao serviço de saúde, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), ou mesmo um serviço social, como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

A relevância da discussão é fundamental para as políticas públicas. Marques (2010) aponta que

as redes (...) podem ocupar papel de destaque na mediação do acesso a políticas e serviços do Estado, com importantes efeitos sobre o bem-estar. Assim, (...) a diretora de uma escola encaminhou Carlos, um rapaz jovem e morador de cortiço, a encontrar vaga em outra escola. Marta, também moradora de um cortiço, conseguiu ingressar em um curso de informática por meio do contato com a diretora da creche municipal de seu filho. Contatos com associações também são importantes, como é o caso de um padre que faz a mediação entre a esfera local e as políticas sociais. Nesse sentido, técnicos de uma política podem cumprir funções importantes em outras iniciativas públicas, explicando procedimentos e encaminhamentos para o atendimento (MARQUES, 2010, p. 165).

Em outras palavras, o acesso às políticas, muitas vezes, não ocorre de forma automática, exigem intermediações. A ideia é que as redes sociais podem ser incorporadas no desenho das políticas públicas, ajudando a melhorar sua implementação e os resultados esperados.

Consideramos que a política de gestão prisional e de atenção às pessoas egressas devem incluir em sua concepção de “individualização” a compreensão da rede social dos indivíduos privados de liberdade – não apenas seus atributos (idade, raça, renda, idade, grau de escolaridade etc.), mas também suas relações sociais.

O olhar sobre cada indivíduo deve levar em conta a estrutura de suas relações, para que seja possível construir um **Projeto Singular Integrado** com o apoio de psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, sociólogos e outros profissionais envolvidos no trabalho junto ao indivíduo privado de liberdade ou egresso do sistema prisional. Esses profissionais devem atuar como mediadores na implementação e acesso às políticas sociais já existentes.

Essa concepção está afinada com as recomendações recentes do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2012, p. 79) para prática da atuação da categoria no sistema prisional, que leva em conta as insatisfações dos profissionais e a necessidade de ações não punitivistas e repressoras, voltadas para a garantia dos direitos humanos no cidadão preso. De acordo com o documento, “(...) é preciso o estabelecimento de uma atuação em rede, que possibilite acesso aos outros serviços e que seja construída uma relação de parceria”.

Portanto, segundo o CFP, é dever do psicólogo no sistema prisional articular essa rede interssetorial para que o projeto de atenção integral à pessoa presa possa ser efetivado. Isso implica interlocuções com os diversos atores dessa rede (assistentes sociais, médicos, juízes, promotores, advogados, educadores, familiares, ONGs, programas sociais e institucionais diversos) que possam beneficiar a pessoa em acompanhamento, sempre que for necessário para atender à individualização do projeto de cada caso, na direção de promover melhores condições para a vida em liberdade.

Desse modo, a discussão e articulação da rede interssetorial em benefício da promoção da rede social da pessoa privada de liberdade torna-se fundamental. Essa articulação, conforme o **Modelo de Gestão da Política Prisional** elaborado pelo DEPEN (CNJ, 2020a), deve ser realizada permanentemente pelos profissionais das áreas técnicas que estão compreendidas nas assistências e serviços que devem ser assegurados nos estabelecimentos prisionais. O mesmo se aplica para os serviços de atenção às pessoas egressas, com a diferença de que, nestes casos, a inserção se dá nas redes de proteção social e demais serviços públicos, como descrito na **Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional** (CNJ, 2020).

Desse modo, compreende-se que os profissionais devem atuar de modo interdisciplinar, promovendo o mapeamento das redes sociais de cada indivíduo e seu encaminhamento para as políticas sociais, cuja oferta deve ser assegurada no interior dos estabelecimentos prisionais e em programas específicos de atenção às pessoas egressas do sistema prisional. Trata-se de ressignificar a atuação dos profissionais, contemplando suas críticas em relação aos limites da atuação profissional (incluindo questões de infraestrutura e produção de laudos, entre outras).

Na unidade 6 iremos discutir como se aplica o **Instrumento de Singularização do Atendimento**, necessário para realizar os processos previstos no **Modelo de Gestão da Política Prisional** e na **Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional**. Antes disso, é importante destacar que o papel de mediação dos profissionais das equipes multidisciplinares depende de uma estratégia denominada **Matriciamento em Políticas Públicas**.



SÍNTESE

Nesta unidade, partimos rumo ao conhecimento da perspectiva metodológica da Análise de Redes Sociais (ARS), discutindo o conceito de redes e as especificidades das redes sociais.

Vimos que uma rede é um conjunto de elementos conectados e que eles podem variar segundo tamanho e diversidade. Uma rede social pode ser definida principalmente pelo fato de se organizar em um plano intermediário entre a sociedade e o indivíduo e/ou organizações. Portanto, uma rede social é produzida ou construída por uma estrutura social determinada e também pela ação dos atores sociais.

Definimos, então, uma rede no âmbito social como um conjunto finito de relações entre atores sociais, sejam eles individuais ou coletivos, conectados por vínculos que decorrem da interação social. Temos, desse modo, os elementos básicos e fundamentais de qualquer rede social, ou seja, o ator ou agente e o vínculo social.

A partir desses dois elementos básicos, podemos descrever e observar o mais amplo espectro de atores e tipos de vínculos sociais que compõem a nossa efervescente sociedade.

Vimos que as redes são possíveis de serem representadas visualmente por sociogramas e aprendemos também que, além das redes pessoais, a metodologia permite também a análise de redes coletivas e/ou organizacionais, ou seja, que trata de atores sociais reunidos em torno de um tema ou atividade específica.

Destacamos que recursos que circulam numa rede social são muitas vezes valiosos para o sujeito ou ator social no sentido de sua inserção social ou posicionamento num determinado campo de atividades. O conceito de capital social trata do papel das redes sociais e os recursos mobilizados por meio delas.

Por fim, mostramos que as redes pessoais se articulam entre a vida social, a história pessoal e a ação do indivíduo, que revelam qual o tipo de integração que os sujeitos têm na sociedade. Por isso, é importante, em um instrumento avaliativo, saber como foi sua vida social, quais os principais eventos e mudanças de vida e como essa sociabilidade se organiza. Aqui entra um conceito fundamental para uso e aplicação do instrumento de singularização: as esferas de sociabilidade. As esferas remetem à sociabilidade dos indivíduos organizada por um contexto que delimita um conjunto de vínculos e contatos específicos e, em alguns casos, até identidades e linguagens.



Parte III

GERANDO DADOS PARA UMA
ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

Agora que você já conheceu os principais usos da metodologia de redes e seus elementos conceituais, apresentaremos uma breve história do desenvolvimento das ferramentas que permitem dimensionar, descrever e analisar as redes sociais. O ponto de partida para nos apropriarmos dessas ferramentas é entendermos quais são os tipos de fontes usadas para a construção das bases de informações, qual é o processo de coletas e quais as especificidades dos chamados dados relacionais quando comparados a outros tipos de dados.

O conteúdo da unidade nos ensinará como partir a coleta de informações para a construção e análise de uma rede social e quais os dados que precisam ser obtidos. Veremos, também, a importância do uso combinado de dados relacionais e outros tipos de informações para um determinado projeto de pesquisa ou uma ferramenta de diagnóstico.

Por meio dos exercícios propostos, iremos dar mais um passo em frente ao caminho do ensino e aplicação do instrumento de singularização, que será apresentado na última unidade deste material.

1 BREVE HISTÓRIA DA PERSPETIVA METODOLÓGICA DAS REDES SOCIAIS

A metodologia de **Análise de Redes Sociais (ARS)** foi desenvolvida no âmbito das pesquisas acadêmicas. Entretanto, o uso do conceito de redes sociais já vinha sendo teorizado nas Ciências Sociais. O ponto de virada foi a possibilidade de torná-las objeto de pesquisa e, portanto, de poder analisar suas distintas características por meio de novos métodos e técnicas.

A perspectiva metodológica de redes encontra seus antecedentes técnicos e sua linguagem conceitual nas linhas de pesquisa desenvolvidas a partir da década de 1930 no campo da Antropologia, com os estudos realizados pelas escolas de Harvard e de Manchester, Estados Unidos, e no campo da Psicologia Social, com os estudos que levaram ao desenvolvimento da **sociometria**. Ou seja, foi o estudo de grafos que permitiu a análise de redes sociais. Em ambos os casos, as redes eram **egocentradas**, ou seja, redes pessoais com os vínculos sociais diretos do indivíduo, representados geralmente por **sociogramas**.

Os primeiros estudos foram influenciados pelo trabalho do antropólogo Redcliffe-Brown, que se preocupou com a importância das relações sociais nas sociedades industrializadas, elaborando trabalhos no plano teórico sobre o que chamou de **teia** (*web*) de relações constitutivas da sociedade. Na Universidade de Harvard fizeram experiências para observar os padrões de relacionamento interpessoal e a formação de subgrupos (como as da fábrica de Hawthorne), realizadas por Elton Mayo (1933) e Lloyd Warner.

Em Manchester, escola especialmente influenciada por Redcliffe-Brown⁶, foram realizados trabalhos orientados para o estudo do papel do conflito e da mudança como elementos da estrutura social, como os de Barnes (1987) sobre o conceito de redes sociais, e os de Nadel (2013) e Mitchell (1969) sobre a estrutura social e as relações sociais. Nesses estudos, os autores desenvolveram critérios de análise de redes sociais como os de reciprocidade, densidade, intensidade dos vínculos, entre outros.

Os estudos da **sociometria**, por outro lado, derivam da busca por técnicas de visualização dos vínculos sociais no campo da Psicologia e constituem o principal aporte para a metodologia de redes. Jacob Moreno (1993), em seus estudos sobre a relação entre bem-estar e configurações sociais, criou o **sociograma**, diagrama de pontos e linhas usado para representar relações entre pessoas.

Posteriormente, Kurt Lewin (2013) propôs o uso da **teoria de gráficos** (estudo matemático dos padrões estruturais por meio de **pontos** e **linhas**) para formalizar as representações das configurações sociais.

A **teoria dos grafos** permitiu a tradução da matriz de **dados relacionais** a uma linguagem formal para descrever e analisar as redes e suas características, sendo o **ponto** inicial para a maior parte das ideias fundamentais e das medidas da metodologia de análise de redes sociais.

A partir da década de 1960, na escola de Harvard, as redes sociais foram transformadas em ferramentas de análise estrutural. A criação e aplicação de modelos algébricos e estatísticos de análise e o desenvolvimento de programas computacionais específicos para a análise de redes (**Gradap**, **Netdraw**, **Ucinet**) permitiram visualizar e operar redes maiores, que possibilitaram representar redes complexas e reconhecer a distribuição espacial dos atores e seus vínculos, dentre outros (Marques, 2000; Scott, 1991; PAVEZ, 2006).

6 Antropólogo e etnógrafo britânico. Nascido em 1881 e falecido em 1955. Para maiores informações, acesse: <<https://g.co/kgs/G8HnJ2>>, disponível em: 27 mar. 2019.

QUADRO SÍNTESE DA METODOLOGIA DE ANÁLISE DE REDES SOCIAIS (ARS)

Perspectiva geral: método para a descrição e análise de padrões de relações presentes na sociedade. Encontra sua base nas áreas da Sociologia e da Antropologia e no desenvolvimento de análises sociométricas.

Desenvolvimento: até os anos 1960, os estudos se concentraram nas redes egocentradas, representadas geralmente em sociogramas, a partir de então, o desenvolvimento de inovações técnicas baseadas em conhecimentos estatísticos permitiu visualizar e operacionalizar, também, redes coletivas e organizacionais de maior tamanho.

Áreas de estudo: análise de políticas públicas, movimentos sociais, coalizões políticas, elites sociais, interpenetração da economia e da política, estudos organizacionais, sociabilidade e grupos sociais, migração internacional, entre outras.

Visualização e medidas: para graficar redes, usam-se sociogramas e para realizar sua análise, matrizes de dados relacionais. Com o objetivo de visualizar e operar redes sociais mais complexas, foram desenvolvidos programas computacionais que permitem aplicar distintas técnicas e medidas estatísticas, entre os programas se encontram: Ucinet, Netdraw, Gradap, Pajek, entre outros.

2 DADOS RELACIONAIS *VERSUS* ATRIBUTOS

A metodologia de **ARS** usa o que estamos chamando de **dados relacionais** configurados a partir de vínculos existentes entre agentes sociais. Estes se referem a conexões que relacionam um agente a outro ou outros. Em geral, essa informação não se encontra organizada como tal e cabe aos pesquisadores, gestores e técnicos coletá-la por meio de questionários, entrevistas ou em fontes de imprensa, cartórios, registro de membros de clubes, organizações, diretórios etc.

Os dados relacionais podem e devem ser complementados por dados que dizem respeito a características, propriedades ou qualidades dos indivíduos, organizações ou grupos e exemplos de sexo, idade, rendimentos, cidade, número de funcionários e filiais, entre outros. Esse tipo de dados é denominado pela literatura especializada na metodologia de **ARS** como dados de **atributos**. Os dados de atributos são amplamente usados para elaboração de pesquisas e instrumentos de avaliação. Entretanto, os dados relacionais escassamente têm sido considerados.

O instrumento de singularização que será apresentado neste curso permite recolher dados sobre as relações e a vida social do sujeito, que serão articulados com dados de atributos, podendo, os mesmos técnicos ou gestores, recolher em entrevistas e em aplicações de questionários.

Vejamos na Figura 11 quais as diferenças entre os dados de atributos e relacionais:

Figura 11 – Dados de atributos e relacionais.

DADOS											
ANÁLISE DE REDES						ANÁLISE DE REDES					
Características da unidade ou agente (indivíduo, grupo, organização)						Características da unidade ou agente (indivíduo, grupo, organização)					
Atributos X Relacionais											
	Idade	Sexo	Escolaridade	Renda em SM	Religião		João	Carolina	André	Tatiana	Paulo
João	19	M	Ensino Médio	5	Católica	João	-	1	0	0	0
Carolina	24	F	Ensino Superior	10	Espírita	Carolina	1	-	1	0	1
André	23	M	Ensino Superior	5	Umbanda	André	0	1	-	1	1
Tatiana	24	F	Ensino Superior	6	Evangélica	Tatiana	0	0	1	-	1
Paulo	21	M	Ensino Básico	4	Católica	Paulo	0	1	1	1	

É possível, e desejável, combinar ambos os dados

Elaboração das autoras.

Como é possível observar, o esquema apresenta duas dimensões de dados. Uma dimensão diz respeito às características da unidade sobre a qual estamos coletando informações. No exemplo, tratamos de indivíduos e de variáveis que incluem: dados numéricos, como renda e idade, ordinais como a escolaridade e categóricos a exemplo da religião. O conjunto dessas informações permite construir um perfil social e econômico comumente usado por gestores e técnicos da área das políticas sociais.

A tabela à esquerda mostrada na Figura 11 deve ser familiar para muitos de vocês. Nas linhas, temos os nomes dos sujeitos, ou seja, a unidade sobre a qual estamos colhendo informações, e nas colunas, as variáveis com os dados. A outra dimensão é aquela dos dados relacionais necessários para a análise de redes sociais. Nesse caso, o dado indica a presença (atribui-se 1) ou ausência de vínculos (atribui-se 0) entre as unidades do estudo.

A tabela à direita mostrada na Figura 11 talvez seja uma novidade. Nela, temos as mesmas unidades, mas, elas se repetem tanto nas colunas como nas filas. Dessa forma, sabemos entre quais indivíduos existe um vínculo: de amizade, de trabalho, familiar etc.

Com essas duas dimensões de informações, tomemos um exemplo para verificar as leituras de ambos os tipos de dados: João é jovem, tem 19 anos de idade, finalizou o Ensino Médio e trabalha. Seu rendimento é de aproximadamente cinco salários mínimos e é católico. No conjunto de jovens estudados, João mantém vínculos de amizade apenas com Carolina. Já Paulo se relaciona por meio de vínculos sociais com todos os outros jovens, com exceção de João e, diferentemente, tem uma escolaridade e um rendimento menor.

Como temos destacado, a combinação dos dados de atributos e relacionais é desejável e necessária. Continuemos com o exemplo anterior para vermos um modelo simples do uso dos dois tipos de dados. Se considerarmos, hipoteticamente, que os sujeitos têm sua relação limitada aos indivíduos do grupo da tabela, podemos obter o tamanho da rede de cada um, ou seja, com quantos vínculos sociais cada indivíduo tem.

Essa medida, que como veremos é uma das mais importantes para descrever e comparar redes sociais, pode ser listada como mais uma variável na tabela de informações:

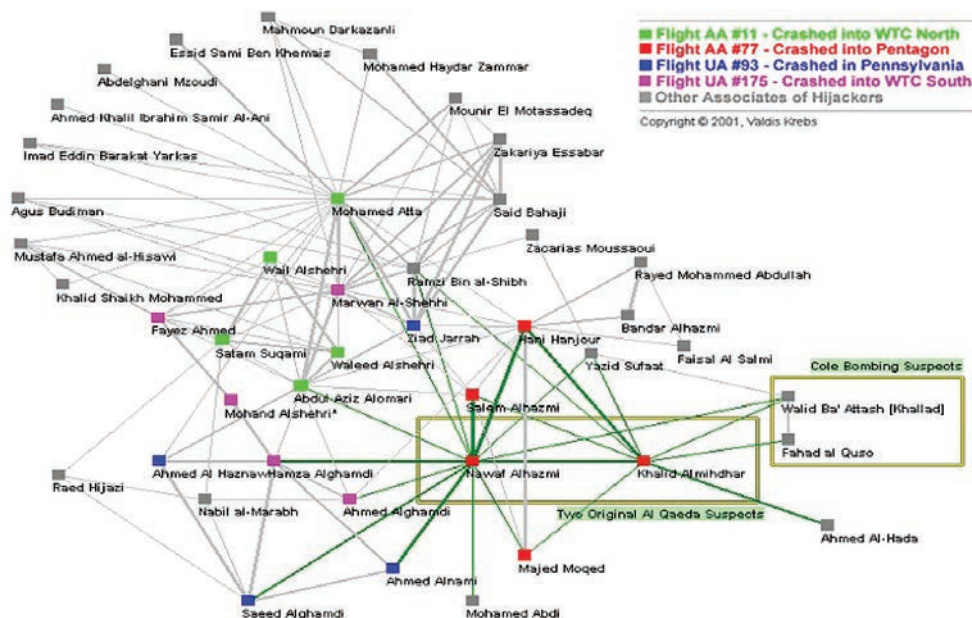
Tabela 1 – Tabela de informações de medidas de redes pessoais

	Idade	Sexo	Escolaridade	Renda em SM	Religião	Tamanho rede
João	19	M	Ensino Médio	5	Católica	1
Carolina	24	F	Ensino Superior	10	Espírita	3
André	23	M	Ensino Superior	5	Umbanda	3
Tatiana	24	F	Ensino Superior	6	Evangélica	2
Paulo	21	M	Ensino Básico	4	Católica	3

A metodologia de ARS também nos permite analisar dados de atributos, ou seja, as informações sobre as unidades de análise e apresentá-los combinados em sociogramas. Como vimos na unidade anterior, os elementos das redes sociais são os agentes (nós) e seus vínculos (traços).

Vejamos a seguinte figura:

Figura 12 – Redes de pessoas envolvidas no ataque de 11 de setembro de 2001:



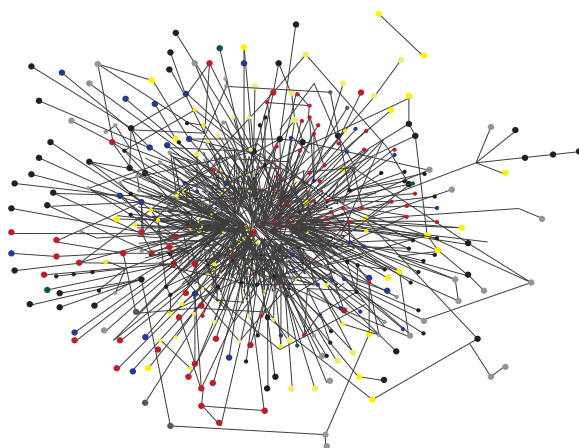
Fonte: S. Vitali, J.B Glattfelder e S. Battiston.

O sociograma representa os indivíduos que estiveram envolvidos nos ataques do dia 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque, Estados Unidos. Como é possível observar, classifica-se os nós com cores diferentes (vermelho, azul, verde etc.), ou seja, são os terroristas e os voos que eles usaram para concretizar os ataques aos alvos escolhidos (as torres gêmeas e o Pentágono). Notem que, além de sabermos quem estava articulado a quem, foi possível incorporar um dado categórico que classifica cada atacante segundo a parte da execução dos ataques que lhe correspondeu⁷.

Vejamos outro exemplo:

⁷ Os dados qualitativos, ou seja, aqueles não numéricos podem ser classificados entre ordinais e categóricos. Os primeiros apresentam uma ordenação interna, por exemplo: grau de instrução (Ensino Fundamental completo, Ensino Médio incompleto etc.). Os dados categóricos são apenas classificatórios, por exemplo: cor de carro (azul, vermelho, laranja etc.).

Figura 13 – Sociograma sobre atores institucionais.



Fonte: S. Vitali, J.B Glattfelder e S. Battiston.

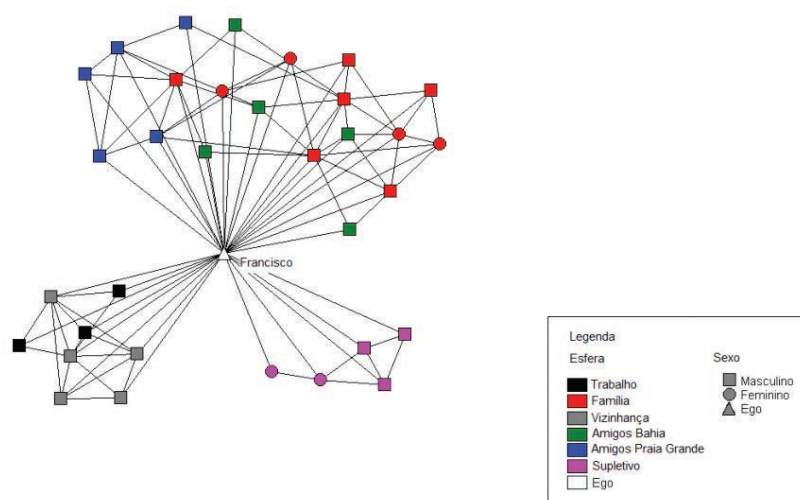
O **sociograma** representa a estrutura de interação ou de contatos entre atores institucionais da área da segurança pública no país à época da realização da pesquisa. O atributo escolhido para a análise é do tipo **categórico**: as cores representam cada setor do campo da segurança (sociedade civil, gestores, trabalhadores e outros).

Essa **categorização** permite, juntamente com a análise das redes sociais, saber, por exemplo, como se dá a interação entre distintos segmentos, quais são aqueles que se encontram menos ou mais conectados, tanto internamente como externamente, quais são as instituições que apresentam maior grau de conectividade, ou seja, de número de relações etc. Desse modo, caso tivéssemos apenas os **dados relacionais**, nossa análise seria mais circunscrita.

Por isso, recomenda-se a **complexificação** da análise por meio do uso de **dados de atributos**. Outros dados de atributos poderiam ter sido usados nessa rede, a exemplo da região da instituição (nordeste, norte, sul e sudeste), além disso, poderiam ser representados graficamente os dados de atributos por meio e na forma de **nós**.

Vejamos o último exemplo que nos aproxima do instrumento de singularização do atendimento:

Figura 14 – Sociogramas de redes pessoais.



Fonte: Guimarães [et.al].

A figura anterior contém dois **sociogramas** que representam redes pessoais. Nesse caso, os **nós** foram classificados segundo os tipos de **esferas de sociabilidade**. Categoricamente, cada esfera da vida do indivíduo é representada por uma cor: família, vizinhança, igreja, faculdade, escola, trabalho etc. Essas esferas são os tipos de **informação relacional** e **de atributos**, que serão coletadas e examinadas pelas equipes locais ao aplicar o instrumento de diagnóstico.

Ao compararmos uma rede pessoal com a outra, notamos que há uma diferença em termos da quantidade de vínculos e de esferas. A rede da parte superior é menos densa relacionalmente, ou seja, apresenta uma quantidade menor de vínculos e, portanto, tem menos elementos relacionais (outros **nós** ou contatos e laços sociais).

Observa-se que o sujeito cuja rede pessoal está representada na parte inferior da figura se insere em um maior número de contextos sociais ao longo da sua trajetória. Essas diferenças podem apontar, por exemplo, que esse indivíduo está mais integrado socialmente. Nas Unidades 3 e 4 discutiremos as medidas e indicadores que nos permitem caracterizar distintas dimensões da vida social dos indivíduos a partir da análise das redes pessoais e as esferas de sociabilidade.

Além dos **atributos das esferas de sociabilidade** (classificadas por **cores**), é possível observar também que os pesquisadores distinguiram entre os contatos dos sujeitos aqueles dos sexos masculino e feminino. Para observar essa informação no **sociograma**, sem perder de vista os vínculos e a classificação das esferas, foram dados formatos distintos para cada categoria: **quadrados** para aqueles contatos do sexo masculino e **círculos** para aqueles do sexo feminino. Veja que, assim, tornamos mais complexa nossa análise ao ir agregando informações e variáveis à tabela de dados e ao **sociograma**.

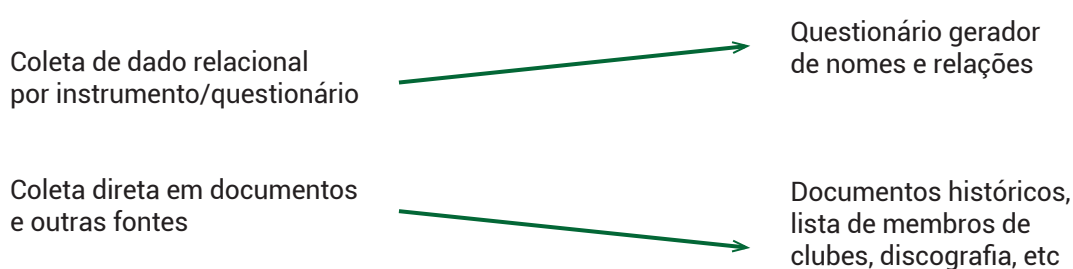
3

COLETA DE DADOS RELACIONAIS

Os **dados relacionais**, como já sabemos, informam sobre a presença de um vínculo ou laço social entre dois atores, sejam estes indivíduos, grupos ou clãs familiares, organizações e instituições. São estes os elementos de uma rede social. Veremos agora como se coletam os dados relacionais e seus tipos.

Os dados relacionais podem ser **primários** ou **secundários**. Chamamos primários quando a informação não está organizada e é necessário um instrumento de coleta e uma matriz de conectividade para registrar os dados. Nesse caso, temos que recorrer a fontes de documentação, aplicação de questionário ou entrevista. Os dados relacionais secundários são aqueles cuja informação já expressa um vínculo entre distintos atores, a exemplo da lista de membros das diretorias de distintas empresas. Esse tipo de informação secundária interessa àqueles estudos preocupados em identificar a conexão entre os núcleos diretivos das grandes empresas, observando quais membros compartilham as diferentes diretorias. De toda forma, na quase maioria dos casos, as pesquisas que usam a metodologia de análise de redes sociais usam dados primários.

Figura 15 – Modelos de coletas de dados.



Fonte: elaboração das autoras.

Em geral, a coleta de dado relacional se realiza por meio de um **gerador de nomes e relações** e acompanha ou está inserido em um questionário mais amplo, que inclui também a coleta de variáveis, trajetórias de vida, dados de atributos etc. O instrumento recebe o nome de gerador de nomes, pois, a partir de uma lista inicial de contatos (outros atores sociais), pergunta-se a respeito dos vínculos de cada um. Vejamos um exemplo:

Tabela 2 – Modelo de lista de contatos.

Nomes	Cargo/profissão	contato 1	contato 2	contato 3	observações
João	Arquiteto	Maria	Joana		
Carla	Professora	Francisco	Maria	Pedro	
Paulo					
Cristina					
Pedro					
(novos nomes...)					

Fonte: elaboração das autoras.

Esse instrumento permite a construção de uma rede social e pessoal. Ao perguntarmos sobre os vínculos de João, ele cita dois contatos: Maria e Joana. Portanto, numa matriz de registro de dados, como já apresentamos no curso, João aparece vinculado a esses dois contatos com um 1 e, ao ser graficado num **sociograma**, haveria um traço entre João e Maria e João e Joana. Nesse caso, teríamos que incluir na nossa lista de nomes tanto a Joana quanto a Maria que não aparecem na lista inicial. No caso de Carla, ele citou três contatos: Francisco, Maria e Pedro. Assim como no caso anterior, haveria um vínculo (registro 1 no caso da matriz, e de um **traço** no caso do **sociograma**) entre Carla e Francisco, Carla e Maria e Carla e Pedro.

ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM

Olá!

Agora que você já conhece os tipos de dados e o gerador de nomes e vínculos, gostaríamos que você aplicasse o instrumento para construir a sua própria rede social:

1. Cite dez nomes de pessoas com as quais você tem contato com maior frequência.
2. Para cada nome informe a esfera de sociabilidade a qual pertence (família, vizinhança, escola, igreja etc.).
3. Para cada nome cite até três contatos, e para cada um deles preencha o instrumento a seguir.

Nomes	Esfera social	contato 1	contato 2	contato 3	observações

ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM 2

Após preencher o instrumento, insira os dados na matriz de conectividade:

	Nome 1	Nome 2	Nome 3	Nome 4	Nome 5	(...)
Nome 1						
Nome 2						
Nome 3						
Nome 4						
Nome 5						
(...)						



SÍNTESE

Nesta unidade, demos mais um passo rumo ao conhecimento da perspectiva metodológica da Análise de Redes Sociais (ARS), discutindo o conceito de redes e as especificidades das redes sociais.

Vimos o desenvolvimento histórico da metodologia e apresentamos os dados usados para esse tipo de abordagem – os dados relacionais. Por fim, apresentamos as formas de coleta e de registro desses dados para a construção e análise das redes sociais.



Parte IV

MEDIDAS E ANÁLISE DE DADOS

Olá!

Após termos aprendido os principais usos da metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS), como se constroem as redes sociais pessoais e as formas de coleta e registro dos dados relacionais, estamos preparados para as próximas etapas em que nos concentraremos na análise das redes, ou seja, nas estratégias de estudo que permitem obter informações relevantes para uma pesquisa ou uma avaliação. O objetivo desta unidade é lhes outorgar os conhecimentos necessários para avaliar os resultados obtidos da aplicação do instrumento de singularização para construção do **Projeto Singular Integrado** (PSI), com o qual trabalharemos adiante.

Com essa meta e reconhecendo a grande utilidade de metodologia de redes, adaptamos alguns dos seus principais antecedentes conceituais e suas medidas de análise para a elaboração deste material. Por meio da expressão de uma linguagem simples e usando ilustrações visuais, buscaremos dar mais um passo na incorporação da metodologia para as atividades de singularização do atendimento de pessoas privadas de liberdade ou egressas do sistema prisional.

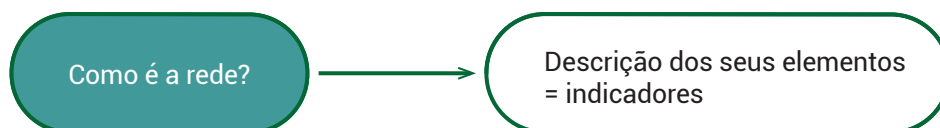
O conteúdo da unidade nos ensinará as duas formas principais de análise das redes pessoais: a descrição e a comparação. Em primeiro lugar, observaremos quais os elementos das redes sociais que permitem descrever suas características centrais e de interesse para singularização do atendimento, sob a ótica das relações e esferas de sociabilidade dos sujeitos. Aprenderemos medidas descritivas simples, como as de tamanho e de heterogeneidade relacional. Em segundo lugar, realizaremos exercícios de comparação por meio de observação das representações gráficas das redes sociais ou sociogramas. Por fim, apresentaremos um dos programas computacionais desenvolvidos para a análise de redes, de modo a mostrar o horizonte de possibilidades técnicas desenvolvidas para o estudo das redes sociais.

1 A ANÁLISE DESCRITIVA DAS REDES SOCIAIS

Para iniciar o estudo das informações das redes sociais, partimos da seguinte indagação: como é a rede? Para responder a essa pergunta, buscamos inicialmente descrever seus elementos que, como vimos nas unidades anteriores, são os agentes ou atores sociais (nós) e os vínculos existentes entre eles (traços).

Ao iniciarmos a análise dos dados da rede, temos como meta obter informações relevantes para uma pesquisa ou avaliação e, por isso, é importante transformar essas informações em indicadores que iluminem dimensões da vida social de um sujeito ou de um grupo de atores.

Figura 16 – Coleta de informações sobre indivíduos e redes.

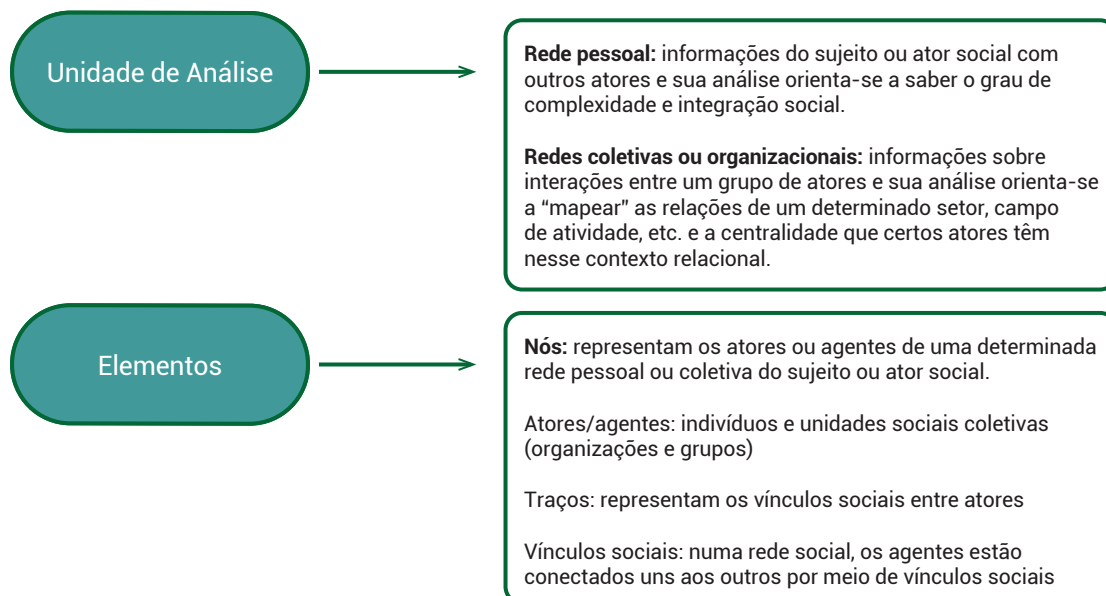


Elaborado pelas autora

Para conseguirmos atingir nossa meta de análise, uma vez organizados os dados relacionais, temos que realizar uma sequência de passos que envolve, primeiramente, ter uma definição clara a respeito de qual é a unidade de análise, quais são os elementos da rede que serão medidos e quais dimensões serão avaliadas.

Vejamos a Figura 17 que apresenta uma síntese para nos ajudar sempre que iniciemos o processo de estudo de uma rede social:

Figura 17 – Dados de análise de redes.

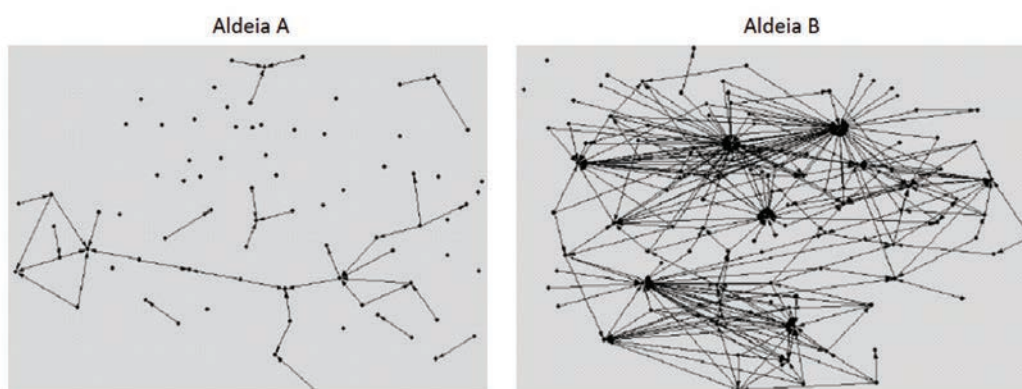


Fonte: elaboração das autoras.

A fim de facilitar a compreensão, recomendamos realizar um exercício de imaginação dos conceitos e medidas que iremos apresentar nesta unidade. A visualização de uma rede social é o primeiro passo para o entendimento de como a descrição dos seus elementos se transformam em indicadores de distintos aspectos da vida social de um sujeito, de uma comunidade, de uma organização etc.

Na continuação, apresentamos duas redes sociais coletivas que estão representadas por sociogramas:

Figura 18 – Relações de colaboração na colheita de arroz



Vamos, então, começar observando ambas as redes sociais e iniciar o processo de obtenção de informação. Como temos visto até aqui, as relações sociais podem ser estabelecidas entre distintos agentes sociais e apresentam uma multiplicidade de vínculos estabelecidos, por exemplo: relações de negócios, de amizade, familiares ou outras. Elas, também, podem ter sentidos positivos, como as relações de cooperação ou solidariedade, ou negativo, como as relações de corrupção e clientelismo.

No caso do nosso exemplo, as relações apresentadas são de ajuda e cooperação entre vizinhos de uma mesma aldeia para a colheita de arroz. Na simples observação do **sociogramas**, nota-se que a **Aldeia A** apresenta certos espaços entre certas regiões da rede, revelando onde não há conexões ou não se estabeleceu um vínculo de ajuda. Vejam que na rede da **Aldeia B**, diferentemente, observa-se que esses **espaços** de desconexão são menores. Ou seja, nesse caso, há mais vínculos de cooperação entre os vizinhos da aldeia e, portanto, há mais pessoas envolvidas num trabalho coletivo de ajuda comunitária.

Na linguagem da **Análise de Redes Sociais (ARS)**, diríamos que a rede da Aldeia B é mais **densa**, ou seja, existem mais vínculos entre os atores. Em termos de avaliação, dado que os vínculos observados são positivos, a densidade tem um sentido positivo: quantas mais pessoas engajadas nessa atividade comunitária, mais pessoas serão beneficiadas pelo trabalho coletivo.

Já que as relações apresentam um sentido positivo, então, podemos dizer que há uma alta possibilidade de a **Aldeia B** apresentar maior capital social que a **Aldeia A**. Mas se essas relações fossem, por exemplo, de corrupção, a densidade teria um sentido avaliativo negativo. Portanto, a densidade de uma rede é uma medida descritiva e mostra a atividade social presente na vida de um indivíduo ou em uma comunidade, como vimos no exemplo.

Há outras informações importantes que podemos auferir do nosso exemplo das aldeias. À simples vista, também observamos que a **Aldeia A**, comparativamente, apresenta um menor número de vizinhos ou moradores. Ou seja, um menor número de **nós** ou **atores sociais** estão presentes para realizar a atividade de colaboração na colheita. Portanto, além da rede da **Aldeia A** apresentar uma baixa densidade relacional, também tem um tamanho menor.

O tamanho também é uma medida descritiva de análise de redes sociais e indica o número de atores sociais envolvidos. As duas medidas indicam que, além da **Aldeia B** apresentar um maior capital social, ela é mais complexa, ou seja, apresenta um maior número de elementos internos. Essa complexidade leva à presença, no caso das redes coletivas ou comunitárias, de certos atores com papéis centrais na articulação da rede social. Trata-se de indivíduos ou atividades coletivas que fazem o papel de **ponte** ou mediação entre grupos, sem o qual não existiria nenhum contato, deixando espaços de desconexão ou de baixa densidade relacional. Há também atores sociais que se distinguem pelo número de vínculos e contatos e são muito importantes, por exemplo, para a divulgação de informações.

A Metodologia de **ARS** também prevê medidas de centralidade no caso de redes sociais coletivas.

SÍNTESE DAS MEDIDAS DE ARS

- **Tamanho:** número de atores. Nesse caso, indivíduos que fazem parte da rede, e o número de vínculos.
- **Densidade:** número de conexões ou vínculos entre os atores. Revela se há uma presença baixa, alta ou moderada de conexões entre atores, ou seja, mostra quantas conexões existem na rede em relação ao seu potencial (caso todos os vínculos possíveis existissem). A densidade é uma medida geral, ou seja, é uma medida para toda a rede. Entretanto, a densidade não necessariamente é homogênea no interior da rede, podendo existir regiões ou áreas específicas mais densas que outras. O total de vínculos pode estar disperso ou concentrado em certas regiões ou grupos, por isso, é importante para compreender a rede, realizar uma observação gráfica do sociograma, além da análise das medidas.
- **Centralidade:** a mensuração da centralidade dentro de uma rede permite identificar a proeminência de um ator ou de grupos no seu interior. As medidas de centralidade variam segundo a definição do papel social. Por exemplo: um ator pode ser central do ponto de vista da mediação que realiza entre uma parte da rede ou segundo a quantidade de vínculos que tenha, inclusive das informações que administra.

2 INDICADORES E REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS

Como vimos, os aspectos gerais de uma rede social auferidos por meio de medidas descritivas indicam características de seu tamanho, densidade e complexidade. Obtivemos informações relevantes na seção anterior, por meio do método de observação e comparação de **sociogramas** em que os distintos componentes da rede são possíveis de serem visualizados, a fim de identificar qual apresenta maior densidade de vínculos ou atividade relacional, qual está integrada por maiores números de atores sociais e quais são os que têm papel central.

Além do método de observação e comparação, a ferramenta metodológica de **ARS** nos permite quantificar as características para a criação de indicadores. As formas de mensuração vão de contagens simples a algoritmos matemáticos mais complexos operados por programas computacionais. Neste curso, nos concentraremos nos primeiros, que permitem uma rápida e oportuna coleta e análise de informações para a tomada de decisões no âmbito do cotidiano da gestão pública e implementação de projetos. Vamos também analisar dois exemplos práticos para observarmos como as características das redes sociais se tornam medidas e indicadores.

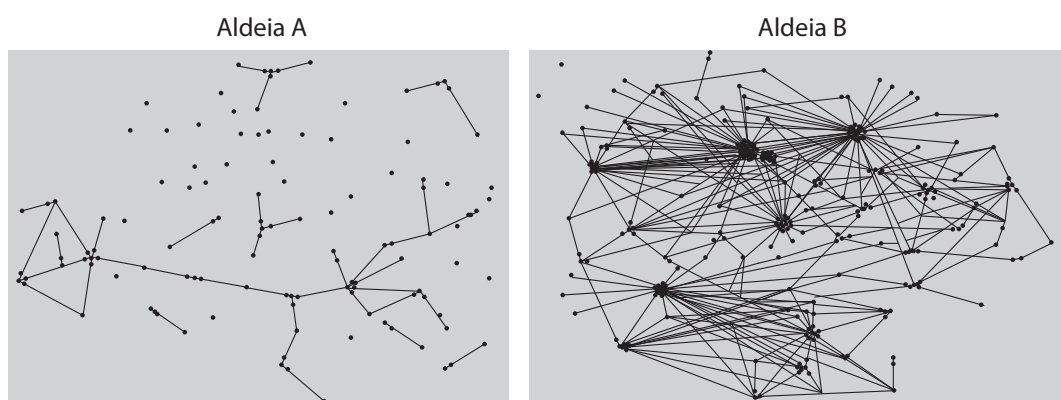
2.1. Redes coletivas: o exemplo de uma comunidade segregada em contexto urbano

Para o estudo da transformação da rede social de uma comunidade segregada num contexto urbano, Pavez (2005) comparou os resultados da análise dos padrões de interação social entre os atores da comunidade observados antes e depois da intensa ação do poder local, ou seja, de um programa da prefeitura que envolvia a presença de agentes implementadores do programa social, também moradores da comunidade.

Os resultados mostraram que houve uma mudança na composição dos atores principais, associada à formação de novas lideranças – pessoas de contato entre o poder local e a população da comunidade.

Para fazer essa análise, foi necessário comparar a rede coletiva da comunidade em dois tempos, para que fossem notadas quais mudanças tinham ocorrido após a implementação do programa social:

Figura 19 – Sociogramas da rede da comunidade no antes (t1) e no depois (t2) com áreas mais densas.



Pelo método de observação e comparação de **sociogramas**, notamos que a rede, após a implementação do programa social, passou a ter uma atividade relacional maior, percebida na densidade mais elevada. Esses novos vínculos se deram entre atores da prefeitura e da comunidade e, também, entre moradores da própria comunidade. Portanto, houve um aumento do número de **nós** ou atores sociais e, com isso, do seu tamanho. De forma semelhante ao exemplo anterior das aldeias, a rede se tornou mais complexa, resultado de outros sujeitos ocuparem papéis centrais na rede.

Agora, veremos que as informações decorrentes da comparação dos **sociogramas** são possíveis de serem registradas em medidas numéricas. Vejamos a Tabela 3 com os dados das redes no antes e no depois:

Tabela 3 – Dados da estrutura da rede no t1 e t2

	T1	
Número de atores	98	116
Porcentagem de atores externos	23%	31%
Total de vínculos	463	692
Densidade	0,0473	0,0597

A análise das medidas de descrição da estrutura geral da rede registradas confirma as observações dos **sociogramas**: no **T2**, o tamanho e a densidade da rede, ou seja, a intensidade das conexões, aumentaram. Como acabamos de ver, as medidas de tamanho da rede correspondem à quantidade de vínculos existentes no seu total, e a densidade dos vínculos presentes em proporção ao número de todas as conexões são estabelecidas entre o total de atores (SCOTT, 1992).

O cálculo dessa medida para uma rede média ou grande é feita geralmente por meio de programas computacionais, como o **Ucinet**, sobre o qual discutiremos no final desta unidade. Para redes menores, como é, em geral, o caso das redes pessoais, o cálculo pode ser feito por meio de contagem da lista de atores e dos vínculos presentes nas matrizes (como vimos na unidade anterior), ou dos traços entre o indivíduo e os outros atores. O indicador de integração da comunidade se deu pelo uso de dados de atributos, ou seja, contabilizando aqueles atores presentes no total de atores que não eram da comunidade, nomeados de **atores externos**. Nesse caso, é melhor calcular essa medida no programa computacional.

No exemplo, essa medida mostrou que a densidade geral da rede aumentou e, após a implementação do programa, 6% (0,0597) de todos os vínculos possíveis estavam presentes e, assim, a rede teria se tornado mais coesa e complexa. Foi indicado, também, que os indivíduos que se encontravam segregados social e espacialmente passaram a ter novas **pontes** fora da área em que se agrupavam. Isso se deu por meio do contato dos moradores envolvidos em atividades do programa com indivíduos inseridos em instituições do poder local e com indivíduos que participavam de atividades similares localizados em outras áreas geográficas (PAVEZ, 2005).

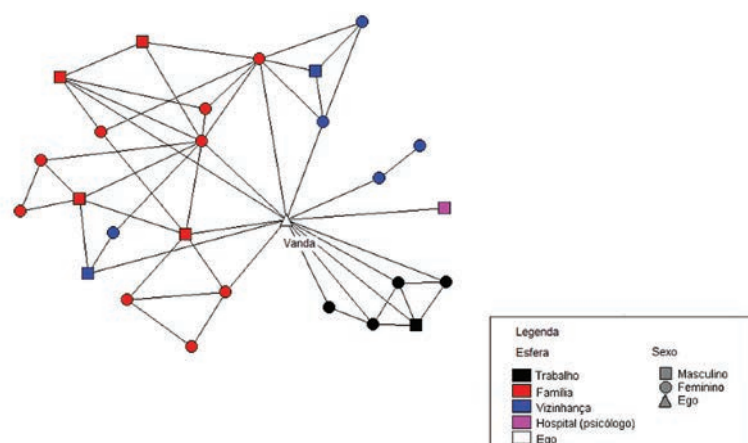
Portanto, os conjuntos de medidas serviram como um indicador da formação de **capital social**. A ação do programa permitiu a mudança na configuração das relações sociais de alguns moradores, o que levou à intensificação dos vínculos no interior dessas comunidades e, principalmente, na construção de pontes para fora dela para a obtenção de capital social.

2.2. A análise de redes pessoais

Retomaremos ao exemplo das redes pessoais para observarmos como suas características podem se tornar medidas e indicadores. Esse exemplo nos aproxima do instrumento de singularização do atendimento.

Rede Pessoal A

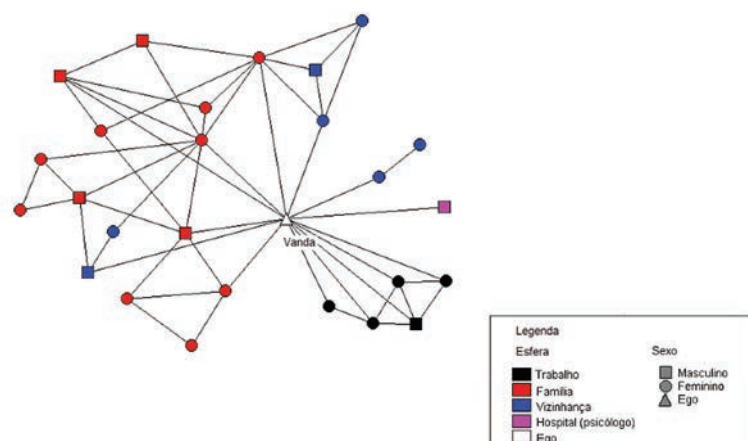
Figura 20 – Sociogramas de uma rede pessoal A.



Fonte: Guimarães et al., (2012)

Rede Pessoal B

Figura 21 – Sociogramas de uma rede pessoal B.



Fonte: Guimarães et al., (2012)

Os **sociogramas** apresentados correspondem ao estudo de Guimarães *et al.*, (2012) sobre o uso das redes sociais pessoais para se ter acesso à oportunidades de emprego. Um dos aspectos centrais considerados no estudo para a formação de vínculos que permitam a inserção no mercado de trabalho era a complexidade da rede em termos de heterogeneidade e quantidade de esferas de sociabilidade construídas ao longo da trajetória de vida dos sujeitos do estudo.

Ao aplicarmos o método de observação e comparação visual dos **sociogramas**, notamos que há uma diferença em termos da quantidade de vínculos, do número de contatos e das esferas de sociabilidade: a **rede A** é menos densa, ou seja, apresenta uma quantidade menor de vínculos e, portanto, tem menos elementos relacionais; já o sujeito da **rede B** não só apresenta um tamanho e densidade maior, mas, também, se inseriu em um maior número de contextos sociais ao longo da sua trajetória de vida.

Assim, as informações da comparação dos **sociogramas** mostram que a **rede B** não só é maior, mas, também, mais complexa em termos de inserção social. Vejamos, agora, as medidas:

Tabela 4 – Atores, vínculos e esferas de sociabilidade

	Rede A	Rede B
Número de atores	26	62
Total de vínculos	106	321
Número de esferas de sociabilidade	4	8
Densidade	0,0151	0,0794

As medidas confirmam e dão a exata dimensão das diferenças analisadas na observação dos **sociogramas**. O sujeito da **rede B** tem mais do que o dobro de contatos que o sujeito da **rede A**.

Além disso, tem o triplo de número de vínculos. Essa atividade relacional mais intensa da **rede B** também se verifica no número e heterogeneidade de esferas de sociabilidade: o sujeito da **rede B** tem o dobro de número de esferas, que incluem trabalho, família, vizinhança, faculdade, escola, igreja etc. Desse modo, a comparação das medidas aponta que este indivíduo está mais conectado socialmente, mostrando indicadores de maior integração social.

3 USOS DE PROGRAMAS COMPUTACIONAIS

A partir da década de 1960, na escola de Harvard, as redes sociais foram transformadas em ferramentas de análise estrutural. A criação e aplicação de modelos algébricos e estatísticos de análise e o desenvolvimento de programas computacionais específicos para a análise de redes (por exemplo, Gradap, Netdraw e Ucinet) permitiram visualizar e operar redes maiores, possibilitando a representação e o estudo de redes mais complexas (MARQUES, 2000; SCOTT, 1992). Atualmente, é possível obter uma versão de experimentação na página: <<https://goo.gl/ww5eXi>>. Acesso em: 21 mar. 2019. A seguir apresentaremos algumas noções básicas para o uso do programa computacional de ARS, o Ucinet e Netdraw.

Você irá:

- conhecer o ambiente do *software*;
- registrar dados;
- criar sociogramas.

É importante destacar que, para a aplicação do instrumento de singularização do atendimento, como subsídio do Projeto Singular Integrado (PSI), não será necessário o uso de *softwares*. Entretanto, consideramos que os ensinamentos de algumas noções básicas podem dar autonomia aos alunos interessados em aprofundar o conhecimento sobre a metodologia de ARS

Figura 22 – Uso dos softwares.

Produção de base de dados	→	Comandos do programa Ucinet
Produção de sociogramas	→	Comandos do programa Netdraw
Algumas análises	→	Comandos do programa Ucinet

Fonte: elaboração das autoras.

3.1. Organizando e registrando os dados relacionais

Ao ensinarmos como se coletam e sistematizam os dados relacionais, vimos que, numa matriz quadrada, ou seja, em que as unidades da coluna são as mesmas que as das linhas, registra-se a presença (atribui-se **1**) ou ausência de vínculos (atribui-se **0**) entre as unidades do estudo. Dessa forma, sabemos entre quais indivíduos existe um vínculo de amizade, de trabalho, familiar etc.

Tabela 5 – Exemplo de preenchimento de dados relacionais

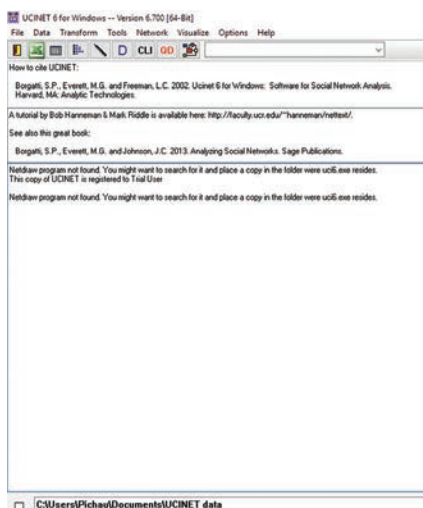
Nomes	João	Carolina	André	Tatiana	Paulo
João	-	1	0	0	0
Carolina	1	-	1	0	1
André	0	1	-	1	1
Tatiana	0	0	1	-	1
Paulo	0	1	1	1	-

Nesse caso, temos uma matriz de seis linhas e seis colunas e os mesmos nomes se repetem nas linhas e nas colunas, por isso, chamamos esse tipo de **matriz quadrada** ou **simétrica**. Os únicos vínculos que não são registrados são os do indivíduo com ele mesmo.

A mesma planilha se abrirá no *software* **Ucinet** para a criação da matriz. Uma vez instalado o programa, podemos iniciá-lo com o seguinte percurso:

Início > Programas > Ucinet 6 for Windows. Na janela inicial do programa, observamos o seguinte:

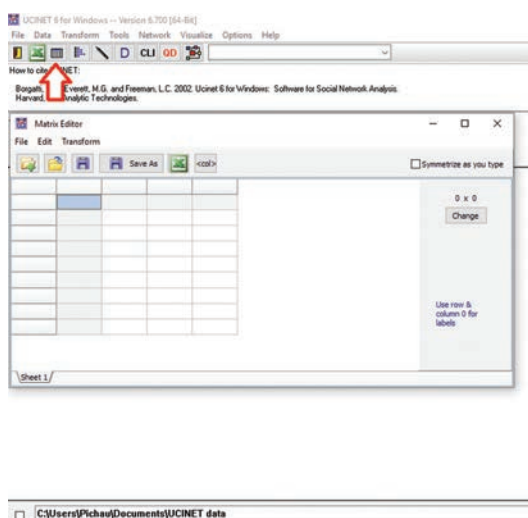
Figura 23: Tela do software UCINET.



O **Ucinet** é um programa que apresenta características similares a outros programas que funcionam no sistema operativo do **Windows**. Na figura, observamos que, na parte superior, encontra-se a barra de menus – *File, Data, Transform, Tools, Network, Draw, Options e Help* – a qual se segue uma série de ícones de acesso *Directo*; e, por último, na parte inferior, encontra-se uma barra de endereço que nos indica o *Directorio* em que se está trabalhando e onde, automaticamente, se vão guardando todos os arquivos que se criam.

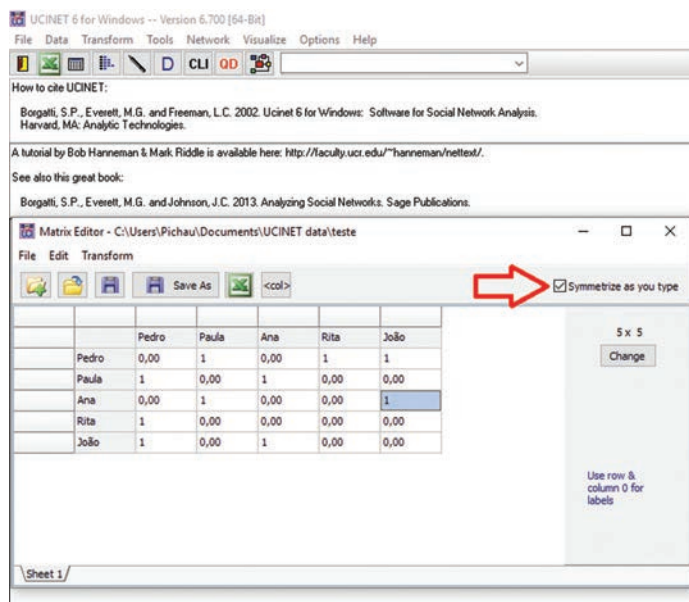
Para construirmos a matriz onde registraremos nossos dados relacionais, devemos pressionar o terceiro ícone, a contar da esquerda para a direita, que se refere à função da **Folha de Cálculo** (*Spreadsheet*). Nesse momento, abre-se uma planilha muito parecida a do nosso exemplo:

Figura 24: Tela do software UCINET 2.



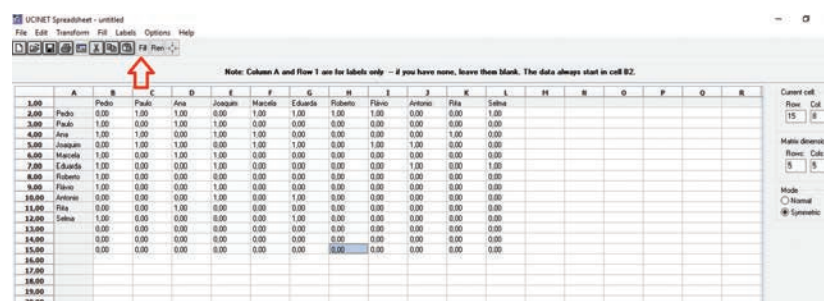
Nesse momento, devemos iniciar o registro dos dados, inserindo os nomes dos atores nas linhas. Mas antes, devemos solicitar ao programa que considere a nossa matriz simétrica:

Figura 25: Tela do software UCINET 3.



Desse modo, quando digitarmos um nome na linha, ele aparecerá automaticamente na coluna; devemos checar no monitor à direita se o número de linhas (*Rows*) é igual ao de colunas. Uma vez inseridos os nomes, iniciamos a inserção dos dados relacionais. Após finalizado o registro, vamos ao menu > *Fill > Fill with zeros blank cells*. Desse modo, o programa preencherá com **0** todos os espaços em branco, ou seja, aqueles em que não se registrou **1**, indicando a presença de vínculos. Também pode ser usado o ícone *Fill*.

Figura 26: Tela do software UCINET 4.

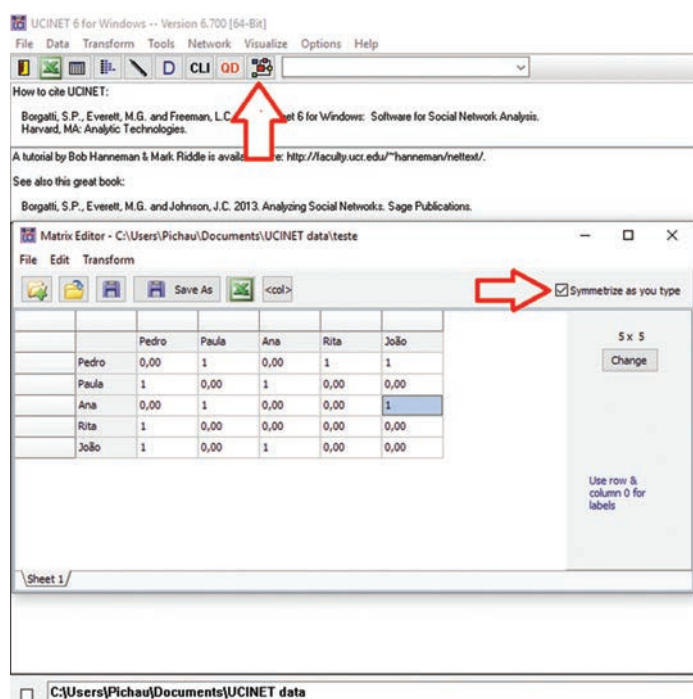


Finalmente, pedimos para salvar a matriz. O programa gera dois arquivos: um com a extensão **##h** e outro com a extensão **##d**.

CRIANDO SOCIOGRAMAS

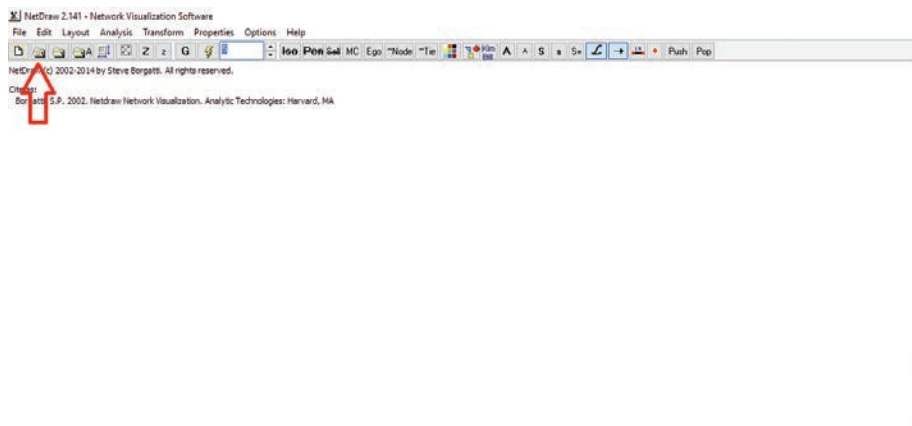
A visualização das redes realiza-se por meio do programa **Netdraw**, que elabora o gráfico a partir dos dados relacionais da matriz e cria os **sociogramas** que temos visto ao longo do curso. O primeiro passo para poder construir um **sociograma** é acessar o programa por meio do **Ucinet** e, na sequência, o programa **Netdraw** vem junto a ele:

Figura 27: Tela do software UCINET 5.



Ao pressionarmos o primeiro ícone, a contar da direita para a esquerda cujo símbolo é um **sociograma**, abre-se o programa **Netdraw**. Assim como a **Ucinet**, esse programa apresenta, também, características similares a outras do sistema operativo do **Windows**, com uma barra de menus, barra de ícones de acesso direto, janelas etc.

Figura 28: Tela do software UCINET 6.



Para poder iniciar a criação do **sociograma**, devemos carregar o arquivo da matriz criada anteriormente, pois seus dados dão as coordenadas para a construção do gráfico no *software*. Ao nos dirigirmos à barra do menu, encontraremos um ícone cujo símbolo é uma pasta de arquivo. Em seguida, abre-se uma caixa de diálogo *Open data file* e, nela, devemos selecionar a opção **Ucinet** (.##h e .##d), que correspondem às extensões das matrizes de dados relacionais. Posteriormente, é preciso procurar o arquivo a partir do qual se quer construir o **sociograma**.

Figura 29: Tela do software UCINET 6.

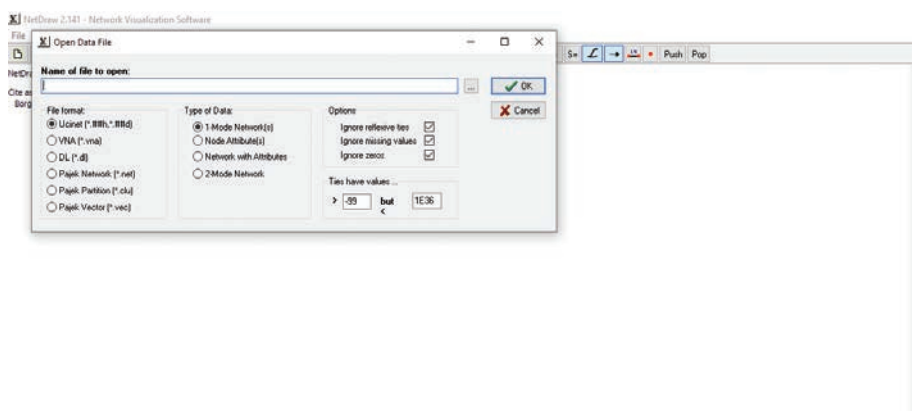
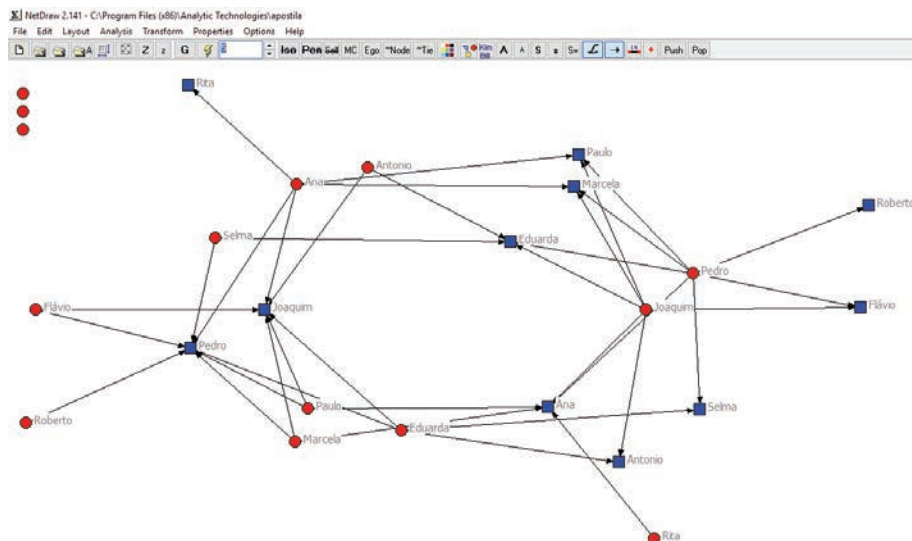


Figura 30: Tela do software NETDRAW.





Parte V

TRAJETÓRIAS E
SOCIABILIDADES DE
INDIVÍDUOS EM PRIVAÇÃO
DE LIBERDADE

Nesta unidade, vamos reunir contribuições sociológicas sobre a sociabilidade de indivíduos em situação de privação de liberdade, conflito com a lei e envolvimento no mundo crime.

Essa discussão é importante para a aplicação do **Instrumento de Singularização do Atendimento**, o qual pretende reunir informações sobre a compreensão da trajetória dos indivíduos por eles mesmos.

Veremos que a experiência da institucionalização em estabelecimentos prisionais ou instituições de controle, além do próprio envolvimento no “crime”, altera os vínculos sociais e as redes dos indivíduos. Ao mesmo tempo, esferas como família/amigos, formação/educação, trabalho/renda, religião, cultura e lazer, entre outras, contribuem com vínculos que são importantes para a sociabilidade dos indivíduos.

Por fim, iremos refletir sobre duas trajetórias de indivíduos com experiência de institucionalização em estabelecimento de controle e correção social. Essas trajetórias não devem ser tomadas como exemplos típicos de indivíduos que passam pela experiência da privação de liberdade. Embora, frequentemente, todos eles tenham vínculos em esferas de sociabilidade como a família, a educação, o trabalho/renda, a religião, entre outras, tais esferas podem estar ativas ou inativas antes em algum momento da trajetória. Levamos em conta que o indivíduo privado de liberdade, como qualquer outro indivíduo, constrói vínculos e tece laços sociais ao longo de sua trajetória e, também, reflete sobre eles.

1 O EFEITO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NAS ESFERAS DE SOCIABILIDADE DOS INDIVÍDUOS

A experiência de privação de liberdade altera os vínculos sociais. Estudos mostram que indivíduos institucionalizados – em equipamentos prisionais ou instituições de controle para adolescentes – têm suas esferas de sociabilidade e redes sociais modificadas (DIAS, 2005; FELTRAN, 2008; MELO, 2011).

Segundo Dias (2005, p. 44), “o aprofundamento da vida desses indivíduos no mundo do crime é marcado, na maioria das vezes, pelo seu afastamento da família, o que caracteriza o momento de rompimento dos vínculos sociais mais importantes”.

Ao analisar a trajetória de um jovem em diferentes momentos de sua institucionalização (internação e semiliberdade), Feltran (2008) sublinha que sua rede social indica vínculos sociais com os indivíduos institucionalizados ou recém-saídos da cadeia, a polícia e os agentes estatais do mundo penal. Assim, instituições penais de privação de liberdade e socioeducativas, no caso dos adolescen-

tes, “agravam a sensação de desvinculação social” e “reforçam a referência do mundo do crime nas trajetórias”. Como afirma o autor:

*Compreende-se porque as instituições penais de privação de liberdade (e socioeducativas, no caso dos adolescentes) terminam por agravar a **sensação de desvinculação social em relação ao mundo “legítimo”** e, assim, reforçam a referência do **“mundo do crime”** nas trajetórias. O dispositivo se monta entre o espaço de internação, no qual as relações horizontais são sempre internas à ilegalidade, e o judiciário criminal, onde todas as relações gravitam em torno do ato infracional. Esse circuito monotemático, que fortalece a identidade do **“criminoso”**, aparece justamente quando o Estado passa a mediar suas relações sociais (FELTRAN, 2008, p. 116, grifos nossos).*

Desse modo, a prisão tende a aprofundar a esfera criminal. Já a sociabilidade de egressos pode indicar vínculos muito locais, baseado na família (MELO, 2011), exemplificando uma dimensão de “localismo”, que indica situações “de contatos com pessoas que habitam o mesmo local de moradia” (MARQUES, 2014, p. 50). Nessas condições de localismo, a reintegração do convívio em liberdade civil pode ser muito precária em termos de oportunidades e ajudas, pois as redes dos indivíduos, como destacamos anteriormente, são muito heterogêneas.

É importante ter em mente que a LEP garante que o Estado medeie os vínculos dos indivíduos com outras esferas garantidoras dos direitos (Unidade 1): a esfera da educação/formação, a esfera da arte/cultura, a esfera do trabalho/renda, entre outras, possibilitando seu adequado retorno ao mundo civil.

PARA REFLETIR

O que são esferas de sociabilidade? Compartilhamos a noção de esferas de sociabilidade presente em Marques (2010):

Entendo por esfera uma região de sociabilidade em geral organizada a partir de algum processo de especialização (funcional, de práticas, cultural, de ideias). As esferas são produto da especialização das atividades sociais em sentido amplo, incluindo círculos de interesse (círculos de discussão e de práticas específicas), círculo de sociabilidade e convivência (grupos de amigos) e instituições específicas (como a família). Em termos concretos, as esferas incluem certos conjuntos de indivíduos e organizações, as relações que se estabelecem entre eles (de vários tipos e em constante transformação), assim como determinadas identidades, conjuntos de signos e padrões discursivos (...).

A delimitação de esferas (...) diz respeito aos espaços sociais reconhecidos pelos indivíduos em suas atividades e sociabilidade. A existência de uma esfera de vizinhança, por exemplo, não inclui todos os vizinhos nem incluir, necessariamente, apenas vizinhos; mas, sim, aqueles indivíduos que o entrevistado julga encontrar juntos, em um espaço da sua sociabilidade denominado por ele próprio 'vizinhança' (MARQUES, 2010, p. 70-71).

ATIVIDADE DE FIXAÇÃO

Agora que a noção de Esferas de Sociabilidade está clara, vamos colocá-la em prática. Coloque seu nome no centro do Sociograma abaixo. Pense nas suas próprias esferas de sociabilidade e escreva quais são os indivíduos presentes em cada uma delas.

Figura 31: modelo de sociograma.



Elaboração das autoras.

Quais são as esferas mais importantes para sua sociabilidade? Por quê? Você pode fazer o mesmo exercício, levando em conta a trajetória de alguém em situação de progressão de regime.

1.1. Analisando trajetórias e esferas de sociabilidade

Vamos agora conhecer algumas trajetórias de sociabilidade para ampliar as reflexões sobre o assunto.

PEDRO

Feltran (2008) analisou a trajetória de Pedro, um adolescente que cumpriu medida socioeducativa e, no momento da entrevista, trabalhava em uma organização de atendimento a deficientes. Por meio da narrativa de Pedro sobre sua própria trajetória, é possível perceber as esferas as quais temos nos referido: família, trabalho, escola, religião, crime, além de mediações realizadas pelo Estado por meio de políticas sociais e da gestão penal.

Vamos destacar algumas esferas de sociabilidade de Pedro, sublinhando como sua rede social muda ao longo do tempo. Veremos que uma esfera específica, como a família ou o trabalho, por exemplo, pode estar **ativa** em determinado momento e **inativa** em outro. É muito frequente que a prisão marque um momento de mudança na rede social do indivíduo. Ao mesmo tempo, a vida em liberdade impõe o desafio de recompor esferas de sociabilidade no mundo civil.

Família

No início da narrativa de Pedro, a esfera da família apresenta um momento delicado. A mãe morreu, o pai é alcóolatra, há carência material, o irmão inicia contato com meninos do crime, a irmã está distante. Pedro inicia uma relação de proximidade com o crime. A madrinha de Pedro aparece neste momento ofertando ajuda e apoio. Pedro passa a morar com ela, mas as relações com o crime são intensificadas. Inicialmente, a família aparece como elemento de justificação para o ingresso na vida do crime. Quando Pedro passa a praticar assaltos, a narrativa sobre a família é “cambiante”:

Nesse momento, a família de Pedro ainda aparece bastante na narrativa, mas já em registros cambiantes – a casa era espaço de proteção retórica do crime, mas ao mesmo tempo o irmão é tido como uma ponte para a turma de amigos ‘envolvidos’; o pai não gostava disso, mas oferecia contraponto: seguia bêbado e não provia o suficiente; a irmã reprovava suas companhias, mas seguia ausente. O dinheiro que ele trazia gerava cara feia, mas era aceito. Os tios e a madrinha, nunca muito próximos, já desaparecem do depoimento. A escola já havia sumido em um momento anterior, logo após as memórias de infância (FELTRAN, 2008, p. 103).

Posteriormente, Pedro se torna um “ladrão” e as descrições dos assaltos são narradas uma a uma, em detalhes. A família aparece como esfera desgastada e as relações com os vizinhos são registradas a partir das ações com o crime: os amigos e o irmão estão no “crime”. A mãe retorna

em algum ponto da narrativa, como figura santificada: “Familiares e amigos externos ao ‘crime’ desaparecem do depoimento, a casa some da rotina e vira horizonte distante (‘vou lá só para dormir’)” (FELTRAN, 2008, p. 111).

O apoio da família reaparece durante a internação na Fundação Casa, quando a irmã tenta ir visitá-lo. Mas os códigos de Pedro já são muito próximos do “mundo do crime”:

A minha irmã foi me visitar uma vez e eu: “Tô aqui porque eu quero, quis para mim. Não quero visita não!” A minha família já me via roubando daquele jeito, sofria comigo e veio me visitar, já era demais. Minha irmã estava com uma filha já. Peguei e mandei ela embora, ela ficou nervosa. E o funcionário: “Ei, você é folgado! Você trata sua irmã desse jeito?” E eu: “Eu trato, a irmã é minha”. Aí ele falou: “Neguinho, você é folgado mesmo!” Aí eu falei: “Sou mesmo, seu banguela!”. Aí ele veio e me deu um soco: “Se fosse sua irmã, você gostaria que ela ficasse visitando você aqui?”, falei para ele. Fiquei olhando para a cara dele e fiquei quieto. Nunca tive visita, não, porque eu não quis. Minha irmã ia, mas eu falava: “Não, não aceito visita não!”.

O momento do julgamento contribui para as relações familiares baseadas na solidariedade, ao mesmo tempo em que Pedro tem sua “identidade de criminoso” reconhecida pela família, vizinhos e pelo próprio Estado:

A primeira prisão é sempre momento de mudança importante. **A família ampliada é obrigada a se comunicar para processar o ocorrido, há que pensar o que fazer.** O menino está mesmo “no crime”, está preso, todos sofrem. **Mobilizam-se solidariedades.** A fofoca da vizinhança confirma suspeitas e restabelece o estatuto da existência social de Pedro: ele está “virando bandido”, já virou. A polícia faz sua ficha, tira fotografias, monta uma pasta, ele passa a ser alguém “com antecedentes criminais” e, assim, muda seu estatuto também frente ao Estado (FELTRAN, 2008, p. 111, grifos nossos).

Após o julgamento e a sanção de **liberdade assistida**, Pedro começa a trabalhar em uma entidade de assistência à pessoas com deficiência. A família passa a incluir pessoas sem vínculos de sangue. Essas pessoas, consideradas partes da “família estendida”, são aquelas que fizeram a mediação para a esfera do trabalho formal.

Trabalho

Os empregos anteriores à vida de “ladrão” são informais, “bicos” pouco remunerados: Pedro trabalhou entregando panfletos e em um lava-rápido. A esfera do trabalho conta com poucas mediações. Assim, podemos dizer que o vínculo com o trabalho formal se apresenta como um “vínculo fraco” ao longo da trajetória de Pedro, sobretudo antes da institucionalização.

Veremos ao longo do curso que você ainda irá realizar conosco como que os vínculos fracos

são menos intensos e frequentes, por oposição aos vínculos fortes. De fato, na medida em que a vida como “ladrão” se intensifica, os “bicos” passam a ter conotação de precariedade e humilhação.

Durante o cumprimento da medida socioeducativa, o educador social de Pedro aparece como um mediador importante. Esse educador “faz a ponte” para o acesso ao emprego. Pedro inicia um trabalho como *office boy* na entidade e, depois, é registrado como educador no trabalho de assistência a portadores de necessidades especiais. Trata-se de uma entidade conveniada com uma política de assistência social. Portanto, o educador social, em seu papel de “burocrata de rua”, medeia o acesso de Pedro tanto a uma política como a um trabalho.

Religião

No final da entrevista, Pedro narra uma tentativa de “conversão” entre o “mundo do crime” e o “mundo do trabalho”. Feltran mostra que nesse tipo de conversão opera uma fronteira, o que significa dizer que o indivíduo tenta transitar nos códigos morais entre esses dois mundos. A religião e a fé costumam operar como esferas importantes nesses contextos.

Atualmente, diferentes denominações religiosas e igrejas, sobretudo as neopentecostais, incorporaram a questão da “violência” em suas ações na tentativa de “salvar”, “disputar” ou “converter” indivíduos envolvidos no “crime”. Há diferentes tipos de atuação por parte dessas religiões, como mostra uma extensa bibliografia: rituais de exorcismo, assistência espiritual, assistência em clínicas de recuperação de dependentes químicos, até formas de mediação que indicam a conversão de criminosos em evangélicos e a conformação de “traficantes evangélicos” (GALDEANO, 2014).

As religiões são também importantes mediadoras para o acesso a bens materiais. Gurza La-valle e Castello (2004) indicam que participar em associações religiosas favorece a inserção socioeconômica dos moradores, sobretudo os mais pobres, ao mundo do trabalho, atenuando os riscos de exclusão social.

SAIBA MAIS

Sugestão de leitura:

Para refletir sobre o associativismo religioso como uma forma de mediação às oportunidades, leia o artigo “Benesses de mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica” (GURZA LA-VALLE; CASTELLO, 2014), disponível em: <<https://goo.gl/Wq0GRO>>.

DIEGO

As redes sociais de Diego foram analisadas por Melo (2011) em três momentos. O primeiro é quando Diego está em regime semiaberto. O segundo corresponde à liberdade. E o terceiro é quando Diego volta ao regime fechado. De modo a considerar o fluxo da trajetória de Diego, chamaremos esses três momentos de **Tempo 1 (T1)**, **Tempo 2 (T2)** e **Tempo 3 (T3)**.

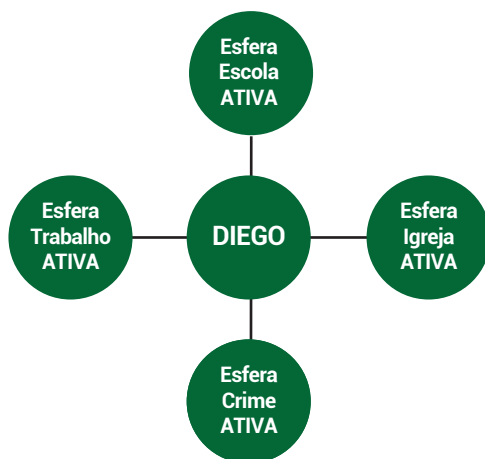
Tempo 1: esferas de sociabilidade ativas no regime semiaberto

No primeiro momento, Diego está em progressão de regime, já tendo cumprido alguns anos de privação de liberdade. A esfera da educação/formação está **ativa**. Diego frequenta a faculdade particular, com bolsa, e cursa Pedagogia. Durante nove anos de regime fechado e três de semiaberto, Diego concluiu a Educação Fundamental e cursou o Ensino Médio.

É monitor de educação no projeto “Tecendo a liberdade”, implantado pela Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” (FUNAP) em 2004. Sob sua responsabilidade está a mobilização da comunidade escolar da unidade prisional, na perspectiva de atuar na construção de conhecimentos significativos juntos aos presos, excedendo, inclusive, os conteúdos escolares tradicionais (MELO, 2011, p. 90). O trabalho permite uma renda superior ao que geralmente se pode receber em uma unidade prisional.

A faculdade e o trabalho como monitor de educação vinculam Diego nas esferas ativas de educação/formação e renda. Também há um vínculo com a esfera da religião. Entre as idas e vindas entre a instituição do semiaberto e a rua, Diego passa a consumir drogas, contrair dívidas e a manter relacionamento com a companheira de um funcionário da unidade. A relação com o mundo do crime é tensa.

Figura 32: Sociograma de Diego em T1.



Extraído de MELO, 2011.

Tempo 2: esferas de sociabilidade durante a liberdade

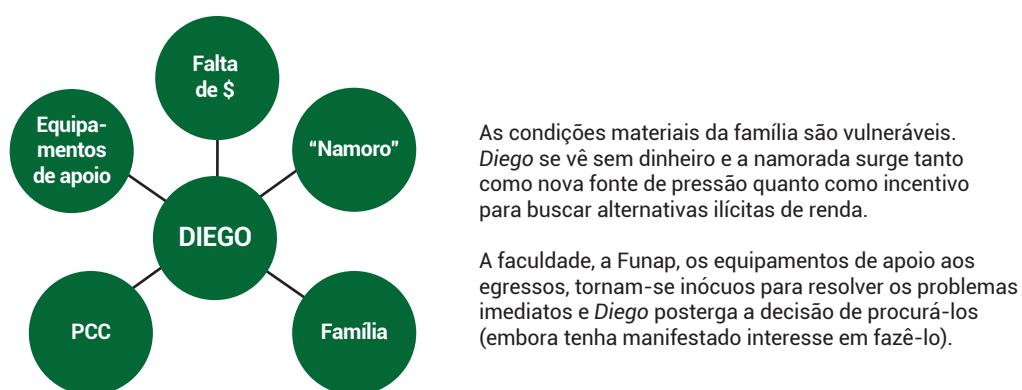
Diego está em liberdade. Sua rede social indica uma sociabilidade centrada na esfera da família, incluindo uma nova namorada. Há precariedade de renda. Ele volta a cometer atos infracionais. Sua justificativa, nesse momento, são as interações sociais cotidianas em liberdade, que tanto pressionam como incentivam que ele procure “uma alternativa ilícita de renda”.

A esfera de trabalho/renda, que em T1 era operante, torna-se inativa. Embora Diego pudesse acionar seus vínculos com a FUNAP, ele não o faz. Os vínculos da esfera da educação/formação também não são operantes nesse momento de retorno ao mundo civil. Os vínculos muito locais, presentes na esfera de sociabilidade família, são pouco operantes para mediar o acesso a bens materiais:

(...) poder-se-ia inferir que, ao ganhar a liberdade, Diego estaria diante uma rede social mais ampla, trazida pelo maior número de esferas de sociabilidade. No entanto, o que se verificou foi que, embora passando a interagir com novos elementos – namorada, família, desemprego, estigma etc. – tais interações não alteraram a densificação dos padrões de associação a que Diego já estava vinculado, que permaneceram ligados ao mundo do crime (MELO, 2011, p. 92).

Em liberdade, as relações de Diego com a esfera do crime continuam tensas. Ele se sente “perseguido” pelo crime.

Figura 33: Sociograma de Diego em T2.



Extraído de MELO, 2011.

Tempo 3: esferas de sociabilidade no regime fechado

Diego volta ao regime fechado. Suas esferas de sociabilidade são parecidas com o momento inicial (T1). A esfera da religião se intensifica; há possibilidade de retomar o vínculo com a esfera do trabalho/renda, por meio do trabalho de monitor de educação; a esfera da família está ativa e a mãe faz visitas regulares. A esfera do crime está inevitavelmente ativa, posto que, mesmo adotando a identidade de “crente” na prisão, há relações complexas que se estabelecem entre esses tipos de presos e o restante da comunidade carcerária. Como mostra Dias (2008), a religião opera dando novos sentidos ao trabalho, à educação e aos laços familiares, servindo como apoio para a reintegração da vida em liberdade civil.

Figura 34: Sociograma de Diego em T3.



As relações sociais são semelhantes à primeira prisão. A família substitui a faculdade, pois, estando em regime fechado, *Diego* não poderá retomar o curso, mas estando em unidade localizada na capital paulista, torna-se possível receber visitas de sua mãe.

A igreja surge como “refúgio” (DIAS, 2008)

O grupo-escola se apresenta como o horizonte de participação social de *Diego* na prisão, representando também a oportunidade de trabalho e renda.

Extraído de MELO, 2011.

1.2. Das trajetórias ao matriciamento

O que as trajetórias desses dois indivíduos – Pedro e Diego – que vivenciaram a institucionalização em privação de liberdade demonstram é que suas esferas de sociabilidade mudam quando estão em contato com o “mundo do crime” e as relações que se instauram naquelas instituições.

As trajetórias são feitas de idas e vindas, ou seja, de trânsitos permanentes entre várias esferas: família, amigos, escola, trabalho e renda, religião e, às vezes, o próprio crime. As trajetórias irão variar, sempre. Há possibilidade de reincidir, de voltar ao crime, assim como há possibilidade de conversões, salvação, ingresso no mercado formal, entre outros. A esfera da arte/ cultura, por exemplo, também é uma possibilidade de engajamento. As trajetórias são construídas no fluxo do tempo e dos espaços dos indivíduos. Sempre há o horizonte da transformação possível. Toda transformação ou ação individual, entretanto, é mediada por outros indivíduos ou organizações. O desafio da gestão prisional é ocupar um papel efetivo nessa mediação do indivíduo com as esferas sociais consideradas legítimas (ou formais), ainda que a esfera do crime seja bastante presente.

O tipo de mediação (com quais esferas e através de que políticas e programas) deverá ser orientada pela trajetória de cada indivíduo e definida a partir da discussão de cada caso pela equipe multidisciplinar. Essa equipe tem como responsabilidade a construção do **Projeto Singular Integrado**. O resultado desse projeto pode ser tanto a integração satisfatória ao mundo civil quanto uma integração com percalços, dificuldades ou “recaídas”. Monitorar o resultado do PSI é, assim, importante. Lembre-se que as esferas de sociabilidade são importantes para qualquer indivíduo e que as redes sociais podem contribuir tanto para a precariedade como aumentar oportunidades e ajudas.



Parte VI

O PROCESSO DE SINGULARIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

Olá!

Concluimos o ensino da perspectiva e da ferramenta metodológica de Análise de Redes Sociais (ARS), passando pelo ensino da coleta e uso de dados relacionais, registro e análise de dados para a obtenção de informações relevantes sobre a vida social de um indivíduo ou um coletivo.

Tendo visto como a análise de redes sociais pode contribuir para compreender a trajetória de indivíduos que vivenciaram processos de institucionalização em privação de liberdade, vamos conhecer e aplicar o Instrumento de Singularização do Atendimento.

A singularização prevê não só a ponderação de fatores gerais de risco, gravidade do crime e/ou a história criminal para avaliar sua situação, mas, também, o exame e conhecimento da vida social e a trajetória do indivíduo, de modo a melhorar e otimizar a tomada de decisões a respeito da intervenção e Construção do **Projeto Singular Integrado (PSI)**.

Tenha em mente que a **Etapa 1 do processo de singularização** se dá ainda na porta de entrada do sistema prisional, momento em que o indivíduo passa pelos processos de identificação e verificação da saúde. A **Etapa 2** é o procedimento de inclusão, momento em que o instrumento é aplicado para subsidiar a reunião de Matriciamento em Gestão Prisional. Nessa ocasião, conforme destacado na Unidade 2, é importante ter um banco de políticas e projetos organizado, que possa subsidiar o fortalecimento dos vínculos sociais nas esferas de interesse do indivíduo. O instrumento não exclui as entrevistas de cada profissional com os indivíduos privados de liberdade: cada saber é importante para o devido acompanhamento e suporte na unidade prisional. Já a **Etapa 3** é a construção do **Projeto Singular Integrado (PSI)**, que depende de mais uma rodada de conversa junto ao indivíduo privado de liberdade sobre as oportunidades de inclusão nas esferas da família, escola/formação, trabalho, cultura/lazer, saúde e religião. Essa etapa também depende de continuidade, acompanhamento e avaliação.

As etapas 1, 2 e 3 são representadas a seguir:

Figura 35 – Etapas para a elaboração do Projeto Singular Integrado.

1	Procedimentos de porta de entrada Identificação (segurança) e verificação inicial de saúde
2	Procedimentos de inclusão Aplicação do Instrumento de Redes e Sociabilidade Entrevistas com profissionais da equipe interdisciplinar Reunião de Matriciamento em Gestão Prisional (para pessoas privadas de liberdade) ou Referenciamento em Redes de Políticas Públicas (nos casos das pessoas egressas)
3	Construção do PSI Devolutivas com pessoas atendidas para construção do Projeto Singular Integrado, com recomendações de curto e médio prazos a serem acompanhadas pela equipe

Elaboração das autoras

Os procedimentos indicados para a gestão prisional também podem ser adotados nos serviços de atenção às pessoas egressas do sistema prisional. Para tanto, basta realizar as etapas 1, 2 e 3 acima nos momentos, respectivamente, de acolhimento, atendimento e referenciamento das pessoas egressas que procuram por aqueles serviços, sendo importante destacar a necessidade de que tais serviços se articulem, conforme previsto na Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas (CNJ, 2020) em redes mais amplas de instituições públicas e da sociedade civil voltadas à promoção da cidade e garantia de direitos.

O conteúdo da unidade apresentará detalhadamente o Instrumento de Singularização, abor- do os procedimentos para sua aplicação e coleta das informações relevantes, discutindo as dimen- sões da vida social dos indivíduos que os indicadores do instrumento se propõem a identificar.

1 APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO DE SINGULARIZAÇÃO DO ATEDIMENTO

Para o desenvolvimento do **Instrumento de Singularização do Atendimento**, foi desenvolvido um método de reconhecimento de sua trajetória que se baseia em duas dimensões:

- **Dimensão 1:** integração social do indivíduo;
- **Dimensão 2:** estabilidade dos vínculos sociais.

Em seguida, foram desenvolvidas medidas que funcionam como indicadores de ambas as dimensões:

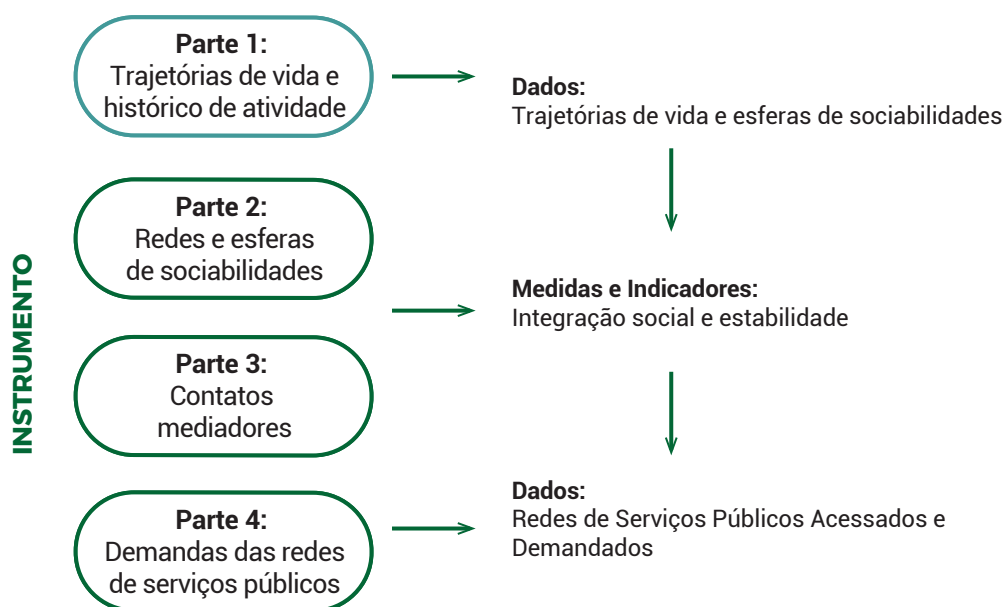
Figura 36 – Dimensões de uma rede de sociabilidade.



Elaboração das autoras

Vejamos a matriz geral de análise e como são obtidas as informações relevantes para o diagnóstico das redes pessoais de sociabilidade segundo o fluxo e organização interna do **Instrumento de Singularização**:

Figura 37 – Linha metodológica geral do Instrumento de Singularização.



Elaboração das autoras

Como é possível observar na matriz da linha metodológica geral, o instrumento se organiza em quatro partes e os dados obtidos em cada um alimenta o fluxo interno de informações de uma etapa para outra. Por esse motivo, sua aplicação deve seguir a ordem proposta.

Os dados primários, que alimentarão a construção das redes e das esferas de sociabilidade do indivíduo atendido serão obtidos a partir de uma entrevista semiestruturada, realizada na primeira parte, cujo objetivo é compreender sua trajetória de vida. Como resultado da entrevista, espera-se que a pessoa que utilizou o instrumento tenha detectado os distintos contextos de inserção social ou de sociabilidade, do qual o sujeito participa ou participou: família, escola, igreja, bairro etc.

Na segunda parte, uma vez identificadas as esferas criadas ao longo da história de vida dos indivíduos a partir da sua trajetória, devem ser registrados e organizados esses dados, de modo a conhecer quais e quantas esferas observaram-se ao longo da vida do sujeito, quem são seus contatos (indivíduos ou instituições) que participam de cada uma delas e quais permanecem ainda ativas. É importante também saber se houve afastamento ou ruptura com algum âmbito ou esfera da sua vida social.

Na terceira parte, busca-se identificar indivíduos e instituições que permitem ou permitiram ao indivíduo ter acesso a oportunidades e/ou recursos para melhorar suas condições de vida, a exemplo de trabalho. Essas informações permitirão definir, junto com a pessoa em atendimento, as

dimensões de integração social e de estabilidade dos vínculos sociais apresentados pelo sujeito que podem/devem ser ativadas, reativas ou desativadas.

Como mostramos nas unidades anteriores do curso, as redes pessoais se articulam entre a vida social, a história pessoal e a ação do indivíduo e revelam qual o tipo de integração que os sujeitos têm na sociedade. Por isso, é importante saber como foi sua vida social, quais os principais eventos e mudanças e como essa sociabilidade se organiza.

Aqui, entra um conceito fundamental para uso e aplicação do instrumento de singularização: as **esferas de sociabilidade**. As esferas remetem à sociabilidade dos indivíduos e são organizadas em um contexto que delimita um conjunto de vínculos e contatos específicos e, em alguns casos, até de identidades e linguagens.

A partir desses indicadores e à luz da entrevista semiestruturada, espera-se que o encarregado de aplicar o questionário realize um parecer orientado para a construção de um **Projeto Singular Integrado (PSI)**.

1.1. O Instrumento de Singularização do Atendimento

Apresentação da Singularização do atendimento [observe os princípios e orientações no manual da metodologia e explique o objetivo da entrevista]

Data da entrevista: ____/____/____

Nome completo:

Nome social:

Raça/Cor (auto declaração):

☐ Preta ☐ Parda ☐ Branca ☐ Amarela ☐ Indígena

Identidade de gênero (auto declaração):

☐ Masculina ☐ Feminina ☐ Não binária Observação: _____

Como gosta de ser chamada (o) ao longo da entrevista? (anotar) _____

PARTE 1 – HISTÓRIA DE VIDA E DOS VÍNCULOS SOCIAIS - ROTEIRO

[Observação1: o roteiro tem um *sentido indicativo e orientador* e não deve ser aplicado como um questionário. A recorrente interrupção por meio de realização de perguntas em sequência inibe o espaço para que uma história de vida seja encadeada].

[Observação2: tenha em consideração ao realizar a escuta ativa os aspectos estruturais da desigualdade no Brasil, e suas consequências na distribuição de recursos públicos]

[Observação 3: antes de iniciar a entrevista é importante a leitura das orientações de aplicação do instrumento no manual da metodologia]

[Observação 4: o objetivo dessa parte é compreender como foi a vida social da pessoa em atendimento, quais os principais eventos e mudanças, qual é o histórico dos seus vínculos sociais, como se organizavam no passado, qual foi o efeito do sistema prisional na sua rede pessoal, e como esta se organiza no presente]

Eu queria que você me contasse a sua história de vida...

- A. Início da trajetória de vida
 - Onde nasceu, com quem você se criou? E a sua família? Com quem morava?
 - Você mudou de cidade, bairro ou país alguma vez?
 - Como foi sua infância?
 - Como é o seu relacionamento com sua família? Moram no mesmo bairro?
- B. Percursos de escolarização
 - Me conte um pouco sobre a sua experiência na escola. Você estudou até que série?
 - Como eram as aulas, os professores, colegas? Gostaria de compartilhar uma lembrança?
 - Como era o deslocamento até a escola? Tinha dificuldades? Era perto?
 - Se não chegou a concluir, o que aconteceu? Chegou a retomar? Teve alguma dificuldade para isso? Você gostaria?
 - Fez ensino superior? Gostaria?
- C. Percursos de geração de renda
 - Como era a sua vida material? E das pessoas com quem morava?
 - O que faziam para gerar renda? Quem era o principal responsável?
 - Já teve trabalho com carteira assinada?
 - Trabalhou fazendo bicos, ou no mercado informal?
 - Participou de alguma iniciativa da economia solidária? Da agricultura familiar? Gostaria de participar?
 - De algum programa de capacitação/Qualificação? Gostaria de participar?

D. Cotidiano

- Como era o seu dia a dia? Com quem morava? Tinha companheiro ou companheira? Filhos? E como é hoje?
- Você costumava circular pela cidade, ou pelos bairros, ou sua vida era mais no bairro mesmo?
- Quando você saía o que costumava fazer? Visitar parentes, vizinhos, encontrar amigos, fazer alguma atividade com eles?
- Tem contato com seus amigos, parentes, ou com o seu bairro/território?

E. Lazer e Cultura

- O que fazia para se divertir, se distrair, com quem?
- Praticava ou praticou esporte? Qual?
- Tinha ou tem alguma dificuldade para andar pelo bairro, território ou cidade, ou em participar dessas atividades de lazer ou de outras?
- Sofreu assédio, agressão ou ameaças?
- Tinha ou tem alguma religião? As atividades ligadas à sua religião faziam parte do cotidiano?
- Já participou de grupos /projetos de desenho, cinema, grafite, música, baile, leitura, teatro? Gostaria?

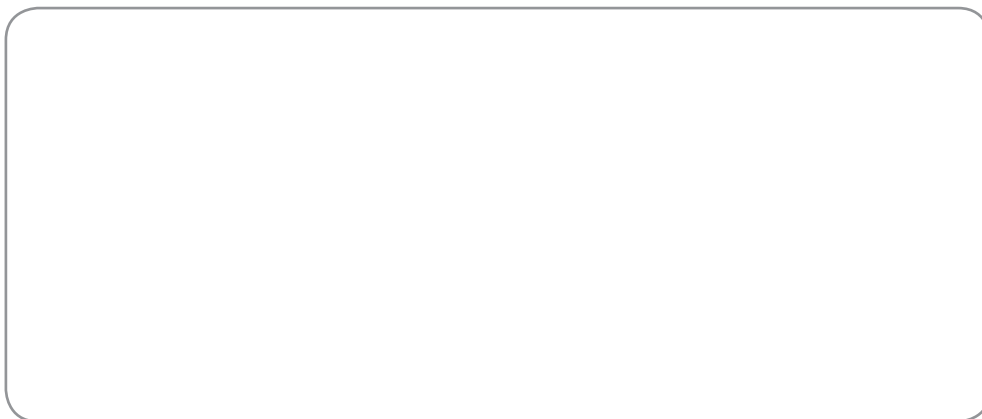
F. Percurso e experiência no sistema prisional

- Como foi o tempo em que ficou em privação de liberdade? Como era a vida no sistema prisional, o dia a dia?
- O que mudou em sua vida com essa experiência?

G. Perspectivas futuras

- Quais são suas expectativas para o futuro? Para esse ano?
- Quais são seus receios, medos, esperanças, sonhos e pesadelos?

Anotações:



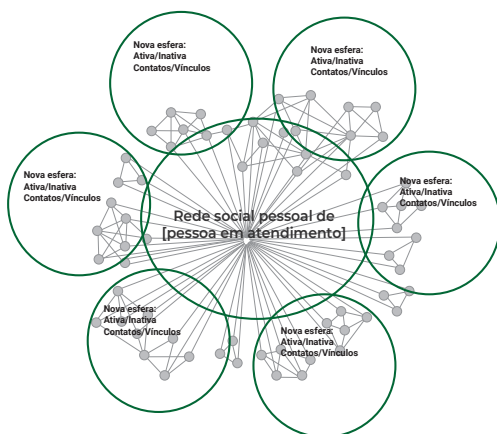
PARTE 2 - REDE PESSOAL E ESFERAS DE SOCIABILIDADE

[Observação1: o objetivo dessa parte é mapear as esferas de sociabilidade, passadas e presentes, ou seja, aqueles contextos sociais que fizeram ou fazem parte da sua história de vida e constituem a rede pessoal da pessoa em atendimento a partir das informações da sua história de vida]

Instruções:

- 1) Identificar as esferas de sociabilidade na figura abaixo [observação: as esferas remetem à sociabilidade das pessoas organizadas por um contexto que delimita um conjunto de vínculos e contatos específicos. Esferas de sociabilidade comuns são, por exemplo, a da família, da vizinhança, da vida associativa (movimentos de moradores do bairro, coletivos, clubes de futebol, etc)]
- 2) Preencha as esferas identificadas com os nomes e/ou contatos das pessoas que fizeram parte da história de vida da pessoa em atendimento [observação: não é necessária a identificação com sobrenome]
- 3) Para cada esfera indique se a pessoa em atendimento tem vínculos ativos (A -se a pessoa em atendimento ainda mantém relações, ou se comunica com algumas pessoas desse contexto, ou poderiam ser contatadas), ou inativos (I- a pessoa não pode contar com vínculos dessa esfera para serem contatados, não quer, se afastou desse contexto no passado, ou deixou de se comunicar)
- 4) Uma vez identificadas as esferas sociais e os vínculos da pessoa em atendimento é importante compreender os aspectos qualitativos dessas relações:
 - Tipo de vínculo (amizade, trabalho, familiar, de geração de renda, outros)
 - Função na sua rede (contenção, apoio material e afetiva, outros)
 - Outros aspectos ligados à violência, ameaças, produção de isolamento, dependência ou dominação social.

Preencha a Figura e Assinale:



39

PARTE 3 – CONTATOS MEDIADORES

[Observação1:na terceira parte do instrumento, buscaremos identificar – caso haja acordo da pessoa em atendimento – as pessoas ou coletivos que permitem ou permitiriam à pessoa em atendimento ter apoio nas ações decorrentes da singularização da demanda para melhorar suas condições de vida a partir da história de vida e da rede pessoal]

[Observação2: são considerados contatos mediadores aquelas pessoas ou instituições que no passado e/ou no presente lhe outorgaram ou outorgam: apoio para resolver problemas ordinários do dia-a-dia, "quebrando -galhos" no cotidiano, prestando ajuda em momentos cruciais da vida do indivíduo, dando acesso a informações e inclusão nas políticas sociais, etc.

Anote os nomes/contatos:

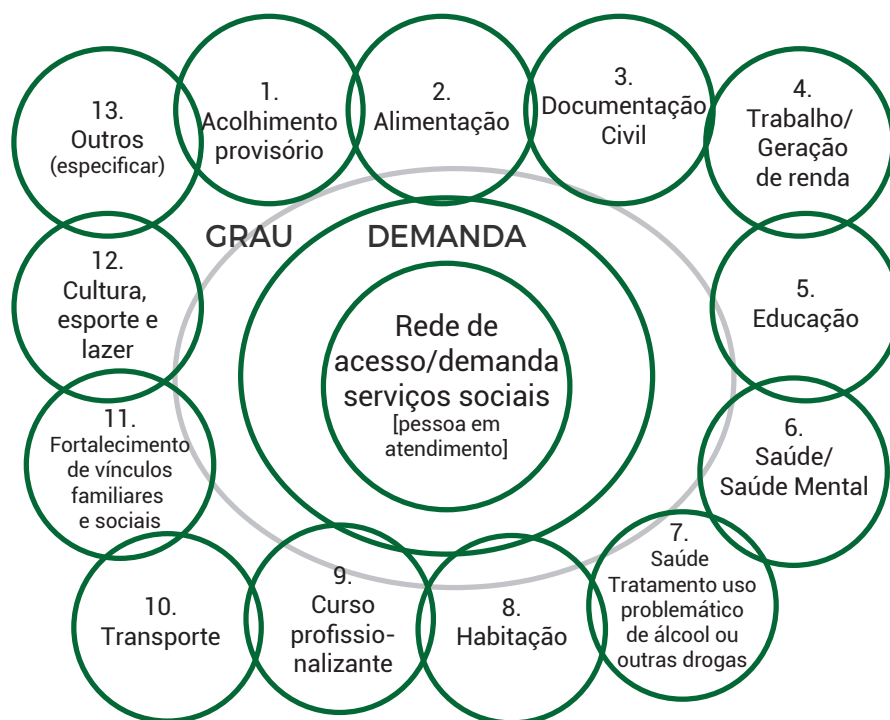
PARTE 4 – DEMANDA DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

[Observação1: Na última parte da entrevista, será realizado um mapa da demanda de acesso aos serviços públicos verificando o grau de inclusão/exclusão ou afastamento da rede de políticas sociais, assim como a necessidade, e interesse da pessoa em atendimento, tendo em vista sua história e trajetória de vida]

Instruções:

- 1) Leia e preencha seguindo a sequência numérica (e no sentido horário do relógio) os serviços, identificando para cada esfera de atendimento:
 - grau de contato (já ouviu falar, mas nunca foi atendida; já foi atendida; já foi atendida, mas não foi possível continuar; nunca ouviu falar, não conhece, etc.)
 - demanda (interesse e/ou necessidade de atendimento)
- 2) Para cada área de atendimento identificada como demanda indicar o encaminhamento, referência/serviço e necessidade de retorno na tabela no anexo “Pós-atendimento”

Preencha a Figura:



Encerramento [Observação1: ler orientações para realizar o encerramento da entrevista]

2 ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE SINGULARIZAÇÃO

2.1. Apresentação

- O instrumento de Singularização tem como objetivo identificar as demandas de cada pessoa egressa que procura pelos serviços do Escritório Social a partir da sua história e conjunto de experiências vividas até esse momento da busca pelo atendimento.
- Tendo em vista os aspectos estruturais da desigualdade da sociedade brasileira e a consequente exclusão e/ou discriminação de amplas parcelas da população – moradores

de comunidades urbanas e rurais em situação de extrema pobreza, negros, indígenas, quilombolas, mulheres, pessoas LGBTIs– o conceito de Singularização busca frisar a importância de realizar o atendimento da pessoa egressa e o encaminhamento para as redes de políticas sociais a partir da sua trajetória e do conteúdo social da sua biografia. Dá-se especial atenção às esferas de sociabilidade e ao grau de acesso e/ou exclusão dos serviços sociais públicos, buscando superar uma visão monolítica ou estereotipada da pessoa egressa.

- O princípio central que orienta a metodologia e a aplicação do instrumento conecta-se diretamente ao acolhimento que representa o momento inicial de contato da pessoa egressa com o Escritório Social por meio de uma escuta atenta. A equipe técnica deve proporcionar o espaço e a confiança necessária para que a pessoa possa relatar livremente sua experiência de vida. A escuta deve, portanto, ser realizada respeitando a diversidade dos sujeitos e as múltiplas trajetórias
- A experiência de vida é o objeto principal da metodologia da singularização do atendimento, pois não busca a verdade e sim a versão da pessoa a respeito da sua própria história e dos seus vínculos sociais. Por isso, não há respostas certas, nem erradas.

2.2. Orientações para realização da entrevista

- Antes de iniciar a entrevista, é importante que seja explicado à pessoa egressa a importância da singularização para a identificação das demandas, interesses e potencialidades para construir o encaminhamento à rede de políticas sociais junto à equipe multidisciplinar do Escritório Social.
- Deve ser explicitada também nesse momento a dimensão voluntária da entrevista e que, portanto, a qualquer momento a pessoa pode interromper o relato, ou inclusive pedir para dar continuidade ou reagendar a entrevista em outro horário ou dia.
- Deve-se comunicar à pessoa entrevistada que para a singularização do atendimento importa o ponto de vista do seu(ua) interlocutor(a) sobre a realidade. É necessário deixar claro que o objetivo é aumentar suas oportunidades de vida por meio da inserção em programas e projetos afinados com a sua história e que sejam de seu interesse. Para tanto, é importante conhecer sua trajetória, seus desejos, receios, medos e potencialidades.
- Em seguida, deve ser apresentado o instrumento ao seu interlocutor, explicando que tem 04 (quatro) partes, mais uma ficha anexa que deve ser aplicada no pós-atendimento. A

primeira é sobre sua trajetória de vida. A segunda e a terceira parte pretendem sistematizar as esferas de sociabilidade criadas ao longo da história de vida e identificar as pessoas ou instituições que permitem ou permitiriam à pessoa em atendimento ter apoio nos encaminhamentos decorrentes da singularização da demanda para melhorar suas condições de vida, ou ao contrário, que representam ameaças e/ou bloqueios às suas possibilidades de integração social. Finalmente, na quarta parte será identificado o grau de acesso e/ou exclusão aos serviços públicos.

- O tempo de duração mínima da entrevista é de 1:30 minutos. Por isso, é importante verificar se a pessoa conta com esse tempo disponível, e as condições materiais para a realização em outro momento, caso seja necessário reagendar ou dar continuidade à entrevista em um segundo encontro para finalização do atendimento. Nesse caso, sempre que possível, o (a) mesmo técnico (a) que iniciou o atendimento deve finalizá-lo.
- Destacar o sigilo das informações: é necessário ressaltar que as informações da entrevista são de uso exclusivo da equipe multidisciplinar do Escritório Social. Também deve destacar que como profissional da área (informe sua profissão), a (o) técnica (o) também segue o Código de Ética de sua categoria.

2.3. Orientações para a aplicação do instrumento de singularização

PARTE 1 – HISTÓRIA DE VIDA E DOS VÍNCULOS SOCIAIS - ROTEIRO

- Devem ser criadas as condições para que a história da pessoa seja encadeada segundo a iniciativa da pessoa em atendimento. Portanto, a primeira parte do instrumento, que tem como objetivo conhecer sua trajetória e história de vida, deve ser conduzida buscando evitar interrupções à narrativa ou ao fio narrativo.
- Como princípio metodológico da singularização, a entrevista deve ser realizada evitando interromper o relato da pessoa ou fazer julgamentos sobre aquilo que revela, bem como contestá-la. Também é importante observar que a metodologia parte do princípio do respeito às diversidades e às múltiplas escolhas e trajetórias de vida. Qualquer julgamento sobre esses aspectos, além de inibir o relato da pessoa entrevistada, retira a validade dos resultados da aplicação do instrumento.
- O caminho da narrativa não precisa obedecer necessariamente à continuidade material dos fatos. É importante ter uma escuta atenta também em relação aos sentimentos, receios, medos, expectativas, impressões, sonhos ou pesadelos da pessoa em atendimento.

- O instrumento deve ser aplicado apenas por uma (01) pessoa da equipe técnica de modo a facilitar o processo de escuta ativa e de acolhida. É importante que a entrevista seja realizada num espaço silencioso e discreto, de modo a facilitar o relato da história de vida, e evitar possíveis interrupções externas.

Tendo esses aspectos em vista:

- ***As perguntas devem ser amplas, sempre colocadas em grandes blocos, de forma indicativa dos grandes acontecimentos, como se observa no roteiro que orienta a primeira parte do instrumento.*** O roteiro tem um ***sentido indicativo e orientador***. Não se trata, portanto de um questionário – instrumental muito usado entre as equipes técnicas, e que atende a uma lógica de sequenciamento de perguntas e respostas –, que dificulta, nesse caso, o objetivo de estabelecer um fio narrativo. Por isso, essa primeira parte do instrumento ***não deve ser aplicada como um questionário***, já que a recorrente interrupção por meio de realização de perguntas em sequência de quem for aplicar o instrumento inibe de sobremaneira o espaço para que uma história de vida seja encadeada.
- Para realização da entrevista, a (o) técnica (o) deve ter e demonstrar interesse pela história de vida da pessoa em atendimento, o que se verifica na escuta atenta e em expressões faciais e gestos acolhedores. Nesse sentido, é de suma importância estabelecer um laço de empatia na entrevista; respeitando os momentos de silêncio para que a pessoa em atendimento possa ter tempo para encadear suas ideias.
- Quando possível, disponha de água, café, ou chá para que a pessoa em atendimento possa recuperar o fôlego do relato e fazer pausas, caso seja necessário ou ela assim o solicite.
- A escuta atenta envolve uma atenção focada nas experiências de vida da pessoa. Por isso, é importante manter um contato direto, face a face, sem uso de computadores. Nesse sentido, ***as anotações devem ser realizadas à mão, e sem gravadores para registrar a entrevista***. Além do uso do gravador gerar incômodo e desconfiança, o objetivo principal dessa parte é a escuta e a criação de um espaço em que o fio da narrativa da história de vida seja encadeado.
- É suficiente para o registro dessa primeira parte da entrevista a anotação de: palavras-chaves, ideias, referências, frases curtas que ajudem na identificação de demandas e das redes de sociabilidade da pessoa egressa.

PARTE 2 - REDE PESSOAL E ESFERAS DE SOCIABILIDADE

- O objetivo dessa segunda parte do instrumento é, a partir do conhecimento da trajetória de vida da pessoa em atendimento, compreender como foi sua vida social, quais os principais eventos e mudanças, qual é o histórico dos seus vínculos sociais como se organizavam no passado, qual foi o efeito do sistema prisional na sua rede pessoal, e como se organiza no presente. Tal quadro deve ser registrado mapeando as **esferas de sociabilidade**, passadas e presentes, ou seja, aqueles contextos sociais que fizeram ou fazem parte da sua história de vida.
- As esferas remetem à sociabilidade das pessoas organizada por um contexto que delimita um conjunto de vínculos e contatos específicos e, em alguns casos, até identidades e linguagens. Esferas de sociabilidade comuns e fundamentais são, por exemplo, a da família, da vizinhança, da vida associativa (movimentos de moradores do bairro, coletivos, clubes de futebol, etc.)
- Um aspecto fundamental na construção da rede pessoal é a atenção aos aspectos estruturais que levam à interrupção e até mesmo ao bloqueio do acesso a certas esferas por uma grande parcela da população. – como à escola, ao ensino superior e ao trabalho formal – em sociedades profundamente desiguais como a brasileira, e suas consequências na distribuição de recursos públicos. Nesse sentido, a leitura da vida social da pessoa em atendimento deve ser feita à luz desse aspecto fundamental de compreensão da realidade.
- As esferas de sociabilidade, ou os vínculos em certas esferas, podem ser organizadas também por contatos via redes sociais virtuais. Em alguns casos, a coordenação de encontros, a criação de comunidades de apoio etc., ocorre por meio de redes como o facebook.
- É de suma importância registrar tanto os vínculos e esferas passadas como as do presente de modo a que, por meio de um processo de ativação, valorização e recuperação da memória, sejam identificados interesses, potencialidades e esferas que podem ser mobilizadas ou retomadas para elaboração da demanda, ou que representam ameaças e/ou bloqueios às suas possibilidades de integração social e de vida.
- Nesse sentido, na figura ilustrativa de uma rede social pessoal devem ser mapeadas as esferas (indicando o nome: por exemplo, vizinhança do bairro X, colegas do trabalho Z) e as pessoas ou contatos das quais lembra, caso a pessoa em atendimento esteja de acordo. Não é necessário, evidentemente, registrar nome e sobrenome, ou dar detalhes a respeito dos vínculos ou contatos.

- Para cada esfera é importante registrar se a mesma está ativa (se a pessoa em atendimento ainda mantém relações, ou se comunica com algumas pessoas desse contexto, ou poderiam ser contatadas) ou inativa (a pessoa não pode contar com vínculos dessa esfera para serem contatados, não quer, se afastou desse contexto no passado, ou deixou de se comunicar)
- Uma vez identificadas as esferas sociais e os vínculos da pessoa em atendimento é importante compreender os aspectos qualitativos dessas relações: tipo de vínculo (amizade, trabalho, familiar, de geração de renda), a função na sua rede (contenção, apoio material e afetiva, por exemplo), e outros aspectos ligados por exemplo à violência, ameaças, produção de isolamento, dependência ou dominação social, etc.
- O importante nessa parte do instrumento é compreender a percepção da própria pessoa sobre suas relações, evitando impor uma perspectiva externa e normativa aos vínculos dela. Um exemplo é o caso da família:
- A identificação dos vínculos afetivos e familiares podem apresentar arranjos diversos. É o caso de famílias monoparentais, ou compostas por avós, tios, ou mesmo amizades, só por irmãos, vizinhos etc.
- A pessoa em atendimento pode buscar o afastamento das suas relações familiares quando considere, por determinado motivo, que o contato pode afetar suas possibilidades de integração social e afetiva, e de integridade física.

PARTE 3 – CONTATOS MEDIADORES

- Na terceira parte do instrumento, buscaremos identificar – caso haja acordo da pessoa em atendimento – as pessoas ou coletivos que permitem ou permitiriam à pessoa em atendimento ter apoio nas ações decorrentes da singularização da demanda para melhorar suas condições de vida a partir da história de vida e da rede pessoal.
- São considerados contatos mediadores aquelas pessoas ou instituições que no passado e/ou no presente lhe outorgaram ou outorgam: apoio para resolver problemas ordinários do dia-a-dia, "quebrando -galhos" no cotidiano, prestaram ajuda em momentos cruciais da vida do indivíduo, deram acesso a informações e inclusão nas políticas sociais, etc.
- Havendo concordância da pessoa em atendimento, esses contatos mediadores poderão ser ativados, conforme estratégias definidas conjuntamente entre a equipe técnica e a pessoa atendida.

PARTE 4 – DEMANDA DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

- Na última parte da entrevista, será realizado um mapa da demanda de acesso aos serviços públicos, verificando o grau de inclusão/exclusão ou afastamento da rede de políticas sociais, assim como a necessidade, e interesse da pessoa em atendimento, tendo em vista sua história e trajetória de vida e as desigualdades estruturais em relação à distribuição de serviços públicos.
- Desse modo, a pessoa em atendimento deve ser consultada pelo grau de contato (já ouviu falar, mas nunca foi atendida; já foi atendida; já foi atendida, mas não foi possível continuar; nunca ouviu falar, não conhece, etc.) e a demanda dos serviços/políticas listadas na figura que represente a rede de serviços públicos

ENCERRAMENTO

- No final da entrevista, a (o) técnica (o) deve perguntar à pessoa em atendimento se ficou com alguma dúvida sobre a entrevista e outorgar os devidos esclarecimentos se for necessário. É importante também comunicar os próximos passos da singularização da demanda, que envolvem a elaboração de um plano de ação a ser discutido com a equipe multidisciplinar.
- Após encerrada a entrevista, deve ser preenchido o formulário do pós-atendimento com as informações levantadas com o instrumento. Se for possível e a pessoa em atendimento estiver de acordo, a realização dessa etapa pode contar com a sua presença para verificação das informações.
- Deixe uma observação caso seja necessário retomar a entrevista em outro horário/dia para encerrar o entendimento.

O **Instrumento de Singularização** do atendimento baseia-se num roteiro de mapeamento das redes sociais de cada indivíduo atendido, mapeamento este que terá como resultados, como já apontado, o **Matriciamento em Gestão Prisional** e a elaboração de um **Projeto Singular Integrado**⁹. Entretanto, o projeto só poderá ser levado adiante se a equipe multidisciplinar cruzar as informações da rede de cada indivíduo com o mapeamento das políticas públicas, programas sociais e projetos existentes no município e no Estado, incluindo ONGs que executam políticas públicas e organizações do terceiro setor, inserindo essas políticas no sistema prisional¹⁰.

As esferas básicas que importam ser mapeadas para cada indivíduo privado de liberdade são: família/amigos, escola/formação, trabalho, cultura e lazer, saúde e religião. Desse modo, as unidades prisionais devem mapear as políticas, os programas e projetos daquelas áreas, para que possam ser oferecidas e incorporadas como estratégia no Projeto Singular Integrado de cada cidadão privado de liberdade.

O primeiro passo para o Matriciamento em Gestão Prisional é o mapeamento das políticas, dos programas e dos projetos. Uma tabela em Excel pode ser utilizada para a criação de um banco de dados, conforme o modelo abaixo:

Quadro 1 – Mapeamento de programas e projetos

Mapeamento de programas e projetos				
Tipo de esfera	Nome do programa	Forma de atuação	Pessoa para contato	Endereço
Família/amigos				
Escola/formação				
Trabalho				
Cultura e lazer				
Saúde				
Religião				

8 Embora elaborada para aplicação na gestão prisional, as bases teóricas e empíricas aqui apresentadas também podem ser utilizadas nos serviços de atenção às pessoas egressas. "Para tanto, sugerimos a leitura do Caderno 3 - Manual de Gestão e Funcionamento dos Escritórios Sociais."

9 A base conceitual e sua aplicação empírica podem ser utilizadas também para a singularização do atendimento a pessoas egressas do sistema prisional nos serviços específicos de atenção a esse público, por meio do levantamento de suas trajetórias e identificação de suas demandas.

10 No caso dos serviços para pessoas egressas, o mapeamento das redes de apoio torna-se atividade essencial, conforme disposto na Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas (CNJ, 2020).

É importante ter em mente que algumas políticas podem ser oferecidas a curto prazo, como educação, trabalho e saúde. O mesmo se pode dizer de programas de arte e cultura já existentes fora dos presídios e que podem ser incorporados às atividades cotidianas dentro da unidade, além da oferta de vagas de trabalho e cursos de qualificação profissional.

Entretanto, outras políticas e outros programas podem ser compreendidos como estratégias a médio prazo e podem ser oferecidos quando o indivíduo estiver em regime semiaberto ou for egresso do sistema prisional. Nesse caso, cabe às equipes multidisciplinares a identificação dos programas, políticas e projetos a serem oferecidos¹¹.

Ressalta-se, como será visto detalhadamente adiante, que o fluxo de trabalho que consistirá na elaboração do Projeto Singular Integrado, por meio do Matriciamento em Gestão Prisional, envolve as seguintes etapas:

Quadro 2 – Etapas do Matriciamento em Gestão Prisional

1. Procedimentos de porta de entrada: Identificação (segurança) e verificação inicial de saúde
2. Procedimentos de inclusão:
2.1. Aplicação do Instrumento de Singularização do Atendimento 2.2. Entrevistas com profissionais da equipe interdisciplinar 2.3. Reunião de Matriciamento em Gestão Prisional
3. Devolutivas com pessoas privadas de para construção do Projeto Singular Integrado:
3.1. recomendações de curto e médio prazos a serem acompanhadas pela equipe 3.2. programa de preparação para liberdade e orientação de pré-egressos 3.3. articulação com serviços de atenção às pessoas egressas do sistema prisional

¹¹ É importante destacar a necessidade de articulação entre equipes técnicas de estabelecimentos prisionais e de serviços de atenção às pessoas egressas, conforme previsto na Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (CNJ, 2020).

Nessa perspectiva, o Projeto Singular Integrado fornece parâmetros para os atendimentos e as interlocuções/entrevistas posteriores a serem realizadas pelos profissionais com as pessoas privadas de liberdade, levando em conta os saberes das ciências humanas e de saúde.

SAIBA MAIS

Sugestão de leitura

O detalhamento do fluxo de gestão prisional, que inclui as etapas de porta de entrada, inclusão e acolhimento, com elaboração do PSI, está na Parte VI do Modelo de Gestão da Política Prisional, desenvolvido pelo Departamento Penitenciário Nacional, disponível em: <<https://goo.gl/TULPoH>>.

A proposta acompanha a ideia de matriciamento já desenvolvida e bastante praticada com êxito na área da saúde pública, que entende o “matriciamento ou apoio matricial como um novo modo de produzir saúde em que duas ou mais equipes, num processo de construção compartilhada, criam uma proposta de intervenção” (CHIAVERINI, 2011, p. 13).

Segundo Campos e Domitti (2007, p. 400 *apud* CHIAVERINI, 2011, p. 14), a relação entre essas equipes constitui um novo arranjo do sistema, pois o “apoio matricial e equipe de referência são, ao mesmo tempo, arranjos organizacionais e uma metodologia para gestão do trabalho (...), objetivando

ampliar as possibilidades de realizar-se clínica ampliada e integração dialógica entre distintas especialidades e profissões”.

No Matriciamento em Gestão Prisional é importante que profissionais de dentro e de fora dos estabelecimentos prisionais troquem informações e trabalhem conjuntamente para ampliar os vínculos de cada egresso e realizar a mediação e o acompanhamento da inclusão em políticas e programas. A atuação contempla a necessidade das categorias de trabalhadores sobre a resignificação de sua atuação profissional.

Tal como o Matriciamento em Saúde Pública (CHIAVERINI, 2011), o Matriciamento em Gestão Prisional deve proporcionar a retaguarda especializada da assistência, o suporte técnico-pedagógico, o vínculo interpessoal com o indivíduo privado de liberdade e o apoio institucional no processo de construção coletiva de **Projetos Singulares Integrados**, envolvendo os demais profissionais.

Assim, o matriciamento se diferencia da supervisão, na medida em que o mediador/matriciador pode participar ativamente do projeto. Além disso, profissionais de diversas especialidades compartilham seus saberes ao se depararem com a rede social do indivíduo, suas relações e trajetórias.

ATIVIDADE DE FIXAÇÃO

Atividade 5

Como o Matriciamento em Gestão Prisional pode contribuir para potencializar o trabalho das equipes interdisciplinares, conferindo aos profissionais das áreas técnicas um papel relevante na política prisional?

4 O PROJETO SINGULAR INTEGRADO COMO PRODUTO DO MATRICIAMENTO EM GESTÃO PRISIONAL

O Projeto Singular Integrado pode ser entendido, conforme recomenda a LEP, como o projeto de individualização da pena baseada nos direitos dos cidadãos privados de liberdade. O termo “singular”, entretanto, baseia-se na ideia de que é fundamental levar em consideração não só os indivíduos, mas a pluralidade de indivíduos ou, ainda, as dinâmicas relacionais e as várias esferas de sociabilidade.

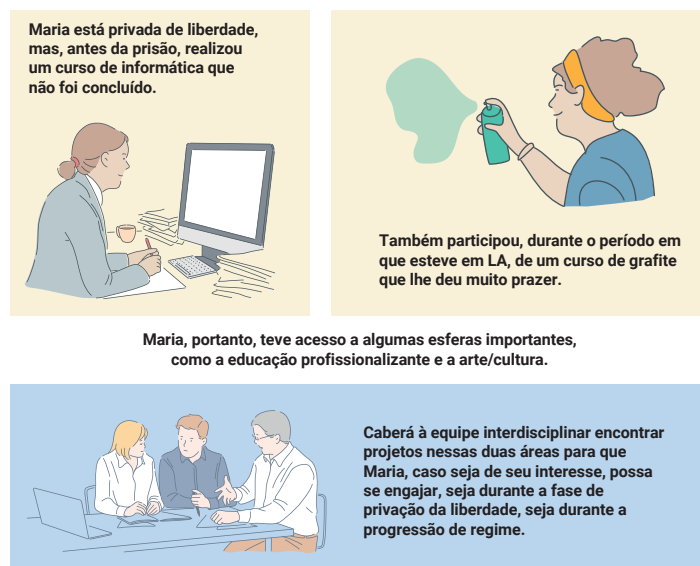
Na área da saúde mental, de modo semelhante, Carvalho e Cunha (2006 *apud* CHIAVERINI, 2011, p. 21) consideram que o uso do termo “singular”, em substituição a “individual” outrora utilizado, é mais adequado, já que as práticas cotidianas se baseiam na premissa de que “é fundamental levar em consideração não só o indivíduo, mas todo o seu contexto social”.

O Projeto Singular Integrado é resultado do Matriciamento em Gestão Prisional. Esse instrumento, além de permitir a prática dialógica e a troca de saberes entre profissionais das equipes interdisciplinares, permite avaliar os encaminhamentos. Assim, é possível avaliar questões como:

- para onde o indivíduo deve ser ou foi encaminhado?
- quanto tempo demorou a inclusão na política ou programa?
- como o indivíduo respondeu às atividades do programa?

É possível que cada indivíduo, em sua singularidade, apresente uma trajetória de vida e uma sociabilidade prévia à prisão que o qualifique a ser encaminhado para mais de um programa ou projeto, como no exemplo abaixo:

Figura 38: Situação simulada: percursos de Maria antes, durante e depois da prisão.



É importante ter em mente que os indivíduos privados de liberdade e egressos do sistema prisional não deixam de possuir vínculos com esferas diversas de sociabilidade, envolvendo a família, os amigos, a escola, o trabalho, a arte e a cultura, dentre outras. Estudaremos essas redes na próxima unidade.



SÍNTESE

Nesta unidade, vimos que o acesso dos indivíduos às oportunidades é mediado pelas relações que esses indivíduos têm com outros indivíduos e organizações, podendo ser bem apreendida pelas redes sociais.

Também discutimos que a análise de redes sociais pode contribuir na gestão prisional, dentro de uma perspectiva que amplia as esferas de sociabilidade do indivíduo. O Matriciamento em Gestão Prisional e a produção do Projeto Singular Integrado são instrumentos importantes nesse processo.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, M. C. O homem delinquente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. *Teoria & Pesquisa*, v. 1, n. 47, p. 71-92, jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/caCGV2>>. Acesso em: 7 mar. 2016.
- ARRIAGA, I.; MIRANDA, F.; PÁVEZ, T. Lineamientos de acción para el diseño de programas de superación de la pobreza desde un enfoque de capital social. *Manuales de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe*, v. 36, p. 1-100, 2005.
- BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987, p. 159-194.
- BITTAR, M. Trajetórias educacionais dos jovens residentes num distrito com elevada vulnerabilidade juvenil. 2011. 272 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BLOKLAND, T. *Urban Bonds*. Londres: Basil Blackwell, 2003.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 jul. 1984. Disponível em: <<https://goo.gl/XPNxRL>>. Acesso em: 7 mar. 2016.
- BRASIL. Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2 dez. 2003.
- BRASIL. 2003. Altera a Lei no 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências. Disponível em: <<https://goo.gl/gKVAmJ>>. Acesso em: 7 mar. 2016.
- BRIGGS, C. Mediating infanticide: theorizing relations between narrative and violence. *Cultural Anthropology*, v. 22, n. 3, p. 315-356, ago. 2007.
- CFP – Conselho Federal de Psicologia. *Referências técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) no sistema prisional*. Brasília: CFP, 2012.
- CHIAVERINI, D. H. et al. (Org.). *Guia prático de matriciamento em saúde mental*. Brasília: Ministério da Saúde/Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

- CNJ – Conselho Nacional de Justiça. *Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional*. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. (Coleção Justiça Presente – Eixo 3)
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça. *Modelo de Gestão da Política Prisional*. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020a. (Coleção Justiça Presente – Eixo 3)
- DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional; MELO, Felipe Athayde Lins de. *Proposta de modelo de gestão da política prisional*. Brasília: Depen, 2016.
- DIAS, C. C. N. Evangélicos no cárcere: representação de um papel desacreditado. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 6, n. 8, p. 39-55, jul./dez. 2005.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology. *American journal of sociology*, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.
- FREITAS, C. R. et al. *Fragmentos de discursos (não tão amorosos) sobre o exame criminológico: um livro falado*. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/HTIRVD>>. Acesso em: 14 mar. 2016.
- FELTRAN, G. O legítimo em disputa: as fronteiras do mundo do crime nas periferias de São Paulo. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle*, v. 1, n. 1, p. 93-126, 2008.
- GALDEANO, A. P. Salmo 127, versículo 1: ativismo religioso e ordenamentos da segurança em uma periferia de São Paulo. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 38-60, 2014.
- GUIMARÃES, N. A. et al. Trajetórias, atributos e relações. Representações sobre redes e obtenção de trabalho. *Revista REDES*, v. 22, n. 6, jun. 2012.
- GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G. As benesses desse mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 68, p. 73-93, mar. 2004.
- LEWIN, K. *A dynamic theory of personality-selected papers*. Redditch: Read Books Limited, 2013.
- LIN, N. *Social capital: a theory of social structure and action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. MAYO, E. *The human problems of an industrial civilization*. New York: Macmillan, 1933.

- MARQUES, Eduardo Cesar. *Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.
- MARQUES, E. *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- MARQUES, E. Introdução. In: *Redes sociais no Brasil: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012a. p. 9-17.
- MARQUES, E. Redes sociais, pobreza e segregação em São Paulo e Salvador: conceitos e métodos. In: *Redes sociais no Brasil: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012b. p. 21-43.
- MARQUES, E.; BICHIR, R. As redes pessoais em São Paulo e Salvador. In: MARQUES, E. *Redes sociais no Brasil: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 21-43.
- MARQUES, F. P. J. A.; SAMPAIO, R. C.; AGGIO, C. de O. *Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.
- MELO, F. A. L. Quando o “dentro” se mistura ao “fora”: etnografia de Diego pelo “mundo da prisão”. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP, Marília*, v. 7, p. 84-98, jun. 2011.
- MITCHELL, J. C. *The concept and use of social networks*. Manchester: Manchester University Press, 1969. MORENO, J. L. *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- NADEL, S. F. *The theory of social structure*. Abingdon-on-Thames: Routledge, 2013.
- PADGETT, J. F.; ANSELL, C. K. Robust Action and the Rise of the Medici, 1400-1434. *American journal of sociology*, v. 98, n. 6, p. 1259-1319, 1993.
- PAVEZ, T. R. *Ação pública e transformação de vínculos sociais em uma comunidade segregada*. São Paulo: CEBRAP, 2006.
- PAVEZ, T. R. Crime, trabalho e política: um estudo de caso entre jovens da periferia de São Paulo. 2015. 316 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- PAVEZ, T. R. *Políticas Públicas e Ampliação do Capital Social em Comunidades Segregadas: o Programa Santo André Mais Igual*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

- PAVEZ, T.; *et al.* Redes Sociais, Políticas e Segurança Pública: características e reflexões à luz do processo preparatório para a 1ª Conseg. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 5, n. 9, ago./set. 2011.
- SCOTT, J. W. The evidence of experience. *Critical inquiry*, v. 17, n. 4, p. 773-797, 1992.
- SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.
- SIMMEL, G. *Soziologie: untersuchungen über die formen der vergesellschaftung*. Frankfurt: Suhrkamp, 1908. v. 11.
- SIMÕES, J. A. Sexualidade como questão política e social. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 150-192. (Coleção Sociedade em Foco)
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- WELLMAN, B. Community: from neighborhood to network. *Communications of the ACM*, v. 48, n. 10, p. 53-55, 2005.
- WOLFF, M. P. *Antologias de vidas e histórias na prisão: emergência e injunção de controle social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- YAMADA, L. *O horror e o grotesco na psicologia: a avaliação da psicopatia através da Escala Hare PCL-R (Psychopathy Checklist revised)*. 2009. 65 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SOBRE AS AUTORAS

ANA PAULA GALDEANO

Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), filiada ao Núcleo de Etnografias Urbanas (NEU) e Núcleo de Democracia e Ação Coletiva (NDAC) da mesma instituição. Doutora em Ciências Sociais (2009) e mestre em Ciência Política (2003) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e graduada em Ciências Sociais (2000) pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado em Sociologia Urbana no Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Atua nos seguintes temas e linhas de pesquisa: periferias, organizações civis e redes sociais envolvidas na temática da violência (ONGs, igrejas e associações de bairro), sociologia urbana, antropologia urbana e sociologia política.

THAIS REGINA PAVEZ

Professora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2015), mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2006) e graduada em Administração Pública pela Universidad de Chile (2001). Atua principalmente nos seguintes temas: atitudes e ideologias políticas, política e classes sociais, sociologia urbana, sociologia do cotidiano, violência e análise de políticas públicas com ênfase em políticas sociais e de segurança pública e pensamento social brasileiro. Desenvolveu pesquisas e consultorias com o uso da Metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS), dentre outros, para o Ministério da Justiça e no âmbito do Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

CRÉDITOS DE ELABORAÇÃO DO MATERIAL

Referência da elaboração original 1:

GALDEANO, Ana Paula e PAVEZ, Thais Regina. Referência teórica e prática para a construção de Projetos Singulares Integrados em Gestão Prisional. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

Referência da elaboração original 2:

GALDEANO, Ana Paula e PAVEZ, Thais Regina. Metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS) para avaliação do ingressante do sistema penal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

Editoria e produção dos cursos originais:

Fernando Selmar Rocha Fidalgo

Eucidio Pimenta Arruda

Centro de Apoio à Educação a Distância - CAED

Universidade Federal de Minas Gerais

FICHA TÉCNICA

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ)

Juízes auxiliares da Presidência

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi (Coordenador); Antonio Carlos de Castro Neves Tavares; Carlos Gustavo Vianna Direito; Fernando Pessoa da Silveira Mello

Equipe

Victor Martins Pimenta; Ricardo de Lins e Horta; Alexandre Padula Jannuzzi; Alisson Alves Martins; Anália Fernandes de Barros; Auristelia Sousa Paes Landino; Bruno Gomes Faria; Camilo Pinho da Silva; Danielle Trindade Torres; Emmanuel de Almeida Marques Santos; Helen dos Santos Reis; Joseane Soares da Costa Oliveira; Kamilla Pereira; Karla Marcovecchio Pati; Karoline Alves Gomes; Larissa Lima de Matos; Liana Lisboa Correia; Lino Comelli Junior; Luana Alves de Santana; Luana Gonçalves Barreto; Luiz Victor do Espírito Santo Silva; Marcus Vinicius Barbosa Ciqueira; Melina Machado Miranda; Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa; Nayara Teixeira Magalhães; Rayssa Oliveira Santana; Renata Chiarinelli Laurino; Rennel Barbosa de Oliveira; Rogério Gonçalves de Oliveira; Sirlene Araujo da Rocha Souza; Thaís Gomes Ferreira; Valter dos Santos Soares; Wesley Oliveira Cavalcante

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Unidade de Gestão de Projetos (UGP)

Gehysa Lago Garcia; Camila Fracalacci; Fernanda Evangelista; Jenieri Polacchini; Mayara Sena; Polliana Andrade e Alencar

Equipe Técnica

Coordenação-Geral

Valdirene Daufemback; Talles Andrade de Souza; Adrianna Figueiredo Soares da Silva; Amanda Pacheco Santos; Anália Fernandes de Barros; André Zanetic; Beatriz de Moraes Rodrigues; Débora Neto Zampier; Iuri de Castro Tórres; Lucas Pelucio Ferreira; Luciana da Silva Melo; Marcela Moraes; Marília Mundim da Costa; Mário Henrique Ditticio; Sérgio Peçanha da Silva Coletto; Tatiany dos Santos Fonseca

Eixo 1

Fabiana de Lima Leite; Rafael Barreto Souza; Izabella Lacerda Pimenta; André José da Silva Lima; Ednilson Couto de Jesus Junior; Julianne Melo dos Santos

Eixo 2

Claudio Augusto Vieira; Fernanda Machado Givisiez; Eduarda Lorena de Almeida; Solange Pinto Xavier

Eixo 3

Felipe Athayde Lins de Melo; Pollyanna Bezerra Lima Alves; Juliana Garcia Peres Murad; Sandra Regina Cabral de Andrade

Eixo 4

Alexander Cambraia N. Vaz; Ana Teresa Iamarino; Hely Firmino de Sousa; Rodrigo Cerdeira; Alexandra Luciana Costa; Alisson Alves Martins; Ana Virgínia Cardoso; Anderson Paradelas; Celena Regina Soeiro de Moraes Souza; Cledson Alves Junior; Cristiano Nascimento Pena; Daniel Medeiros Rocha; Felipe Carolino Machado; Filipe Amado Vieira; Flavia Franco Silveira; Gustavo José da Silva Costa; Joenio Marques da Costa; Karen

Medeiros Chaves; Keli Rodrigues de Andrade; Marcel Phillipe Silva e Fonseca; Maria Emanuelli Caselli Pacheco Miraglio; Rafael Marconi Ramos; Roberto Marinho Amado; Roger Araújo; Rose Marie Botelho Azevedo Santana; Thais Barbosa Passos; Valter dos Santos Soares; Vilma Margarida Gabriel Falcone; Virgínia Bezerra Bettega Popiel; Vivian Murbach Coutinho; Wesley Oliveira Cavalcante; Yuri Menezes dos Anjos Bispo

Coordenações Estaduais

Ana Pereira (PB); Arine Martins (RO); Carlos José Pinheiro Teixeira (ES); Christiane Russomano Freire (SC); Cláudia Gouveia (MA); Daniela Rodrigues (RN); Fernanda Almeida (PA); Flávia Saldanha Kroetz (PR); Gustavo Bernardes (RR); Isabel Oliveira (RS); Isabela Rocha Tsuji Cunha (SE); Jackeline Freire Florêncio (PE); Juliana Marques Resende (MS); Lucas Pereira de Miranda (MG); Mariana Leiras (TO); Mayesse Silva Parizi (BA); Nadja Furtado Bortolotti (CE); Natália Vilar Pinto Ribeiro (MT); Pâmela Villela (AC); Paula Jardim (RJ); Ricardo Peres da Costa (AM); Rogério Duarte Guedes (AP); Vânia Vicente (AL); Vanessa Rosa Bastos da Silva (GO); Wellington Pantaleão (DF)

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

Diretora do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC: Elena Abbati

Coordenador da Unidade de Estado de Direito: Nívio Caixeta Nascimento

Equipe

Marina Lacerda e Silva; Nara Denilse de Araujo; Vinícius Assis Couto; Ana Maria Cobucci; Daniela Carneiro de Faria; Denise de Souza Costa; Elisa de Sousa Ribeiro Pinchemel; Igo Gabriel dos Santos Ribeiro; Livia Zanatta Ribeiro; Luiza Meira Bastos; Pedro Lemos da Cruz; Thays Marcelle Raposo Pascoal; Viviane Pereira Valadares Felix

Consultorias Estaduais em Audiência de Custódia

Acássio Pereira De Souza (CE); Ana Carolina Guerra Alves Pekny (SP); Ariane Gontijo Lopes (MG); Carolina Costa Ferreira (DF); Carolina Santos Pitanga De Azevedo (MT); Cesar Gustavo Moraes Ramos (TO); Cristina Gross Villanova (RS); Cristina Leite Lopes Cardoso (RR); Daniela Dora Eilberg (PA); Daniela Marques das Mercês Silva (AC); Gabriela Guimarães Machado (MS); Jamile dos Santos Carvalho (BA); João Paulo dos Santos Diogo (RN); João Vitor Freitas Duarte Abreu (AP); Laís Gorski (PR); Luanna Marley de Oliveira e Silva (AM); Luciana Simas Chaves de Moraes (RJ); Luciano Nunes Ribeiro (RO); Lucilene Mol Roberto (DF); Lucineia Rocha Oliveira (SE); Luis Gustavo Cardoso (SC); Manuela Abath Valença (PE); Maressa Aires de Proença (MA); Olímpio de Moraes Rocha (PB); Rafael Silva West (AL); Regina Cláudia Barroso Cavalcante (PI); Victor Neiva e Oliveira (GO)

Consultorias Especializadas

Ana Claudia Nery Camuri Nunes; Cecília Nunes Froemming; Dillyane de Sousa Ribeiro; Felipe da Silva Freitas; Phillipe de Freitas Campos; Helena Fonseca Rodrigues; José Fernando da Silva; Leon de Souza Lobo Garcia; Maíra Rocha Machado; Maria Palma Wolff; Natália Ribeiro; Natasha Brusaferro Riquelme Elbas Neri; Pedro Roberto da Silva Pereira; Suzann Flavia Cordeiro de Lima; Raquel da Cruz Lima; Silvia Souza; Thais Regina Pavez

Ex-Colaboradores

DMF/CNJ

Ane Ferrari Ramos Cajado; Gabriela de Angelis de Souza Penaloza; Lucy Arakaki Felix Bertoni; Rossilany Marques Mota; Túlio Roberto de Moraes Dantas

PNUD/UNODC

David Anthony G. Alves; Dayana Rosa Duarte Moraes; Fernanda Calderaro Silva; Gabriela Lacerda; João Marcos de Oliveira; Luana Natielle Basílio e Silva; Luiz Scudeller; Marcus Rito; Marília Falcão Campos Cavalcanti; Michele Duarte Silva; Noelle Resende; Tania Pinc; Thais Lemos Duarte; Thayara Castelo Branco

SÉRIE JUSTIÇA PRESENTE

Produtos de conhecimento editados na Série Justiça Presente

PORTA DE ENTRADA (EIXO 1)

Coleção Alternativas Penais

- Manual de Gestão para as Alternativas Penais
- Guia de Formação em Alternativas Penais I – Postulados, Princípios e Diretrizes para a Política de Alternativas Penais no Brasil
- Guia de Formação em Alternativas Penais II – Justiça Restaurativa
- Guia de Formação em Alternativas Penais III – Medidas Cautelares Diversas da Prisão
- Guia de Formação em Alternativas Penais IV – Transação Penal, Penas Restritivas de Direito, Suspensão Condicional do Processo e Suspensão Condicional da Pena Privativa de Liberdade
- Guia de Formação em Alternativas Penais V - Medidas Protetivas de Urgência e Demais Ações de Responsabilização para Homens Autores de Violências Contra as Mulheres
- Diagnóstico sobre as Varas Especializadas em Alternativas Penais no Brasil

Coleção Monitoração Eletrônica

- Modelo de Gestão para Monitoração Eletrônica de Pessoas
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para os Órgãos de Segurança Pública
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para a Rede de Políticas de Proteção Social
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para o Sistema de Justiça

Coleção Fortalecimento da Audiência de Custódia

- Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: Parâmetros Gerais
- Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: Parâmetros para Crimes e Perfis Específicos
- Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia: Parâmetros para o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada
- Manual de Prevenção e Combate à Tortura e Maus Tratos na Audiência de Custódia
- Manual sobre Algemas e outros Instrumentos de Contenção em Audiências Judiciais: Orientações práticas para implementação da Súmula Vinculante n. 11 do STF pela magistratura e Tribunais

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO (EIXO 2)

- Guia para Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa de Restrição e Privação de Liberdade (Internação e Semiliberdade) – Caderno I
- Reentradas e Reiteraões Infracionais: Um Olhar sobre os Sistemas Socioeducativo e Prisional Brasileiros

CIDADANIA (EIXO 3)

Coleção Política para Pessoas Egressas

- Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais I: Guia para Aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais II: Metodologia para Singularização do Atendimento a Pessoas em Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais III: Manual de Gestão e Funcionamento dos Escritórios Sociais

Coleção Política Prisional

- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno I: Fundamentos Conceituais e Principiológicos
- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno II: Arquitetura Organizacional e Funcionalidades
- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno III: Competências e Práticas Específicas de Administração Penitenciária
- Diagnóstico de Arranjos Institucionais e Proposta de Protocolos para Execução de Políticas Públicas em Prisões

SISTEMAS E IDENTIFICAÇÃO (EIXO 4)

- Guia Online com Documentação Técnica e de Manuseio do SEEU

GESTÃO E TEMAS TRANSVERSAIS (EIXO 5)

- Manual Resolução 287/2019 – Procedimentos Relativos a Pessoas Indígenas acusadas, Rés, Condenadas ou Privadas de Liberdade
- Relatório Mutirão Carcerário Eletrônico – 1ª Edição Espírito Santo
- Relatório de Monitoramento da COVID-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas I
- Relatório de Monitoramento da COVID-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas II

Justiça,
Presente



DEPEN
Departamento Penitenciário Nacional



CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

